



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 053

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE MAIO DE 2008

ANO XXXIII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Professor Luizão*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 053**

### **47ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva..... 02**

**Presenças..... 02**

**Termo de Transmissão de Cargo..... 03**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 03

Ofícios..... 08

Indicações ..... 08

Requerimentos ..... 10

Projetos de Lei ..... 15

Projetos de Lei Complementar ..... 18

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Rosane Ferreira ..... 27

Dep. Marcelo Rangel ..... 27

Dep. Tadeu Veneri..... 28

Dep. Antonio Belinati ..... 30

#### **Grande Expediente:**

Dep. Elio Rusch ..... 31

Dep. Teruo Kato..... 33

#### **Horário das Lideranças:**

##### **Liderança do PT**

Dep. Tadeu Veneri .....29

Dep. Professor Luizão .....36

##### **Liderança do PP**

Dep. Ney Leprevost .....35

##### **Liderança do Bloco PPS/PMN**

Dep. Douglas Fabrício .....37

##### **Liderança do Bloco PTB/PR**

Dep. Jocelito Canto.....38

##### **Liderança da Oposição**

Dep. Valdir Rossoni .....39

##### **Liderança do Governo**

Dep. Luiz Claudio Romanelli ....40

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....42

##### **Discussão/Votação**

Redação Final .....44

2ª Discussão .....48

1ª Discussão .....49

Requerimentos .....51

**Encerramento da Sessão .....51**

### **DIÁRIO Nº 053**

### **47ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**19 DE MAIO DE 2008**

*(segunda-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Jonas Guimarães.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Luiz Eduardo Cheida e Reni Pereira (06).

Em licença os Srs. Deputados: Nelson Justus e Geraldo Cartário (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Termo de Transmissão de Cargo:***

TERMO DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ AO EXMO. SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, 1º VICE-PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO.

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, no Palácio Dezenove de Dezembro, o Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus transmite, temporariamente, o cargo de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, na forma do parágrafo 1º do artigo 15 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, ao Exmo. Sr. Deputado Antonio Anibelli, 1º Vice-Presidente.

Eu, Abib Miguel, Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado, mandei lavrar o presente termo, que após lido, vai devidamente assinado pelos Exmos. Srs. Deputados Nelson Justus e Antonio Anibelli.

Curitiba, em 19/05/08.

(aa) NELSON JUSTUS  
ANTONIO ANIBELLI

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência está recebendo, em mãos, o Requerimento nº 1206, de autoria do Presidente Deputado Nelson Justus, constante do expediente, solicitando licença para tratar de assuntos particulares, no período de 19 a 29 deste mês.

Submeto à votação dos nobres Pares, para que eu possa assumir a presidência. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Neste instante, passo a assumir, extraordinariamente a presidência, mas sabemos, em virtude da licença do Governador que vai à Alemanha, que o Presidente do Tribunal de Justiça assumiu o Governo, o Desembargador Vidal - o Deputado Nelson Justus não poderia assumir, que é de direito constitucionalmente, em virtude dos prazos políticos e particulares.

Substituindo o nosso Presidente, procurarei espelhar-me na sua conduta, enobrecendo esta Casa e zelando pelos Deputados e pelos funcionários.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Mensagens***

MENSAGEM Nº 017/08

Curitiba, 14/05/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao artigo 3º, da Lei nº 14077, de 04/07/03, conforme especifica.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei nº 13666, de 05/07/02, a remuneração básica dos Agentes de Aviação possui a seguinte estrutura (artigo 15):

I - vencimento base;

II - adicional por tempo de serviço;

III - adicional de vôo (artigo 18, II).

Os valores e limites do Adicional de Vôo estão hodiernamente estipulados nos artigos 3º e 4º da Lei nº 14077, de 04/07/03, nos seguintes termos:

*Art. 3º A estrutura da vantagem Adicional de Vôo será de duas parcelas: uma fixa, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) e outra variável, composta de duas frações:*

*I - uma fração no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), relativa ao valor de uma hora no período diurno; e*

*II - uma fração de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), relativa ao valor de uma hora de vôo no período noturno e de finais de semana.*

*Parágrafo Único. O valor da parcela variável deverá ser pago multiplicando-se o número de horas voadas pelo valor da fração a elas correspondentes, somente quando o vôo se efetivar.*

*Art. 4º A quantidade de horas máximas que cada Agente de Aviação poderá desempenhar fica limitada a 20 (vinte) horas mensais para os vôos no período diurno e 10 (dez) horas mensais para os vôos no período noturno e finais de semana.*

Ocorre que, desde a edição da supracitada lei, não ocorreu nenhum reajuste nos valores do adicional de vôo, assim, a presente proposta tem por escopo atualizar os valores vigentes.

Para tanto, utilizou-se como parâmetro o IGPM aplicado até o mês de dezembro de 2007, o que corresponde a uma correção de 24% (vinte e quatro por cento), chegando-se aos seguintes valores:

a) Parte fixa: R\$ 4.340,00 (quatro mil, trezentos e quarenta reais);

b) Parte variável;

b.1) Hora de vôo diurno: R\$ 62,00 (sessenta e dois reais);

b.2) Hora de vôo noturno e finais de semana: R\$ 93,00 (noventa e três reais).

Laborando pela senda da equidade e isonomia sugere-se, ainda a criação de vantagem compensatória para os períodos de férias dos Agentes de Aviação, posto que o atual sistema adotado elimina a vantagem que todos os trabalhadores recebem, denominada terço de férias, posto que no mês em que estiver de férias o Agente de Aviação receberá o terço, contudo não receberá nenhum valor referente à parte variável, de modo que seu vencimento praticamente não terá acréscimo. Em razão disso, não tem sido incomum o fato dos Agentes de Aviação protelarem a entrada em gozo de férias para não perder a oportunidade de receber a parte variável de seus vencimentos. Esta realidade não está de acordo com o preceito insculpido no artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal, aplicável aos servidores públicos por força de remissões expressas no próprio texto constitucional federal, bem como da Constituição do Estado do Paraná.

Diz o artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal:

*Art. 7º...*

*XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.*

Conforme se depreende, o objetivo do legislador constituinte ao estabelecer esse direito foi permitir que o trabalhador recebesse um terço a mais do que lhe tem sido normal, sendo que a jurisprudência pátria já cuidou de definir o que é "normal" nos casos de pessoas que recebem parcelas variáveis. O princípio basilar das férias é que ninguém pode receber menos do que receberia se estivesse trabalhando e, nos casos de existência de parte variável há que se apurar e integralizar no terço de férias o *quantum* variável tido como normal, calculado a partir da média da remuneração flutuante percebida nos últimos doze meses.

Assim, propõe-se que no mês de fruição das férias o Agente de Aviação receba um valor correspondente à média obtida pela parte variável nos últimos doze meses de trabalho, a fim de que seu salário normal seja acrescido de um terço, conforme preceitua a *mens legis* do texto constitucional.

#### IMPACTO FINANCEIRO

A alteração dos valores referentes a parte fixa e variável do adicional de vôo representará um impacto financeiro mensal máximo de R\$ 10.080,00 (dez mil e oitenta reais), conforme se demonstra:

- Parte fixa (de R\$ 3.500 para R\$ 4.340,00): R\$ 840,00 X 8 (nº de pilotos) = R\$ 6.720,00.

- Parte variável (de R\$ 50,00 para R\$ 62,00 e de R\$ 75,00 para R\$ 93,00: R\$ 12,00 X 20 (horas diurnas) - R\$ 240,00 X 8 (pilotos) = R\$ 1.920,00;

R\$ 18,00 X 10 (horas noturnas) = R\$ 180,00 X 8 (pilotos) = R\$ 1.440,00.

Total Geral - R\$ 10.080,00

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 3º, da Lei nº 14077, de 04/07/03, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A estrutura da vantagem adicional de vôo será de duas parcelas: uma fixa, no valor de R\$ 4.340,00 (quatro mil, trezentos e quarenta reais) e outra variável, composta de duas frações:

I - uma fração no valor de R\$ 62,00 (sessenta e dois reais), relativa ao valor de uma hora de vôo executado no período diurno; e

II - uma fração no valor de R\$ 93,00 (noventa e três reais), relativa ao valor de uma hora de vôo executado no período noturno, feriados e finais de semana.

§ 1º O valor da parcela variável deverá ser pago multiplicando-se o número de horas voadas pelo valor da fração a elas correspondentes.

§ 2º No mês de fruição das férias, o Agente de Aviação receberá o valor da parcela variável correspondente à média de horas de vôo por ele realizadas nos últimos 12 meses."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 018/08

Curitiba, 14/05/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 21.598 (vinte e um mil e quinhentos e noventa e oito) militares estaduais.

A medida ora proposta consulta aos interesses públicos eis que ensejará condições para criação da 5ª Companhia Independente de Polícia Militar, no município de Umuarama.

#### CRIAÇÃO DA 5ª COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA MILITAR - UMUARAMA

##### 1. Justificativa

O 7º Batalhão de Polícia Militar é hodiernamente responsável pelo policiamento ostensivo e preservação da ordem pública nos municípios de Cruzeiro do Oeste, Umuarama, Tuneiras do Oeste, Tapejara, Rondon, Guaporema, Cidade Gaúcha, Nova Olímpia, Tapira, Maria Helena, Douradina, Ivaté, Icaraíma, Alto Paraíso, Esperança Nova, Xambê, Pérola, Cafezal do Sul, Perobal, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Iporã, Francisco Alves, Altônia e São Jorge do Patrocínio, contando para tal mister com um efetivo previsto de 325 policiais-militares.

Somados, os vinte e cinco municípios detêm uma área de 12.335,55 km<sup>2</sup> e uma população aproximada de 264.786 habitantes, sendo que os municípios componentes da Unidade a ser criada (5ª CIPM) correspondem a uma população de aproximadamente 131.073 habitantes e área de 4.610,99 km<sup>2</sup>. Esta população gera uma demanda média de 400 ocorrências policiais por mês.

O município de Umuarama encontra-se em ponto estratégico, vez que sua posição geográfica está próxima à fronteira com o Paraguai e o estado do Mato Grosso do Sul. Apresenta desenvolvimento acelerado em seu comércio, indústria e agropecuária, tornando-se cidade pólo da região, o que corrobora com o aumento emergente da população, que vem ao município em epígrafe em busca de oportunidades de emprego, com isso ocorre também a migração de marginais, causando o consequente aumento da criminalidade na região. Acrescenta-se, ainda, que Umuarama, hodiernamente, é cidade universitária, vez que possui a sede da Universidade Paranaense (UNIPAR), bem como extensão da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Faculdade Global de Umuarama (FGU), ampliando a população estudantil.

Não obstante os planejamentos, estudos técnicos de mapeamento delitivo, criatividade e perspicácia em se aplicar de maneira cada vez mais eficiente e racional os recursos humanos disponíveis, fica claro a necessidade de instalação de uma nova OPM na região objetivando melhorar os índices de Segurança Pública através da implementação de ações preventivas e repressivas de combate delitivo.

Laborando por essa senda, o presente projeto tem por escopo criar uma nova Unidade Operacional da Polícia Militar para prestar atendimento ao município de Umuarama e região, de forma a dividir a atual área do 7º Batalhão de Polícia Militar em duas circunscrições territoriais, ficando uma sob a responsabilidade do 7º BPM e a outra ao encargo da nova Unidade, a 5ª Companhia Independente de Polícia Militar.

## 2. Recursos Necessários

Considerando as características fisiográficas, densidade populacional por quilômetro quadrado, número absoluto de ocorrências atendidas, índice de

criminalidade, índice de violência e peculiaridades dos municípios de Umuarama, Douradina, Maria Helena, Perobal, Ivaté, Icaraíma e Alto Paraíso, inferiu-se que são necessários os seguintes recursos humanos para o eficaz funcionamento da 5ª Companhia Independente de Polícia Militar:

POSTO/GRADUAÇÃO	QUANTIDADE
Major	1
Capitão	1
1º Tenente	3
2º Tenente	5
Subtenente	2
1º Sargento	2
2º Sargento	8
3º Sargento	35
Cabo	56
Soldado	143
<b>TOTAL</b>	<b>256</b>

A distribuição individualizada em cada função a ser exercida pelos Oficiais e Praças da 5ª Cia Ind PM será a constante do Quadro de Organização que integra o Anexo I do presente projeto.

## 3. Impacto Financeiro

### 3.1 Pessoal

Para a criação da 5ª Cia Ind PM há a necessidade de se criar 113 vagas de Cabo a Major, sendo que o seu preenchimento decorre tão somente de promoções internas, havendo, assim, o impacto financeiro decorrente da diferença salarial entre o cargo criado e a base da carreira (para os Oficiais o vencimento de Aspirante e para as Praças o vencimento de Soldado), conforme demonstra a tabela seguinte:

POSTO/GRADUAÇÃO	QUANTIDADE	DIFERENÇA SALARIAL	TOTAL (R\$)
Major	1	3.977,56	3.977,56
Capitão	1	3.435,51	3.435,51
1º Tenente	3	1.369,40	4.108,20
2º Tenente	5	937,89	4.689,45
Subtenente	2	822,08	1.644,16
1º Sargento	2	572,53	1.145,06
2º Sargento	8	418,92	3.351,36
3º Sargento	35	312,21	10.927,35
Cabo	56	111,59	6.249,04
<b>TOTAL</b>	<b>113</b>		<b>39.527,69</b>

Haverá também a necessidade de se incluir 143 novos Soldados, o que perfaz um custo de R\$ 227.595,94 (duzentos e vinte e sete mil, quinhentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos), frente ao vencimento básico de R\$ 1.591,58 (um mil, quinhentos e noventa e um reais e cinquenta e oito centavos).

Desta forma, no que concerne à pessoal, o impacto financeiro mensal para a implantação do presente projeto é de R\$ 267.123,63 (duzentos e sessenta e sete mil, cento e vinte e três reais e sessenta e três centavos) para o erário público.

Cabe salientar que a inclusão de Soldados ocorrerá de maneira gradual, conforme a disponibilidade financeira do estado e mediante autorização do Chefe do Poder Executivo.

### **3.2 Sedes, viaturas, mobiliário, armamentos, equipamentos e demais materiais**

No que se refere a viaturas, mobiliário, armamentos, equipamentos e demais materiais, inicialmente será realizado um remanejamento interno do patrimônio do 7º BPM, de forma a dar suporte à instalação da 5ª Cia Ind PM, incluindo-se, a partir de então, as novas necessidades no orçamento anual da Polícia Militar.

Quanto à sede da Companhia em comento, houve recentemente a inauguração da nova estrutura, a qual necessitará apenas de uma adequação.

### **4. Abrangência Territorial da 5ª Cia Ind PM**

A fim de se determinar a circunscrição territorial da 5ª Cia Ind PM tomou-se por base a atual área do 7º BPM, de forma a se realizar uma divisão equânime e que melhor atenda às necessidades locais de aplicação de policiamento, bem como esteja em conformidade com o Decreto Estadual que regulamenta as AISP, resultando na seguinte divisão:

#### **5ª CIPM**

Umuarama (sede); Perobal; Douradina; Ivaté; Icaraíma; Alto Paraíso; Maria Helena.

#### **7º BPM**

Cruzeiro do Oeste (sede); Tapejara; Tuneiras do Oeste; Mariluz (Proposta para integrar o 7º BPM, de acordo com a nova AISP); Cidade Gaúcha; Nova Olímpia; Tapira; Guaporema; Rondon; Iporã; Cafezal do Sul; Brasília do Sul; Alto Piquiri; Francisco Alves; Altônia; Pérola; São Jorge do Patrocínio; Esperança Nova; Xambê.

O mapa que demonstra as áreas que serão atendidas pelo 7º BPM e pela 5ª Cia Ind PM, encontra-se no Anexo II do projeto em tela. Saliente-se ainda, que o município de Mariluz, embora pertença atualmente ao 11º BPM, está em via de ser repassado para a área do 7º BPM, para que haja conformidade com a Comarca de Cruzeiro do Oeste e também com a 15ª Área Integrada de Segurança Pública (AISP). Em relação à nova Cia, todos os municípios fazem parte da mesma AISP e com exceção do município de Icaraíma (comarca), os demais também estão inseridos na mesma sede de comarca (Umuarama).

### **5. Operacionalização Legal do Projeto**

Após sancionada a nova lei de fixação do efeito, será necessária a edição de decreto governamental, a fim de ser criada efetivamente a nova unidade operacional, atendendo

assim o disposto no artigo 68 da Lei Estadual nº 6774, de 08/01/76 (Lei de Organização Básica da PMPR), *in verbis*:

*Art. 68. Compete ao Governador do Estado, mediante decreto, a criação, transformação, extinção, denominação, localização e a estruturação dos órgãos de direção, dos órgãos de apoio e dos órgãos de execução da Polícia Militar; de acordo com a organização básica prevista nesta lei e dentro dos limites fixados na lei de fixação de efetivos, por proposta do Comandante Geral, observada a legislação específica.*

### **6. Considerações Finais**

Diante de todo o exposto, cabe finalizar com a assertiva de que a presente proposta visa implementar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública nos municípios de Umuarama, Douradina, Maria Helena, Perobal, Icaraíma, Ivaté e Alto Paraíso, aprimorando, sobremaneira, a atuação preventiva, proativa e comunitária da Polícia Militar e atender os programas de Segurança Pública do Governo do estado, tudo no mister de se melhorar a segurança e o bem-estar da população paranaense.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

### **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS RH INFORMAÇÃO**

Informação nº 076/08

Protocolo nº 9.577.260-9

Assunto: Criação da 5ª Companhia Independente PM-Umuarama

Interessado: SESP

1 - O aumento de despesa decorrente da criação da 5ª Companhia Independente para a região de Umuarama, representa um acréscimo de 0,47% na folha de pessoal da SESP e 0,05% na despesa de pessoal do Poder Executivo.

2 - Para uma estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro para os exercícios de 2008, 2009 e 2010, está sendo considerado uma meta de crescimento anual baseado no IPCA de 2007, que foi de 4,46%.

Considerando-se a meta de inflação de 4,5% fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a despesa anual da presente solicitação fica estimada em:

2008	R\$ 3.472.607
2009	R\$ 3.628.875
2010	R\$ 3.792.174

É a informação

Curitiba, 07/05/08.

(a) SUZETE MATIAS DE FARIA

Gerente RH Informação

## DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA

Declaramos, sob as penas da lei, que a despesa abaixo identificada, tem a adequação com a Lei de Licitações (Lei nº 8666/93), está incluída no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Declaramos, ainda, que a despesa preenche todos os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Identificação da despesa: Projeto de criação da 5ª Companhia Independente para a região de Umuarama, para melhorar os índices de Segurança Pública, através da implementação de ações preventivas e repressivas.

Protocolo: 9.577.260-9

Valor mensal com pessoal: R\$ 267.123,63

Valor anual (com 13º Salário): R\$ 3.472.607,19

Dotação Orçamentária: 3908.06181192.115 - Administração Geral da Polícia Militar, fonte 100, natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais".

Curitiba, em 10/04/08.

(aa) RUBENS GUIMARÃES DE SOUZA

Diretor Geral

LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI

Secretário da Segurança

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O efetivo da Polícia Militar do Paraná é fixado em 21.598 (vinte e um mil e quinhentos e noventa e oito) militares estaduais.

Art. 2º O efetivo constante do artigo anterior será distribuído, pelos postos e graduações previstos na Polícia Militar do Paraná, na forma dos Anexos 1 e 2 desta lei, denominados, respectivamente, de Resumo dos Quadros de Oficiais e Resumo das Praças por Qualificação Policial-Militar Geral.

Parágrafo Único. O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante-a-Oficial até o limite de 160 (cento e sessenta) e o de Aluno-Oficial até o limite de 150 (cento e cinquenta).

Art. 3º O aumento de efetivo decorrente desta lei far-se-á progressivamente, através de inclusões ou nomeações autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do estado.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS - ANEXO 1								
QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1ª TEN	2º TEN	SOMA
QOPM		12	40	69	207	238	275	841
QOBM		2	10	25	52	58	61	208
QOS	PM Méd	1	5	6	6	16		34
	PM Dent	1	2	7	8	14		32
	PM Bioq		2	1	1	3		7
	PM Vet				3	2		5
QOA/QEOPM		1	2	4	13	25	76	121
QCPM						1		1
QOE	Músicos				1	1	2	4
TOTAL		17	61	112	291	358	414	1.253

RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO POLICIAL-MILITAR GERAL - ANEXO 2							
GRAD.QPMG	ST	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CB	SD	SOMA
1 - PRAÇAS PM	186	298	700	1.529	2.363	12.066	17.142
2 - PRAÇAS BM	56	89	117	435	697	1.809	3.203
<b>TOTAL</b>	<b>242</b>	<b>387</b>	<b>817</b>	<b>1.964</b>	<b>3.060</b>	<b>13.875</b>	<b>20.345</b>

À Diretoria Legislativa.

## Ofícios

Sob o nº CEE/G 026/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando que está afastado do país no período de 19 a 29/05/08, em viagem à Alemanha, para participar da 9ª Conferência das Partes "COP-9". **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 168/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nºs 074/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost; 057/08 de autoria do Deputado Stephanes Júnior; 593/07 do Deputado Cleiton Kielse; 338/07 do Deputado Nereu Moura; 059/08 do Deputado Luiz Accorsi; 650/07 do Deputado Nelson Justus; 033/08 do Deputado Felipe Lucas; 086/08 do Deputado Luiz Fernandes Litro; 080/08 do Deputado Péricles de Mello e 078/08 da Deputada Cida Borghetti. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CODR-C/0589/08/DGT do Sr. Raul Munhoz Neto - Diretor de Geração e Transmissão de Energia e de Telecomunicações da COPEL, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Douglas Fabrício que solicita esclarecimentos sobre a situação da usina Mourão I no município de Campo Mourão. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

## Indicações

### INDICAÇÃO Nº 122/08

#### SÚMULA:

Sugere que o vencimento inicial dos policiais militares seja igual ao vencimento dos agentes penitenciários.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Mauro Moraes dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que o vencimento inicial dos policiais militares seja igual ao vencimento dos agentes penitenciários.

II - Estamos apresentando a presente indicação, objetivando a isonomia entre servidores do nosso estado, que prestam relevantes serviços à nossa comunidade.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) MAURO MORAES

### INDICAÇÃO Nº 123/08

#### SÚMULA:

Sugere que o vencimento inicial dos investigadores da Polícia Civil seja igual ao vencimento dos agentes penitenciários.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Mauro Moraes dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que o vencimento inicial dos investigadores da Polícia Civil seja igual ao vencimento dos agentes penitenciários.

II - Estamos apresentando a presente indicação, objetivando a isonomia entre servidores do nosso estado, que prestam relevantes serviços à nossa comunidade.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) MAURO MORAES

### INDICAÇÃO Nº 124/08

#### SÚMULA:

Sugere a recomposição salarial dos oficiais da Polícia Militar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Mauro Moraes dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A recomposição salarial dos oficiais da Polícia Militar.

II - Procurando a busca da justiça entre servidores com trabalho e responsabilidade do mesmo nível, estamos apresentando a presente indicação, solicitando a isonomia de vencimentos entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, conforme discriminado abaixo:

Coronel e Delegado 1ª classe; Tenente-Coronel e Delegado 2ª classe; Major e Delegado 3ª classe; Capitão e Delegado 4ª classe.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) MAURO MORAES

### INDICAÇÃO Nº 125/08

#### SÚMULA:

Propõe ao SENAC - Paraná a inclusão do curso superior de Gastronomia no plano de expansão de atividades de ensino profissionalizante para a nova unidade de Campo Mourão.

Senhor Presidente do Conselho Deliberativo do SENAC-PR - Sr. Darci Piana:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

I - que a Microrregião Doze polarizada por Campo Mourão é a que detém o maior número de pratos típicos entre os municípios paranaenses, formando um verdadeiro circuito gastronômico no turismo regional;

II - que os aprendizados acumulados ao longo de décadas têm contribuído para a formação de uma cultura empreendedora nas áreas da culinária e gastronomia, onde um concorrido calendário de eventos movimenta a economia ao longo do ano;

III - que a maioria dos pratos típicos, entre eles, o carneiro no buraco, proporciona oportunidades de negócios, onde equipes de profissionais se organizaram para a prestação de serviços preparando os referidos pratos, em diferentes localidades do Paraná e do Brasil, oportunizando a diversificação de trabalho e renda;



IV - que os eventos e esses serviços profissionais, que têm origem no auto-didatismo de pessoas empreendedoras, podem, através da Faculdade de Gastronomia - SENAC - transformarem-se num promissor arranjo produtivo local/regional na área de alimentos e bebidas.

Isto exposto, propõe:

I - a inclusão do curso superior de Gastronomia no plano de expansão de atividades de ensino profissionalizante do SENAC-PR, para a nova unidade de Campo Mourão.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 126/08

##### SÚMULA:

Propõe atenção especial na aprovação e reconhecimento dos cursos técnicos em Agente Comunitário de Saúde possibilitando a citação dos editais para concursos públicos, priorizando os cursistas e Técnicos em Agente Comunitário de Saúde de todo o estado do Paraná.

Sr. Secretário de Estado da Educação:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria dispense atenção especial na aprovação e reconhecimento dos cursos técnicos em Agente Comunitário de Saúde possibilitando a citação dos editais para concursos públicos, priorizando os cursistas e Técnicos em Agente Comunitário de Saúde de todo o estado do Paraná.

II - A pertinência da proposição reside nos argumentos fornecidos pelo Código Estadual Marechal Rondon de Campo Mourão, onde nos argumenta da necessidade deste reconhecimento.

III - A título de exemplo, o Colégio Estadual Marechal Rondon tem, em média, 2 mil alunos e possui aproximadamente 200 servidores públicos, é um colégio de renome com mais de 56 anos de implantação.

IV - O curso técnico obteve grande aceitabilidade e demanda, já tendo ocorrido duas formaturas e atualmente conta com aproximadamente 200 alunos cursistas. No entanto o curso, assim como a profissão de Técnico necessita ser reconhecido na Escola Pública do Paraná.

V - É de competência do estado a garantia da legalidade e a legitimação da contratação do Agente Comunitário de Saúde, sempre atendendo a necessidade de efetivamente assegurar os princípios da dignidade da pessoa humana.

VI - Por se tratar de tema de especial relevância, solicitamos empenho máximo em seu atendimento, pois a aprovação e reconhecimento do curso técnico em Agente Comunitário de Saúde do Paraná oportunizará a

concorrência em concursos públicos ou empregos públicos dos municípios e do estado.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 127/08

##### SÚMULA:

Propõe atenção especial para pleitear junto a Secretaria de Estado da Educação na aprovação e reconhecimento dos cursos técnicos em Agente Comunitário de Saúde possibilitando a citação dos editais para concursos públicos, priorizando os cursistas e Técnicos em Agente Comunitário de Saúde de todo o estado do Paraná.

Senhor Secretário de Estado da Educação:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria dispense atenção especial para intervir junto a Secretaria de Estado da Educação na aprovação e reconhecimento dos cursos técnicos em Agente Comunitário de Saúde possibilitando a citação dos editais para concursos públicos, priorizando os cursistas e Técnicos em Agente Comunitário de Saúde de todo o estado do Paraná.

II - A pertinência da proposição reside nos argumentos fornecidos pelo Colégio Estadual Marechal Rondon de Campo Mourão, onde nos argumenta da necessidade deste reconhecimento.

III - A título de exemplo, o Colégio Estadual Marechal Rondon tem, em média, 2 mil alunos e possui aproximadamente 200 servidores públicos, é um colégio de renome com mais de 56 anos de implantação.

IV - O curso técnico obteve grande aceitabilidade e demanda, já tendo ocorrido duas formaturas e atualmente conta com aproximadamente 200 alunos cursistas. No entanto o curso, assim como a profissão de técnico necessita ser reconhecido na Escola Pública do Paraná.

V - É de competência do estado a garantia da legalidade e a legitimação da contratação do Agente Comunitário de Saúde, sempre atendendo a necessidade de efetivamente assegurar os princípios da dignidade da pessoa humana.

VI - Por se tratar de tema de especial relevância, solicitamos empenho máximo em seu atendimento, pois a aprovação e reconhecimento do curso técnico em Agente Comunitário de Saúde do Paraná oportunizará a concorrência em concursos públicos ou empregos públicos dos municípios e do estado.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 1206

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença para tratar de assuntos particulares, no período de 19 a 29/05/08.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) NELSON JUSTUS

### REQUERIMENTO Nº 1234

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja registrada a justificativa de ausência da Deputada Luciana Rafagnin, nos dias 12, 13 e 14, do presente mês, por motivos de saúde.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

### REQUERIMENTO Nº 1225

Senhor Presidente:

Vimos por meio desta SOLICITAR o uso do plenário desta Casa no dia 10/06/08 às 10h, para a realização da Audiência Pública sobre a segurança nas agências dos Correios.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) TADEU VENERI

### REQUERIMENTO Nº 1209

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam fornecidas notas taquigráficas integrais das Sessões Plenárias dos dias 06, 13 e 14 do mês corrente.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) JOCELITO CANTO

### REQUERIMENTO Nº 1207

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 10 de maio do corrente ano, do Sr. Zacarias da Rocha.

O Sr. Zacarias da Rocha, 68 anos, nasceu em Tijucas do Sul no dia 01/04/40, casou-se com Maria Ferreira da Rocha, tiveram 7 filhos: Iracema, Elizete, Nivaldo, Glaci, Dinacir, Rosilene e Amarildo, tendo sido este último Vereador do município de Tijucas do Sul. Com família constituída, trabalhava na lavoura, onde retirava o sustento dos familiares e após o ano de 1978, iniciou seu trabalho de comerciante como proprietário de uma mercearia, na localidade de Lagoa, município de Tijucas do Sul.

Além da esposa e filhos deixa também 15 netos: Rafael, Elaine, Gustavo, Isabel, Lilian, Mateus, Fernanda, Francine, Nicolas, Brendo, Adriele, Edilberto, Lucas, Vitor e Gabriela e 2 bisnetos: Giovana e Gerson.

Zacarias da Rocha deixa sua passagem marcada entre os que o conheceram, por sua conduta simples, solidária e principalmente amiga. Tinha como principal objetivo servir o próximo, onde prestou grande colaboração ao município com seu conhecimento, convívio e participação.

Pessoa muito querida por todos que o conheciam, deixa muitas saudades aos amigos e familiares. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) FRANCISCO BÜHRER

### REQUERIMENTO Nº 1208

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 05 de maio, da Sra. Reni Cacilda Camargo Rocha e no dia 07 do mesmo mês do seu esposo, Sr. Sebastião do Rosário Rocha.

Reni Cacilda Camargo Rocha, 68 anos, nasceu em 09/07/39, na cidade de Tijucas do Sul e Sebastião do Rosário Rocha, conhecido como Ari Batista, 72 anos, nasceu em 28/09/35, também na cidade de Tijucas do Sul. Casaram em 18/05/57 e viveram plenamente o espírito da família, foram cidadãos exemplares e de índoles irretocáveis.

Católicos praticantes, Reni e Ari deixam suas passagens marcadas entre as pessoas que os conheceram, por suas condutas simples, solidárias e principalmente amigas. Tinham como principal objetivo servir o próximo onde prestaram grande colaboração ao município com seus conhecimentos e participações. Tiveram três filhos: Antonio Arinaldo, Rosemari Terezinha e João Fauri (em memória) e quatro netos: Douglas, Jaqueline, Janaine e Tamiri e uma bisneta: Yasmin.

Pessoas muito queridas por todos que os conheciam, deixam muitas saudades aos amigos e familiares. A família recebeu uma ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) FRANCISCO BÜHRER

### REQUERIMENTO Nº 1212

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER votos de pesar pelo falecimento do Sr. Laudival Galvão Schunemann, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1213

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER votos de pesar pelo falecimento da Sra. Silvana Aparecida Camargo de Almeida, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1214

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER votos de pesar pelo falecimento do Sr. Cid Isaias de Souza, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1215

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER votos de pesar pelo falecimento do Sr. Orlando Nogueira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1216

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER votos de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Eugenia Kuka, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1217

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER votos de pesar pelo falecimento da Sra. Iloina Costa Maciel, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1235

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER votos de pesar pelo falecimento da Sra. Verônica Rega Cipriano, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1232

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Olinda Rank Bortolini, ocorrido no último dia 13, no município de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) LUIZ ACCORSI

## JUSTIFICATIVA:

Faleceu na tarde de ontem, 13 de maio, na cidade de Santa Isabel do Ivaí, a Sra. Olinda Rank Bortolini, viúva do Sr. Antonio Bortolini. Nos primórdios da década de 50, o casal aportou naquela cidade, nela instalando a Loja Predileta, a mais procurada casa de tecidos e confecções de toda a região.

Mercê da sua arraigada fé cristã, das suas virtudes de boa convivência no seio da comunidade, transferiu em vida a toda a família, um legado de excelentes costumes e comportamentos. E foi durante os mais de 50 anos de vivência junto à gente isabelense, que dona Olinda construiu vasto e sólido círculo de amizades. A cidade de Santa Isabel do Ivaí se entristeceu com a perda de uma das suas grandes pioneiras.

Esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao inserir em seus Anais, este voto de pesar pelo falecimento de Olinda Rank Bortolini, cumpre o mister de registrar o seu reconhecimento à memória da nossa concidadã, responsável pelo desenvolvimento e consolidação do progresso do município de Santa Isabel do Ivaí.

Aprovado o voto, se dê a ciência ao Sr. Prefeito Municipal, ao Sr. Presidente do Poder Legislativo e à família enlutada, com o envio de ofício comunicando a decisão deste Poder.

## REQUERIMENTO Nº 1233

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Bento Honório Santana, ocorrido no último dia 11 do corrente, no município de Terra Rica.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) LUIZ ACCORSI

## JUSTIFICATIVA:

Foi sepultado no último dia 12 o pioneiro terrariquense Bento Honório Santana. Sergipano de Estância cresceu no patrimônio de Castelo Novo no município baiano de Ilhéus e moço ainda veio para Terra Rica. O seu Bar do Bento era o mais acolhedor ponto de encontro dos colonizadores daquela bela cidade noroestina. E foi em suas mesas que muitos fatos decidiram o futuro da Capital do Vão Livre.

A irmandade da Legião de Boa Vontade lamenta a perda de um dos seus mais ilustres e ativos soldados.

Bento encetava campanhas filantrópicas usando até métodos originais como o de recomendar que seus fregueses colocassem dinheiro em determinada área do teto que depois era recolhido e encaminhado para a carência. Bento era dono de enorme e fraterno coração. Ele e sua Nice criaram seis filhos adotivos. Tinha grande importância política, e era requisitado como cabo eleitoral, pois era muito consultado pelos eleitores que atendiam as suas recomendações de voto.

O Deputado proponente deste voto de pesar aproveitava para parabenizar o jornalista Gilvan Rodrigues, pela bela crônica sobre o bom Bento Honório Santana, mostrada pelo Diário do Noroeste, de Paranavaí, em sua edição de sábado, 16.

Também agradece às Sras. Deputadas e aos seus colegas de Plenário, pela aprovação deste voto de pesar que representa o reconhecimento de estado do Paraná, aos exemplos de vida e mostras de amor à nossa terra, de um valoroso conterrâneo nosso.

Que da decisão se dê ciência à comunidade de Terra Rica, através de ofícios a serem encaminhados ao Vereador Inácio Germano Neto, Presidente do Legislativo e Dr. Mário Lanziani Prefeito da cidade de Terra Rica e ao Presidente Nacional da Legião da Boa Vontade, Sr. José Simões de Paiva Netto.

#### REQUERIMENTO Nº 1203

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, pela passagem do Dia do Pastor Wesleyano e Esposa, a ser comemorado no dia 24 de maio.

Requer ainda, que seja expedido diploma comemorativo aos seguintes homenageados:

Wanderlei Baptista de Mello e Solimar C. B. de Mello; Ronaldo Ubiratam C. dos Santos e Maria de Fátima Santos; Esteban N. Pireyek e Ruth de Pireyek; Eliton da Silva Souza e Rosa de Lourdes C. M. de Souza; João Francisco de Souza e Célia Regina de Godoy de Souza; Laudelino Machado e Marta Machado; Sebatião dos Reis e Maria Luiza dos Reis; José Osvaldo Varela e Célia Rosa Varela; Eviziomar Leonel e Elizabeth F. C. Leonel; Divalmir Ferreira Pinto e Maria Elenilda P. Pinto; Darcí Pereira e Marilene M. Pereira; Cristóvão Ferreira e Roselia Ferreira; Amauri do Couto e Eliane Gonçalves do Couto; Adilson Pereira de Araujo e Cleunice H. de Araujo; Jeremias Alvez Zela e Rozi Prado F. Zela; Ewerton Moreira de Souza e Luzia de Fátima P. de Souza; Claudinei dos Reis e Rosimari Silva Reis; Ivan Campos e Ivonete Aparecida L. Campos; Djalma de Oliveira Soares e Maria A. M. Soares; Leonel Schoch e Miriam Schoch; Joaquim Pereira de Souza e Ana Maria de Souza.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO Nº 1221

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à atleta maringaense, Vilma Lúcia de Oliveira Costa, em razão da conquista das cinco medalhas do 6º Grand Prix Mercosul Atletismo Máster.

Vilma Lúcia de Oliveira Costa, 53 anos, atleta patrocinada pelo Santa Rita Saúde, retornou de Porto Alegre com cinco medalhas no peito. Ela participou de 1 a 3 de maio do 6º Grand Prix MERCOSUL Atletismo Máster, realizado pela Associação Brasileira de Atletismo Máster (ABRAM).

A maringaense venceu as provas de 400m rasos de revezamentos 4x100 e 4x4 e obteve respectivamente a 2ª e a 3ª colocação nas provas, 100m rasos e 200m rasos, categoria 50.

A atleta começou a treinar em 2000 e dois anos depois passou a competir no Atletismo Máster. O interesse pelo atletismo não foi por acaso. Vilma sempre gostou de praticar esportes. Na adolescência jogava futebol de campo e foi em 83 que montou um time de futebol de salão, que treinava no SESC.

Vilma participa em média de cinco competições por ano, além das provas maringaenses.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1222

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Defensor Público-Chefe da União, Gabriel Faria Oliveira e à Chefe da Defensoria Pública no Paraná, Silvia Cristina Xavier, em razão do Dia Nacional da Defensoria Pública.

Tanto a Constituição Federal quanto a Constituição Estadual, garantem os direitos individuais e coletivos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, cabendo à união, estados e municípios promover, através dos órgãos específicos, a defesa dos cidadãos comprovadamente carentes.

A Defensoria Pública é trabalho relevante da Administração Pública para a sociedade, permitindo o acesso à justiça aos mais necessitados.

Em razão das atividades exercidas e do respectivo alcance social, merece o reconhecimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1223

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Cooperativa Agroindustrial - COCAMAR, através do Diretor-Presidente Luiz Lourenço, em razão dos 45 anos de investimentos em Maringá.

Em março de 1963, quando a jovem cidade de Maringá prosperava em meio ao boom da cafeicultura, nascia também a primeira cooperativa da região. Hoje, a COCAMAR é uma das maiores cooperativas do Brasil.

Na segunda metade dos anos 90, a COCAMAR ajudou a promover a expansão do cultivo de grãos em sistema de reforma de pastagens degradadas e, dessa forma, ampliou os volumes de recebimento de soja.

Alguns dos prêmios conquistados pela COCAMAR:

2007 - Eleita pela revista Expressão com uma das empresas do sul do país mais lembradas na área de gestão social. O nome da cooperativa é citado na 4ª Pesquisa de Responsabilidade Social Empresarial da Região Sul: finalista do prêmio Ser Humano "Oswaldo Chechia" 2006, categoria Responsabilidade Social: Trainee Administrativo para Pessoas com Deficiência e Cultivar - produzindo florestas com mãos especiais.

2006 - O Presidente da COCAMAR foi homenageado pela FIEP com a Medalha de Mérito Industrial.

2005 - COCAMAR ficou em 3º lugar, com 45,8% na pesquisa Grandes Marcas do Sul. A cooperativa também ficou em 4º no Top Ambiental do Paraná.

2004 - O Presidente da COCAMAR, Luiz Lourenço, foi homenageado durante a abertura da feira atacadista APAS-2004, com o título Empresário do Ano; vencedora na categoria Marketing Ecológico da mais importante premiação ambiental para a área empresarial do sul do país, o prêmio Expressão de Ecologia, promovido pela revista Expressão.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1229

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de votos de congratulações ao jornalista Luiz Fernando Fedeger e sua competente equipe, alusivos aos 15 anos de atividades ininterruptas do jornal Impacto Paraná.

O periódico com circulação semanal alcança com sua tiragem de mais de 10 mil exemplares, todas as sextas-feiras a totalidade dos mais importantes municípios paranaenses, levando seu noticiário sempre muito contundente, pela maneira sutil de analisar os fatos que transcorreram na área política e econômica do Paraná.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 1230

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, adiante firmado, facultado pelas suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER

ao Plenário dessa Casa Legislativa que se digne a aprovar o envio de efusivas congratulações ao jornal O Paraná, da cidade de Cascavel, pelo transcurso de seus 32 anos de existência.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se que a decisão seja dada ciência à Sra. Clarice Roman, Diretora Geral do jornal homenageado, junto com as felicitações desta Casa pela data comemorativa, cuja saudação é extensiva aos demais Diretores e funcionários.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) ELIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

O jornal O Paraná chega ao seu 32º aniversário sendo o principal órgão de imprensa escrita das regiões oeste e sudoeste do estado, sendo assim também um veículo respeitado e admirado por todos, por seguir com denodo a linha da imparcialidade e ética.

Ao longo das suas mais de 9.600 edições, o Jornal de Fato, como também é conhecido, esteve sempre em sintonia com as principais reivindicações dos municípios onde circula, servindo como um espaço de debate democrático. Levantou bandeiras empenhando-se até a sua consolidação, como são os casos da implantação definitiva da UNIOESTE, a construção do Hospital Regional, a construção da FERROESTE e a duplicação das BRs, entre tantas outras de grande relevância para aquelas regiões do estado.

E agora, com o mesmo vigor devota-se em defesa da construção do aeroporto regional, implantação dos ramais da Ferroeste, e a duplicação da BR-277 (trecho Medianeira-Cascavel), para que essas obras sejam o mais breve concretizadas.

No entanto, revela notar, que se de um lado defendeu e defende com indômita paixão a causa regional, o jornal não ficou omissos, em momento algum, ao longo dessas três décadas, nas questões de relevância em favor de todos os paranaenses.

Agora, completados 32 anos de um trabalho jornalístico que prima pela apuração precisa dos fatos e pela verdade, o jornal O Paraná inicia uma nova fase, que passa pela sua completa remodelação visual e gráfica. Com um novo formato, o *berliner*, o Jornal de Fato passa a ser uma leitura ainda mais agradável e dinâmica. Certamente, mudanças que consolidarão definitivamente o veículo entre os maiores e mais importantes do estado, ao mesmo tempo em que estreitarão ainda mais a credibilidade do jornal O Paraná diante de seus milhares de leitores.

#### REQUERIMENTO Nº 1231

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público ao Colégio Máxi, de Londrina.

Fundado em 1986, tem como sócios-proprietários os respeitados professores: Ubiracy D'Andrea, Diretor Geral;

Virgílio Tomasetti Júnior, Márcia Guimarães, Dilson Manoel Catarino, Elias Daher, Júlio Alves Marques, Ugo Giovenazzi e Luiz Carlos Preto, figuras que desfrutaram de grande prestígio na sociedade paranaense. O Máxi opera com grande sucesso também em Cuiabá. Quase 4 mil alunos têm o privilégio de frequentar os mais diversos cursos oferecidos pela Direção do Máxi que, para isso, dispõe de um quadro de 450 professores e colaboradores que ministram ensino de primeiro mundo, preparando os jovens para o ingresso na universidade. Milhares de ex-alunos já concluíram a formação de nível superior e grande contingente faz muito sucesso como profissionais liberais, graças ao alto grau de ensino que receberam no Máxi.

Pode-se destacar que é mesmo uma benção, um privilégio, ser aluno de tão conceituado colégio como o Máxi, daí justificar-se o reconhecimento público da Assembléia Legislativa.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Geral Ubiracy D'Andrea, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 1239

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do soberano Plenário, seja inserido, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à brilhante jornalista Melissa Alexssandra Alves de Oliveira Belmaia, também conhecida como Mel Maia. Jovem, dotada de grande saber, Melissa tem se destacado por seus artigos que publica regularmente no jornal Em Destaque, veículo de propriedade de seu pai, o eminente João Cândido Alves de Oliveira. Em quase todas as matérias a colunista dá ênfase para demonstrar seu amor e paixão por Londrina, com matérias com grande leitura.

Como é bom poder destacar figuras decentes e que colocam nas páginas de jornais, matérias construtivas como bem o faz a respeitada Melissa!

Requeiro que esta homenagem e o reconhecimento público deste Poder sejam comunicados à jornalista Melissa Alexssandra Alves de Oliveira Belmaia, com votos de permanente sucesso em sua vida pessoal e profissional.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 1228

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Teatro Positivo.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) NEY LEPREVOST

#### JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Teatro Positivo, através do Presidente do Grupo Positivo, professor Oriovisto Guimarães, pelo empreendedorismo, construindo o maior auditório do Paraná, com capacidade para 2.400 pessoas, em pleno funcionamento, recebendo espetáculos, congressos e convenções, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento do turismo em nosso estado.

Seu projeto foi inspirado no Teatro Grego de Epidauros, datado do século IV a.C. A arte e a filosofia da Grécia Antiga criaram as bases da civilização ocidental, assim, a arquitetura do teatro é uma homenagem à história do conhecimento, desde os pré-socráticos até os pós-modernos.

#### REQUERIMENTO Nº 1237

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Cel. QOBM Jorge Luiz Thais Martins, Comandante do Corpo de Bombeiros.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) NEY LEPREVOST

#### JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Cel. QOBM Jorge Luiz Thais Martins, Comandante do Corpo de Bombeiros no Estado do Paraná, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em prol da comunidade.

Destacamos em especial as ações publicadas no primeiro periódico Corpo de Bombeiros, divulgando as atividades realizadas nesta importante corporação.

#### REQUERIMENTO Nº 1238

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Arrow Jet Táxi Aéreo.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) NEY LEPREVOST

#### JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a empresa Arrow Jet Táxi Aéreo, instalada no aeroporto do Bacacheri, para o transporte de passageiros e cargas para todo o Brasil e sul da América do Sul.

Destacamos os relevantes serviços prestados aos clientes, oferecendo fretamento de aeronaves, hangaragem e serviço de atendimento à aeronaves executivas.

#### REQUERIMENTO Nº 1204

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Maurício Requião, solicitando recursos financeiros para a construção de instalações próprias à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cianorte, destinadas a realização de atividades de equoterapia.

Requer, outrossim, que seja dada ciência aos Vereadores: Manoel Messias dos Santos, Beto Guimarães e Adailson Carlos (Dadá), da Câmara Municipal de Cianorte, estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

No último dia 29 de abril, a APAE de Cianorte realizou a abertura do Programa de Equoterapia, um médico terapêutico que utiliza o cavalo como instrumento de trabalho, auxiliando no desenvolvimento físico, psíquico e emocional de pessoas portadoras de deficiências, aumentando a sensação de independência, autoconfiança, autocontrole e estima. Inicialmente o programa será desenvolvido em espaço cedido na sede do Tiro de Guerra 05/011, mas, futuramente, será necessário um local apropriado para as atividades, já que os tratamentos equoterápicos necessitam de grande estrutura e de equipes especializadas.

#### REQUERIMENTO Nº 1205

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à Presidente do PROVOPAR, Sra. Lúcia R. Arruda, solicitando recursos financeiros para a criação ou implantação de um Centro Dia do Idoso, no município de Cianorte.

Requer, outrossim, que seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Manoel Messias dos Santos, da Câmara Municipal de Cianorte, estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro Dia do Idoso, abrigaria as pessoas da terceira idade que moram sozinhas, ou na casa de filhos ou outros parentes que trabalham fora e que não contam com a presença de acompanhantes durante o dia para ajudá-los nas atividades diárias. A exemplo dos existentes em outros municípios, durante o dia o idoso ficaria no Centro do Idoso, tendo ali toda a atenção e cuidados necessários de funcionários e atendentes qualificados, com alimentação e recreação adequadas, e retornaria à noite para o convívio de seus familiares.

Acreditamos que o Centro Dia do Idoso seja tão importante quanto os centros de educação infantil, por isso fazemos tal solicitação.

#### REQUERIMENTO Nº 1242

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do soberano Plenário, seja endereçado expediente ao Tenente-Coronel Cesar Vinícius Kogut, Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, solicitando que não sejam

usadas tropas da PM para despejar os ocupantes de uma área de terra no Jardim Francisco de Sales, em Londrina. Existe decisão judicial determinando a desocupação, ação que poderá provocar consequências imprevisíveis, além do fator social que será o de jogar na rua centenas de famílias, muitas delas doentes, desempregadas, com filhos pequenos.

A sugestão desta Casa de Leis é para que S. Exa., o Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar aguarde o desfecho de eventuais entendimentos entre os ocupantes da área, representantes da Prefeitura e o proprietário do terreno. O diálogo para o encontro de solução pacificadora é o melhor caminho.

Requeiro que a presente solicitação seja comunicada ao Sr. Comandante do 5º Batalhão, antecipando agradecimentos pela acolhida.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 1210

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja informado por escrito, como votou cada Sr. Deputado, no Projeto de Lei nº 170/08, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) JOCELITO CANTO

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 211/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Os valores dos vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ficam reajustados no percentual de 5% (cinco por cento), a partir de 01/05/08, de conformidade com a tabela de níveis de vencimentos constante do anexo, desta lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Legislativo.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

## ANEXO

	5,00%							
	AA	A	B	C	D	E	F	G
1	873,15	1.629,88	1.911,05	2.240,73	2.627,28	3.080,46	3.611,72	4.234,63
2	898,61	1.653,62	1.938,88	2.273,39	2.665,55	3.125,35	3.664,35	4.287,26
3	925,29	1.677,71	1.967,12	2.306,50	2.704,39	3.170,88	3.717,75	4.340,63
4	953,19	1.702,17	1.995,79	2.340,10	2.743,80	3.217,08	3.771,90	4.394,79
5	982,29	1.726,97	2.024,87	2.374,21	2.783,79	3.263,94	3.826,85	4.449,75
6	1.012,61	1.752,12	2.054,39	2.408,78	2.824,36	3.311,49	3.882,61	4.505,51
7	1.044,13	1.777,66	2.084,32	2.443,89	2.865,50	3.359,73	3.939,15	4.562,11
8	1.076,88	1.803,55	2.114,71	2.479,52	2.907,28	3.408,69	3.996,55	4.619,50
9	1.110,84	1.829,88	2.145,56	2.515,67	2.949,64	3.458,35	4.054,80	4.677,71
10	1.146,01	1.856,54	2.176,82	2.552,32	2.992,63	3.508,73	4.113,86	4.736,78
11	1.182,38	1.883,58	2.208,53	2.589,52	3.036,25	3.559,85	4.173,80	4.796,73

Procuradores	
PR1	6.563,58
PR2	6.235,40
PR3	5.908,37
Consultor Técnico	
CT0	6.366,66

PROJETO DE LEI Nº 213/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Ficam obrigadas as danceterias, casas noturnas e similares, em funcionamento no estado do Paraná, a instalarem nas suas dependências internas em locais visíveis, de fácil acesso e bem sinalizado ao público, bebedouros de água potável para uso gratuito de seus frequentadores.

Parágrafo Único. O Poder Executivo regulamentará o número de bebedouros a serem instalados conforme a capacidade máxima de lotação de cada local.

Art. 2º Ficarão inseridas aos dispositivos da presente lei, todas as novas emissões de alvarás de funcionamento e também, às renovações já emitidas.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

## JUSTIFICATIVA:

A política de repressão à produção e ao tráfico de drogas ilícitas tem tido valor limitado em todo o mundo. Apesar da estratégia apoiada pela ONU de substituição de culturas agrícolas, permanece ao longo dos anos crescente a produção de heroína e cocaína no planeta terra. Da droga circulante, sabe-se que apenas 10% são apreendidas por medidas repressivas na tentativa de diminuição da oferta.

Ao contrário da intimidação, a milionária indústria do comércio de drogas ilegais cresce e lucra da maneira a acumular US\$ 500 bilhões por ano, segundo estimativas da UNODOC (O programa da ONU para controle das drogas e do crime). Não bastassem as dificuldades da estratégia repressiva e o lucro dos comerciantes ilegais, a diversificação na produção de drogas tem sido uma característica recente no fenômeno do tráfico.

Drogas novas surgem no mercado a cada dia, indo desde medicamentos médicos e veterinários de uso legal até mesmo a produção de drogas sintéticas como as meta-anfetaminas, destacando-se o assustador crescimento do ecstasy como droga de uso recreativo noturno de maior popularidade no momento. Somados ao consumo crescente do ecstasy, há um consumo avassalador e altamente divulgado, nos mais diversos meios da mídia, de bebidas alcoólicas entre a nossa juventude, portanto de uso legal, muitas delas associadas aos modernos energizantes.



Todas estas drogas legais ou ilegais têm uma ação comum no organismo capaz de levar à perda da consciência e outras reações orgânicas inesperadas, que podem no limite facilitar às overdoses. Esta ação é fruto de uma profunda desidratação causada por estas drogas da noite. Ao contrário do que pareceria normal no senso comum, o custo da água potável em casas noturnas é aviltante, chegando a ser igualado ou maior ainda de um chope ou uma cerveja - que, tomadas no lugar da água, agravam a desidratação.

Um jovem na balada, cercado de amigos, acaba preferindo tomar cerveja à água, nestas circunstâncias.

Assim, colocar à disposição dos jovens e frequentadores das casas noturnas e danceterias bebedouros, como já determina a legislação de vários países, estimulará o consumo de água e não de bebidas alcoólicas, preservando a saúde dos jovens que frequentam as casas noturnas em nosso estado e reduzindo o dano à sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 214/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Considerando a necessidade de regularização ambiental da malha rodoviária estadual; considerando que a malha rodoviária estadual possui mais de 12.000 Km, onde os principais impactos ambientais ocorreram durante sua implantação; considerando o grande número de acidentes e os prejuízos socioeconômicos decorrentes da atual degradação da malha viária; considerando a necessidade urgente na manutenção e restauração da malha viária estadual, em conformidade com as exigências ambientais:

Art. 1º Fica criado o Programa de Regularização Ambiental de Rodovias Estaduais, com o objetivo de adequar a malha rodoviária estadual pavimentada existente às normas ambientais, compatibilizando-a com a necessidade de sua conservação, manutenção, restauração e melhoria permanentes.

Art. 2º Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

I - conservação de rodovias pavimentadas: serviços de reparos nos defeitos ocasionados na obra de arte corrente ou pavimento, sendo de caráter corretivo e não preventivo, incluindo-se, entre outros, a limpeza dos dispositivos de drenagem da rodovia e faixa de domínio, tais como: tapa-buraco, reparo no meio fio, limpeza da sarjeta, desobstrução de bueiros, roçada do entorno de obra de arte especial e placas, da vegetação da faixa de domínio da rodovia, limpeza do acostamento, reparos na sinalização vertical e horizontal;

II - manutenção de rodovias pavimentadas: serviços de reparos dos defeitos ocasionados pelo desgaste natural, face ao uso ou à exposição às intempéries, onde

se procura reabilitar as funções de trafegabilidade, em caráter preventivo, com intervenções singelas, de baixo custo, tais como a sinalização horizontal e a recuperação asfáltica;

III - restauração de rodovias pavimentadas: serviços de reparos dos defeitos, reabilitação estrutural da rodovia, com aplicação de camadas de reforços ou revitalização da base, reabilitação de trechos em elevado estado de deterioração física dos pavimentos e das condições dos elementos situados dentro da faixa de domínio do corpo estradal;

IV - ampliação da capacidade de rodovias pavimentadas: conjunto de operações necessárias à execução de melhorias técnicas em rodovias existentes, tais como: recuperação de acostamento, implantação de intersecção em dois níveis, rotatórias, retificação de curvas, duplicação da via nas travessias urbanas, implantação de 3ª faixa e substituição de obras de arte.

Art. 3º O Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná DER/PR, apresentará à Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, no prazo de até 360 dias (trezentos e sessenta) dias, contados da publicação desta lei, levantamento da situação ambiental das rodovias pavimentadas, com vistas à definição de cronograma de sua respectiva regularização ambiental, mediante a realização de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 5º, parágrafos 5º e 6º da Lei nº 7347, de 24/07/85, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico com redação dada pela Lei nº 8884, de 11/06/94; que deverá observar os seguintes critérios de prioridades:

I - rodovias com maior índice de acidentes e com maior potencial de risco ambiental;

II - rodovias prioritárias para o escoamento de produção;

III - demais rodovias.

Parágrafo Único. O levantamento da situação ambiental das rodovias pavimentadas deverá contemplar, no mínimo, o seguinte conteúdo:

I - levantamento do passivo ambiental;

II - proximidade de unidade de conservação, de terras indígenas e de áreas especialmente protegidas;

III - caracterização da vegetação predominante e seu estágio de conservação;

IV - a existência de áreas de apoio potencialmente utilizáveis como canteiro de obras abandonadas e jazidas comerciais.

Art. 4º A celebração dos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, para regularização ambiental de rodovias, contidos no artigo 3º deverão ocorrer nos seguintes prazos, contados da apresentação do levantamento da situação ambiental das rodovias:

I - em 90 (noventa) dias para as rodovias com maior índice de acidentes e com maior potencial de risco ambiental;

II - 180 (cento e oitenta) dias para as rodovias prioritárias para o escoamento de produção;

III - 360 (trezentos e sessenta) dias para as demais rodovias.

Parágrafo Único. Os Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta deverão contemplar, no mínimo:

I - levantamento do passivo ambiental;

II - programa de gestão ambiental;

III - cronograma de execução;

IV - mapeamento dos pontos ambientalmente sensíveis a acidentes com transporte de produtos químicos;

V - plano de atendimento a emergências.

Art. 5º Nas rodovias pavimentadas ficam autorizadas as atividades de manutenção, conservação e restauração, nos termos do artigo 2º da presente lei.

Parágrafo Único. Não se aplica o disposto no *caput* deste artigo à exploração de jazidas, “bota fora”, construção de canteiros, acessos e remoção de vegetação e outras atividades que demandem licenças ou autorizações específicas.

Art. 6º As obras de ampliação da capacidade de rodovias pavimentadas já iniciadas, especificadas no artigo 2º, inciso IV da presente lei que não possuem licenciamento ambiental, somente poderão ter continuidade após a celebração de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com força de título executivo extrajudicial, nos termos dos artigos 5º, parágrafos 5º e 6º da Lei nº 7347, de 24/07/85, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico com redação dada pela Lei nº 8884, de 11/06/94, nas condições e prazos estipulados nesse ajuste.

Art. 7º O não cumprimento das obrigações previstas nos artigos 3º, 4º e 6º desta lei, importará na suspensão da autorização prevista no *caput* do artigo 5º.

Art. 8º As disposições desta lei não se aplicam às rodovias estaduais a serem projetadas, construídas, pavimentadas ou objeto de ampliação de sua capacidade, nos termos do artigo 2º, inciso IV, a partir de sua publicação.

Art. 9º Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Estabelecidas as exigências legais por órgãos federais para o processo de licenciamento ambiental de obras no setor de transportes, deve-se buscar o rigor de medidas técnicas adequadas ao nono cenário nacional da construção rodoviária.

Pela legislação ambiental, em particular pela resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, nº 001/86, os empreendimentos nos modais de transportes são classificados como potencialmente poluidores para o meio ambiente.

Outra resolução, a CONAMA nº 237/97, determinou as regras básicas para a obtenção de licenças ambientais, necessárias à implantação e execução de empreendimentos potencialmente poluidores. Assim, novas medidas e ações foram exigidas para as obras no setor de transportes.

A matéria em questão busca atender às indicações ambientais do extenso programa nacional para o desenvolvimento de projetos de adequação à ampliação da capacidade dos corredores e à recuperação da malha viária estadual que é imprescindível para o cumprimento da legislação ambiental exigida.

O projeto aqui elencado, além de adotar as Diretrizes Ambientais do Ministério do Meio Ambiente em consonância com o Ministério dos Transportes, mostrará aos órgãos ambientais e à sociedade, a preocupação deste Legislativo com a responsabilidade social e o meio ambiente na implantação de seus empreendimentos.

Todavia espera-se reduzir os impasses e conflitos existentes na construção de projetos no modal rodoviário estadual, vislumbrando uma perspectiva de atuação estratégica, conciliadora de interesses e com potencial para obtenção de uma nova cultura ambiental.

O projeto remete também, a promoção da relação entre os órgãos do Governo, no intuito de que as ações possam ser entendidas, respeitadas e incentivadas, pelo reconhecimento dos esforços envolvidos na busca da viabilidade na execução das futuras obras.

## ***Projeto de Lei Complementar***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 212/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

### **Capítulo I**

Da Região Metropolitana de Curitiba

Art. 1º A região metropolitana de Curitiba fica reorganizada como unidade regional do território estadual, nos termos do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e dos artigos 21 a 26 da Constituição Estadual e na forma estabelecida por esta lei complementar.

Art. 2º A gestão das funções públicas de interesse comum metropolitanas será executada de forma integrada pelo Conselho Deliberativo como instância decisória e deliberativa, pelo Conselho Consultivo como instância auxiliar ao Conselho Deliberativo e pelo Órgão Metropolitano como instância executiva, de acordo com as funções definidas pela presente lei complementar.

§ 1º O Órgão Metropolitano subordinar-se-á às decisões do Conselho Deliberativo.

Art. 3º Ficam definidas como funções públicas de interesse comum metropolitanas a gestão dos seguintes interesses comuns dos municípios da região metropolitana de Curitiba: sistema viário, sistema de transporte público de passageiros, meio ambiente e proteção dos mananciais de água, sistema de coleta e destinação final de resíduos sólidos, uso e ocupação do solo regional, habitação de interesse social e desenvolvimento econômico e social.

§ 1º O Conselho Deliberativo poderá mediante deliberação estabelecer novas funções públicas de interesse comum metropolitanas.

## **Capítulo II**

### **Dos Limites Territoriais da Região Metropolitana de Curitiba**

Art. 4º A região metropolitana de Curitiba é composta pelos seguintes municípios: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

§ 1º Integrarão a região metropolitana de Curitiba os municípios que vierem a ser criados em decorrência de desmembramentos, incorporação ou fusão dos municípios metropolitanos.

Art. 5º Os municípios da região metropolitana de Curitiba poderão agrupar-se em sub-regiões, com a finalidade de facilitar a integração do planejamento e execução das funções públicas de interesse comum sub-regionais.

§ 1º Ficam constituídas as seguintes sub-regiões para efeito de gestão das funções públicas de interesse comum e do processo de deliberações do Conselho Deliberativo:

I - a Sub-região do Núcleo Urbano Central (NUC) formada pelos seguintes municípios: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais;

II - a Sub-região do Vale do Ribeira formada pelos seguintes municípios: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses e Tunas do Paraná;

III - Sub-região Sul formada pelos seguintes municípios: Agudos do Sul, Balsa Nova, Contenda, Lapa, Mandirituba, Quitandinha e Tijucas do Sul.

§ 2º O Conselho Deliberativo poderá alterar a forma de constituição de sub-regiões obedecendo às seguintes diretrizes:

I - as sub-regiões deverão ser constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes;

II - o Conselho Deliberativo decidirá sobre a criação de sub-regiões, encaminhando sua decisão ao Governo do Estado e aos municípios integrantes da região metropolitana de Curitiba;

III - o Órgão Metropolitano procederá as análises técnica e jurídica e apresentará as justificativas para a alteração da formação das sub-regiões;

IV - os municípios metropolitanos poderão fazer parte de mais de uma sub-região.

## **Capítulo III**

### **Do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Curitiba**

#### **Seção I**

#### **Da Composição do Conselho Deliberativo**

Art. 6º O Conselho Deliberativo será composto pelos Prefeitos dos municípios integrantes da região metropolitana de Curitiba, pelo Governador do Estado do Paraná e por um representante indicado pelo Conselho Consultivo.

§ 1º Cada um dos membros do Conselho designará um suplente para substituí-lo em sua ausência ou impedimento.

#### **Seção II**

#### **Das Funções do Conselho Deliberativo**

Art. 7º Compete basicamente ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba;

II - promover a execução de programas e projetos visando à implementação de políticas vinculadas às funções públicas de interesse comum metropolitanas;

III - promover e aprovar as diretrizes das políticas de desenvolvimento da região metropolitana;

IV - aprovar o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana, bem como os planos setoriais relativos às funções públicas de interesse comum metropolitanas;

V - aprovar a programação anual de investimentos em infra-estrutura a ser executada pelo Órgão Metropolitano;

VI - deliberar sobre a formação de consórcios públicos, nos termos da Lei Federal nº 11107/05, para a realização de atividades ou a execução de serviços vinculados às funções públicas de interesse comum metropolitanas;

VII - deliberar sobre a realização de contratos de gestão ou termos de parceria para a realização de atividades ou a execução de serviços vinculados às funções públicas de interesse comum metropolitanas;

VIII - analisar e aprovar os relatórios anuais de atividades do Órgão Metropolitano relativos ao controle e monitoramento do uso e ocupação do solo metropolitano, em especial aos vinculados às bacias de mananciais da região metropolitana;

IX - Deliberar sobre os assuntos encaminhados pelo Presidente do Órgão Metropolitano, relativos à execução das funções públicas de interesse comum metropolitanas;

X - nomear o Presidente do Órgão Metropolitano.

**Seção III****Do Funcionamento do Conselho Deliberativo**

Art. 8º O regime de votação do Conselho Deliberativo será fundamentado na divisão do poder de voto entre os Prefeitos Municipais, o Governador do Estado do Paraná e o representante do Conselho Consultivo de acordo com a seguinte distribuição:

- 40% (quarenta por cento) do poder de voto para o Governo do Estado do Paraná;
- 55% (cinquenta e cinco por cento) do poder de voto para os municípios integrantes da região metropolitana de Curitiba; e
- 5% (cinco por cento) para o Conselho Consultivo.

Parágrafo Único. O Governador do Estado do Paraná poderá indicar até 04 (quatro) representantes para participar do Conselho Deliberativo.

Art. 9º Os 55% de poder de voto dos municípios serão distribuídos de acordo com o seguinte critério:

- 0,5% (meio por cento) para cada município integrante da região metropolitana de Curitiba, sendo o restante dividido proporcionalmente às populações de cada município.

§ 1º Os quadros 01 e 02 demonstram o poder de voto de cada município para os casos de votação de temáticas ligadas à totalidade da região metropolitana de Curitiba e da Sub-região do NUC (Núcleo Urbano Central), calculados com base nos dados censitários do ano de 2007/IBGE.

**Quadro 01****Proporcionalidade dos votos no Conselho Deliberativo**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Índice</b>
Adrianópolis	6.709	0,6063
Agudos do Sul	8.192	0,6096
Almirante Tamandaré	93.055	1,8393
Araucária	109.943	1,9300
Balsa Nova	10.639	0,6540
Bocaiúva do Sul	9.533	0,6373
Campina Grande do Sul	35.396	1,0244
Campo Largo	105.492	1,9076
Campo Magro	22.325	0,8096
Cerro Azul	17.693	0,7481
Colombo	233.916	3,2813
Contenda	14.800	0,7009
Curitiba	1.797.408	24,5816
Doutor Ulysses	5.956	0,5911
Fazenda Rio Grande	75.006	1,4539
Itaperuçu	22.021	0,7935
Lapa	41.679	1,1347
Mandirituba	20.408	0,7661
Pinhais	112.038	2,0624
Piraquara	82.006	1,6058
Quatro Barras	18.125	0,7452
Quitandinha	15.897	0,7317
Rio Branco do Sul	31.486	0,9451
São José dos Pinhais	263.622	3,5997
Tijucas do Sul	13.091	0,6860
Tunas do Paraná	5.921	0,5548
Total	3.172.357	55,000

**Quadro 02**  
**Proporcionalidade de votos no Conselho Deliberativo do NUC (Núcleo Urbano Central)**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Índice</b>
Almirante Tamandaré	93.055	2,1242
Araucária	109.943	2,2342
Campina Grande do Sul	35.396	1,1360
Campo Largo	105.492	2,2071
Campo Magro	22.325	0,8755
Colombo	233.916	3,8731
Curitiba	1.797.408	29,7049
Fazenda Rio Grande	75.006	1,6569
Itaperuçu	22.021	0,8559
Pinhais	112.038	2,3948
Piraquara	82.006	1,8410
Quatro Barras	18.125	0,7973
Rio Branco do Sul	31.486	1,0398
São José dos Pinhais	263.622	4,2592
<b>Total</b>	<b>3.001.839</b>	<b>55,000</b>

§ 2º As tabelas representativas do poder de voto de cada município serão recalculadas sempre que houver a publicação oficial de novos dados censitários.

Art. 10. As decisões do Conselho Deliberativo terão a forma de deliberação, sendo publicadas em Diário Oficial do Estado, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 11. O funcionamento do Conselho Deliberativo será definido por Regimento Interno que deverá ser elaborado e aprovado por seus membros em prazo de 90 (noventa) dias contados da promulgação da presente lei complementar.

Art. 12. O Conselho Deliberativo se reunirá ordinariamente a cada seis meses ou extraordinariamente mediante convocação de seu Presidente.

#### **Capítulo IV**

Do Conselho Consultivo da  
Região Metropolitana de Curitiba

##### **Seção I**

Da Composição do Conselho Consultivo

Art. 13. O Conselho Consultivo será formado por representantes de instituições não-governamentais, cuja missão institucional tenha relação com as funções públicas de interesse comum metropolitanas.

Art. 14. O Conselho Deliberativo definirá as instituições não-governamentais que comporão o Conselho Consultivo.

#### **Seção II**

Das Funções do Conselho Consultivo

Art. 15. Compete basicamente ao Conselho Consultivo:

I - sugerir a inclusão de temas na pauta das reuniões do Conselho Deliberativo;

II - participar das reuniões do Conselho Deliberativo por intermédio de um representante com poder de voto;

III - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e de programas de investimentos vinculados às funções públicas de interesse comum metropolitanas;

IV - opinar sobre qualquer matéria que lhe for submetida pelo Conselho Deliberativo; e

V - opinar sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba, bem como sobre os planos setoriais vinculados às funções públicas de interesse comum metropolitanas.

#### **Seção III**

Do Funcionamento do Conselho Consultivo

Art. 16. O funcionamento do Conselho Consultivo será definido por Regimento Interno que deverá ser elaborado e aprovado por seus membros em prazo de 60 (sessenta) dias a contar da sua nomeação pelo Conselho Deliberativo.

Art. 17. O Conselho Consultivo se reunirá ordinariamente a cada seis meses ou extraordinariamente mediante convocação de seu Presidente.

Art. 18. As decisões do Conselho Consultivo serão encaminhadas ao Conselho Deliberativo através de expediente e apresentadas através de seu representante.

**Capítulo V**  
**Do Órgão Metropolitano**  
**Seção I**  
**Das Funções do Órgão Metropolitano**

Art. 19. Competem ao Órgão Metropolitano as funções gerais designadas nos incisos seguintes:

I - cumprir e fazer cumprir as normatizações legais e as decisões do Conselho Deliberativo;

II - submeter à apreciação do Conselho Deliberativo os programas anuais e plurianuais, bem como seus respectivos orçamentos.

III - promover, elaborar e controlar o planejamento integrado da região metropolitana de Curitiba, nas áreas ligadas às funções públicas de interesse comum metropolitanas de sistema viário, sistema de transporte público de passageiros, meio ambiente e proteção dos mananciais de água, sistema de coleta e destinação final de resíduos sólidos, uso e ocupação do solo regional, habitação de interesse social e desenvolvimento econômico e social;

IV - promover pesquisas destinadas a fornecer e atualizar informações necessárias ao planejamento integrado da região metropolitana de Curitiba;

V - formular as políticas públicas setoriais de interesse comum dos municípios da região metropolitana de Curitiba;

VI - articular-se com os órgãos da união, objetivando a compatibilização e a articulação de políticas e programas nacionais às políticas setoriais e ao planejamento vinculado às funções públicas de interesse comum metropolitanas;

VII - elaborar e implantar programas e planos de obras, atividades e serviços de interesse comum metropolitano;

VIII - propor ao Conselho Deliberativo, a expedição de medidas legislativas aplicáveis às funções públicas de interesse comum metropolitanas;

IX - estabelecer diretrizes e normas para os planos municipais de desenvolvimento, bem como colaborar com os municípios na sua elaboração, visando à sua adequação ao planejamento integrado da região metropolitana;

X - propor e buscar fontes de financiamento e cobertura orçamentária para os programas de investimento em infra-estrutura de interesse metropolitano;

XI - promover a coordenação das atividades das entidades públicas estaduais e municipais ligadas ao desempenho das funções públicas de interesse comum através de Câmaras Técnicas Setoriais;

XII - manter ativo o sistema de informações metropolitano como instrumento auxiliar para o planejamento metropolitano, para gestão das funções públicas de interesse comum e para a articulação inter-institucional;

XIII - fornecer assistência técnica e institucional aos municípios da região metropolitana de Curitiba, com o objetivo de repassar tecnologias e informações necessárias ao planejamento e à gestão local das funções públicas ligadas aos interesses comuns metropolitanos; e

XIV - celebrar acordo, convênios, ajustes e contratos, bem como constituir consórcios públicos e delegar atribuições de sua competência a órgãos regionais, setoriais e locais.

Art. 20. Compete ao Órgão Metropolitano as funções específicas relativas à gestão do Sistema Viário Metropolitano:

I - Definir critérios para a seleção de vias dentro das redes municipais, estadual e federal que exercem função metropolitana e que, portanto, constituem o Sistema Viário Metropolitano;

II - Estabelecer a Classificação Funcional do Sistema Viário Metropolitano e as características técnicas de cada tipo de via classificada que deverão ser obedecidas por ocasião de implantação e correção dos corredores viários metropolitanos;

III - Orientar os planos diretores municipais, em especial as leis municipais de sistema viário, para adequá-las às diretrizes e aos planos viários metropolitanos;

IV - Exigir o cumprimento das diretrizes viárias metropolitanas e das normas de implantação de novos corredores viários nos processos de parcelamento do solo;

V - Elaborar modelos quantitativos de projeção do tráfego futuro no Sistema Viário Metropolitano para fundamentar estudos de expansão de sua rede e de correção de capacidade de seus principais corredores viários;

VI - Montar o Sistema de Informação Setorial em Sistema Viário, capaz de administrar no mínimo as informações relativas às: (i) diretrizes atuais e futuras das vias pertencentes ao Sistema Viário Metropolitanos, (ii) a classificação funcional das vias, (iii) as faixas de domínio das vias, (iv) os carregamentos atual e futuro, (v) a vinculação institucional e (vi) os projetos elaborados pelas diversas esferas de Governo;

VII - Propor às entidades das esferas, municipal, estadual e federal a inclusão em seus orçamentos de investimentos em vias do Sistema Viário Metropolitano;

VIII - Montar e administrar programas de investimentos para o Sistema Viário Metropolitano;

IX - Buscar fontes de financiamento para investimento na rede de vias de interesse metropolitano;

X - Montar e dar suporte ao funcionamento da Câmara Técnica Setorial do Sistema Viário Metropolitano com a participação das entidades municipais, estadual e federal responsáveis pela gestão das vias que integram o Sistema Viário Metropolitano.

Art. 21. Compete ao Órgão Metropolitano as funções específicas relativas à gestão do Sistema de Transporte Público de Passageiros:

I - Promover a realização de estudos e pesquisas para dimensionar a oferta de transporte público de passageiros na região metropolitana de Curitiba;

II - Promover a realização de estudos, a planificação e o controle da execução da outorga de concessão dos serviços de transporte público de passageiros metropolitano;

III - Promover a integração física e tarifária das redes de transporte público de passageiros metropolitano com as redes de transporte locais municipais, em especial com a Rede Integrada de Transportes de Curitiba;

IV - Efetuar pesquisas e desenvolver modelos de projeção das demandas futuras de viagens de passageiros com o objetivo de estudar e propor a expansão dos corredores metropolitanos de transporte público;

V - Elaborar os estudos e pesquisas e definir a metodologia de cálculo tarifário para as linhas de transporte público metropolitanas;

VI - Elaborar normas e regulamentos operacionais para o transporte de passageiros metropolitano a serem aplicados aos contratos de concessão dos serviços de transporte de passageiros;

VII - Fiscalizar o cumprimento dos termos de contrato de concessão de serviços de transporte público metropolitano de passageiros assinados com empresas operadoras;

VIII - Aplicar e recolher as multas previstas em contratos de concessão pelo descumprimento das normas operacionais e regulamentos do serviço de transporte público de passageiros metropolitano;

IX - Efetuar os processos licitatórios para a concessão da operação das linhas metropolitanas de transporte público de passageiros para empresas operadoras privadas;

X - Administrar os contratos de concessão dos serviços de transporte público de passageiros metropolitano, representando o poder público;

XI - Montar e administrar programas de investimento para a implantação de infra-estruturas do sistema de transporte público de passageiros metropolitano;

XII - Buscar fontes de financiamento para investimento em infra-estruturas do Sistema de Transporte Público de Passageiros;

XIII - Montar e dar suporte ao funcionamento da Câmara Técnica Setorial do Sistema de Transporte Público de Passageiros Metropolitano com participação das entidades municipais e estadual, responsáveis pela gestão dos transportes públicos na região metropolitana de Curitiba.

Art. 22. Compete ao Órgão Metropolitano as funções específicas relativas à gestão do Meio Ambiente e Proteção dos Mananciais de Água:

I - Verificar a adequação das leis de uso e ocupação do solo dos municípios metropolitanos às leis de proteção ambiental em vigor;

II - Propor a criação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Parques e outras Unidades de Conservação Ambiental previsto na Lei Federal nº 9985/00 para serem implantadas nas esferas estadual e municipal;

III - Elaborar e propor alterações nos Zoneamentos Ecológicos-Econômico das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e demais Unidades de Conservação contidas no território da região metropolitana de Curitiba;

IV - Fazer estudos e propor ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Gestor dos Mananciais a delimitação das bacias hidrográficas destinadas aos mananciais de água para fins de abastecimento público;

V - Elaborar o zoneamento de uso e ocupação do solo nas bacias hidrográficas destinadas aos mananciais de água para fins de abastecimento público, nos termos da Lei Estadual nº 12248/98;

VI - Elaborar e implantar um plano de monitoramento e fiscalização do uso e ocupação do solo nas bacias hidrográficas destinadas aos mananciais de água para fins de abastecimento público;

XII - Montar e dar suporte ao funcionamento da Câmara Técnica Setorial do Meio Ambiente e Proteção das Áreas de Mananciais com participação das entidades municipais, estaduais e federais responsáveis pela gestão ambiental, bem como pelas empresas responsáveis pelos sistemas de abastecimento público de água e saneamento que atuam na região metropolitana de Curitiba.

Art. 23. Compete ao Órgão Metropolitano as funções específicas relativas à gestão do Sistema de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos:

I - Fazer estudos e propor tecnologias para a criação de um Sistema de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos na região metropolitana de Curitiba;

II - Gerir o Sistema de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos da região metropolitana de Curitiba, fazendo-o diretamente ou por transferência para terceiros mediante contrato de gestão;

III - Acompanhar e analisar o sistema de custos que resultam nas tarifas pagas pelos usuários do Sistema de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos da região metropolitana de Curitiba;

IV - Apresentar alternativas e efetuar estudos específicos para os locais apropriados para o tratamento e/ou destinação final dos resíduos sólidos gerados na região metropolitana de Curitiba.

Art. 24. Compete ao Órgão Metropolitano as funções específicas relativa à gestão do Uso e Ocupação do Solo Regional:

I - Elaborar e encaminhar para aprovação do Conselho Deliberativo o Plano de Ordenamento Territorial da região metropolitana de Curitiba integrando os aspectos de uso e ocupação do solo regional, sistema viário e transporte público de passageiros;

II - Elaborar e encaminhar ao Conselho Deliberativo pareceres de conformidade ou desconformidade das leis municipais de uso e ocupação do solo urbano quanto às diretrizes físico territorial do Plano de Desenvolvimento Integrado da região metropolitana;

III - Emitir Consulta Prévia e/ou Anuência Prévia nos processos de parcelamento do solo para fins urbanos, loteamentos, condomínios ou outras formas de subdivisões em partes-ideais;

IV - Instituir o Sistema de Informações Setorial de Uso e Ocupação do Solo Metropolitano, construindo os mecanismos para manter atualizada as bases cadastrais georeferenciadas das áreas urbanas da região metropolitana de Curitiba;

V - Montar e dar suporte ao funcionamento da Câmara Técnica Setorial de Uso e Ocupação do Solo com participação das entidades municipais e estaduais responsáveis pela gestão urbanística na região metropolitana de Curitiba;

VI - Efetuar estudos e propor alternativas de expansão das áreas urbanas do Núcleo Urbano Central de acordo com as aptidões do solo na região metropolitana; e

VII - Propor alternativas de criação de novos corredores viários e de transporte público de passageiros para induzir a ocupação para as áreas aptas à ocupação urbana do solo.

Art. 25. Compete ao Órgão Metropolitana as funções específicas relativas à gestão da Habitação de Interesse Social e do Desenvolvimento Econômico e Social da região metropolitana de Curitiba:

I - Definir e implementar planos e programas que aumentem a oferta de habitações e lotes urbanizados para as populações de baixa renda normalmente excluídas do mercado imobiliário;

II - Propor instrumentos para os Planos Diretores Municipais que assegurem a possibilidade de implantação de loteamentos de interesse social destinadas às populações de baixa renda;

III - Propor normas específicas de implantação e comercialização de loteamentos de interesse social a serem adotadas pelos municípios da região metropolitana de Curitiba;

IV - Elaborar estudos e fazer pesquisas que resultem na formulação de indicadores que demonstrem a evolução da economia regional e do bem-estar social;

V - Elaborar estudos e fazer pesquisas que demonstrem a evolução da renda, do emprego, e dos salários na região metropolitana de Curitiba;

VI - Propor a criação de mecanismos de compensação tributária para os municípios que possuem elevado grau de restrição à implantação de atividades econômicas em seu território;

VII - Propor a instituição de Fundo de Desenvolvimento, que tenha por objetivo apoiar a implementação de planos e projetos relativos ao desenvolvimento metropolitano, que tenha por prioridade a redução das desigualdades regionais.

VIII - Propor a criação de mecanismo de redução das desigualdades entre os valores das receitas tributárias percapitas regional originárias da distribuição desigual das atividades econômicas no território metropolitano;

IX - Elaborar diagnóstico e formular planos para o desenvolvimento da economia regional em seus setores primários, secundários e terciário;

X - Montar Sistema de Informação Setorial para armazenar e operar os dados sócioeconômicos regionais, facilitando o acesso deste gênero de informações a todas as entidades formuladoras de políticas públicas e ao público em geral;

XI - Montar e dar suporte ao funcionamento da Câmara Técnica Setorial de Habitação de Interesse Social e Desenvolvimento Econômico e Social, com participação das entidades municipais e estaduais responsáveis pelo planejamento e fomento econômico e pelas entidades executoras de políticas sociais na região metropolitana de Curitiba.

## Seção II

### Da Personalidade Jurídica do Órgão Metropolitano

Art. 26. O Órgão Metropolitana será formado mediante constituição de Consórcio Público nos termos da Lei Federal nº 11107/05, constituindo-se pessoa jurídica de direito privado, formado pelos municípios integrantes da região metropolitana de Curitiba e pelo Governo do Estado do Paraná.

§ 1º A constituição de Consórcio Público para exercício das funções do Órgão Metropolitana dar-se-á dentro do prazo de 01 (um) ano após a promulgação da presente lei complementar.

§ 2º Até a data de constituição do Consórcio Público, as funções do Órgão Metropolitana serão exercidas pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, COMEC, entidade autárquica criada pela Lei Estadual nº 11027, de 29/12/94.

## Seção III

### Da Forma de Organização do Órgão Metropolitano

Art. 27. O Órgão Metropolitana terá um Presidente que será o representante legal do Consórcio Público e será nomeado pelo Conselho Deliberativo.

Art. 28. Serão constituídas no âmbito da estrutura organizacional do Órgão Metropolitana Coordenações Setoriais específicas para a produção técnica relativa ao exercício das funções públicas de interesse comum metropolitana.

§ 1º Ficam constituídas no âmbito da estrutura organizacional do Órgão Metropolitana as seguintes Coordenações Setoriais: Sistema Viário, Sistema de Transporte Público de Passageiros, Meio Ambiente e Proteção dos Mananciais de Água, Sistema de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos, Uso e Ocupação do Solo Regional, Habitação de Interesse Social e Desenvolvimento Econômico e Social.

Art. 29. As Coordenações Setoriais funcionarão articuladas às Câmaras Técnicas Setoriais que serão formadas por técnicos oriundos das entidades públicas que possuem missão institucional ligadas às funções públicas de interesse comum metropolitanas.



Art. 30. Os demais aspectos organizacionais do Órgão Metropolitano serão estabelecidos no estatuto do Consórcio Público mencionado no artigo 26 e versarão sobre as demais dimensões organizacionais ligadas à execução financeira, patrimonial, política de cargos e salários, administração de recursos humanos, assessoria jurídica e outras consideradas necessárias ao desempenho das funções do Órgão Metropolitano.

Parágrafo Único. O Estatuto do Órgão Metropolitano será aprovado pelo Conselho Deliberativo.

#### **Seção IV**

##### **Das Receitas e Despesas de Custeio do Órgão Metropolitano**

Art. 31. O Órgão Metropolitano poderá cobrar taxas referentes aos serviços ou informações por ele prestados ou a entidades privadas.

§ 1º As receitas provenientes da cobrança de taxas serão aplicadas nas despesas de custeio do Órgão Metropolitano.

Art. 32. As despesas de custeio do Órgão Metropolitano que não forem cobertas por receitas próprias serão rateadas entre o Governo do Estado do Paraná e as Prefeituras integrantes da região metropolitana de Curitiba.

§ 1º O rateio das despesas de custeio do Órgão Metropolitano se dará na mesma proporção do poder de voto estabelecido para cada entidade no Conselho Deliberativo mencionado no artigo 8º desta lei complementar.

§ 2º A entidade que deixar de participar do rateio das despesas de custeio do Órgão Metropolitano terá suspenso o seu poder de voto no Conselho Deliberativo.

§ 3º Os 5% (cinco por cento) relativos a participação de Conselho Consultivo serão cobertos pelo Governo do Estado do Paraná que participará com um total de 45% (quarenta e cinco por cento).

Art. 33. A participação de cada entidade no rateio das despesas de custeio do Órgão Metropolitano poderá ser efetuada por repasse financeiro, por seção de pessoal, equipamentos, veículos e imóveis ou outra forma que for considerada válida pelo Conselho Deliberativo.

#### **Capítulo VI**

##### **Das Disposições Gerais e Transitórias**

Art. 34. Os bens móveis e imóveis, as informações em meio digitais ou físicos patrimoniados pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, bem como seu quadro de pessoal serão cedidos para o Órgão Metropolitana a partir da data de sua instauração.

Art. 35. O Conselho Deliberativo reunir-se-á pela primeira vez depois decorridos 60 (sessenta) dias da promulgação da presente lei por convocação do Governador do Estado do Paraná e elegerá o seu Presidente.

Art. 36. O Conselho Deliberativo estabelecerá e aprovará o seu Regimento Interno até 06 (seis) meses decorridos da promulgação da presente lei complementar.

Art. 37. O Conselho Deliberativo dará início a formação do Consórcio Público entre o estado do Paraná e os municípios integrantes da região metropolitana de Curitiba para a formação do Órgão Metropolitano em até 90 (noventa) dias da promulgação da presente lei, devendo o processo estar concluído em no máximo 01 (um) ano.

Art. 38. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19/05/08.

(a) EDSON STRAPASSON

#### **JUSTIFICATIVA:**

As pessoas jurídicas públicas integrantes da federação brasileira (união, estados federados, distrito federal e municípios) são autônomas conforme artigo 18 da CF/88. Exatamente para assegurar esta autonomia e o adequado desempenho de suas atribuições constitucionais, estes entes federativos estão autorizados a criar, mediante lei, tributos dentre aqueles autorizados na Constituição Federal.

No sistema federativo brasileiro, a união, os estados federados e os municípios foram criados para exercer funções distintas entre si, mesmo em matérias de competência ou interesse comuns, como meio de promoção, valorização e dignificação da pessoa humana. Em sua maior parte, as matérias das atribuições constitucionais interessam simultaneamente aos três níveis de Governo, mas o nível de atuação de cada qual, na mesma matéria, difere um do outro para evitar o desperdício de recursos financeiros públicos e duplicação de meios para fins idênticos.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 as questões metropolitanas ficaram atreladas administrativa e financeiramente ao Poder Executivo Estadual. No caso da região metropolitana de Curitiba, isto desencadeou em uma constante agregação de novos municípios. Hoje, a RMC estende seus limites de São Paulo a Santa Catarina totalizando 26 municípios, sendo uma das regiões metropolitanas que vem sofrendo maior acréscimo populacional.

Questiona-se, ainda a função do órgão de planejamento metropolitano, pois observa-se a falta de diálogo e articulação entre a esfera local e regional de planejamento. Predomina a reprodução do modelo Curitiba de desenvolvimento, com todos os seus erros e acertos, na construção das diretrizes metropolitanas de desenvolvimento. A capacidade administrativa de Curitiba tem o poder de dominar as decisões de políticas para os demais municípios, estabelecendo padrões e ordens de controle que afetam diretamente os municípios pertencentes ao aglomerado metropolitano.

Assim sendo, esta integração pressupõe intensa e permanente articulação entre as autoridades estaduais e municipais dos respectivos Poderes Executivo e Legislativo, sem prejuízo de articulação com as autoridades nacionais, no que couber para a construção de crescente consenso a respeito de prioridades, planos, programas, investimentos e ações de interesse comum, e também, sem prejuízo da informação e possibilidade de participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade civil exigida e tornada obrigatória pelo artigo 45 do Estatuto da Cidade (Lei Nacional nº 10257, de 10/07/01). A referida lei não aborda a questão metropolitana, deixando muitas discussões em aberto e o desafio de pensar como conciliar as escalas de planejamento local e regional, mas estabeleceu expressamente o planejamento metropolitano como um dos instrumentos destinados ao cumprimento das diretrizes gerais obrigatórias fixadas no seu artigo 2º e à promoção da ordem urbanística. Em consequência, este processo de planejamento, desde sua elaboração até sua implementação, avaliação e controle, carece de sustentabilidade institucional, financeira e política.

Outro problema real é a ausência da gestão dos serviços comuns, principalmente nos aglomerados não metropolitanos e a necessidade de introduzir nas políticas setoriais a dimensão metropolitana. Há uma relação forte entre a questão da violência, a eficiência do sistema de transporte e a organização do território.

Outra questão é que na RMC os atores não estão constituídos. O alijamento do poder local nos conselhos metropolitanos, inclusive da sociedade civil, evidenciam a necessidade de reforçar a participação de todas as instâncias de poder local.

Hoje, as regiões metropolitanas totalizam 26, concentrando 413 municípios distribuídos numa área de quase 167 mil km<sup>2</sup>, onde vive mais de 68 milhões de habitantes.

Atualmente a RMC é constituída por 26 municípios, de acordo com estimativas do Censo 2007/IBGE e sua população é de 3.172.357 habitantes.

Além disto, mais recentemente, entrou em vigor a Lei nº 11707, de 06/04/05, que disciplina a formação e a contratação de consórcios públicos entre os entes federativos para realização de objetivos de interesse comum, os quais serão extremamente úteis para o enfrentamento dos mais diversos problemas metropolitanos. Tais consórcios públicos serão dotados de personalidade jurídica pública, dentre outras alternativas, poderão firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais e econômicas de outras entidades e órgãos do Governo, promover desapropriações, instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social realizada pelo Poder Público, outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos, exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos, ser contratado pela administração direta ou

indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos.

Os consórcios públicos passam a constituir uma nova figura jurídica na estrutura orgânica e funcional da Administração Pública, eis que assumem a natureza jurídica de associação, seja como pessoa jurídica de direito público ou como pessoa jurídica de direito privado.

As características do consórcio público permitem que lhe seja garantido um espaço próprio na organização e no funcionamento administrativo do estado brasileiro, dissociando-o, principalmente das autarquias, cujas feições são absolutamente distintas da nova pessoa jurídica.

O Projeto de Lei Complementar nº 688, de 2003, não contempla adequadamente todos os elementos acima mencionados, razão pela qual se faz necessário o presente substitutivo no sentido de aperfeiçoá-lo. Como a Constituição do Estado do Paraná, de 1989, exige leis complementares estaduais tanto para criação de região metropolitana quanto para instituição do respectivo sistema de gestão e regulação da participação da população e dos segmentos organizados da sociedade civil, não há empecilho constitucional em que esta lei complementar estadual venha à aperfeiçoar o Sistema de Gestão da Região Metropolitana de Curitiba.

Único país do mundo que, a partir da Constituição Federal de 1988, apresenta uma composição federativa trina, com as personagens autônomas: união, estado e município, e cuja tendência atual de seu modelo de desenvolvimento reforça a tese da descentralização das ações administrativas, sejam elas no campo econômico ou social, o Brasil experimenta um novo ente federativo que, no campo gerencial, agiliza a execução de projetos, barateia custos e atende mais direta e adequadamente às demandas locais e regionais podendo perpassar as três personagens de direito público da federação e, numa outra modalidade, ser também firmado entre o Poder Público e a iniciativa privada. São os consórcios públicos regionais ou a Parceria Público-Privada (PPP).

Ao contrário dos países federativos do mundo que seguem o modelo norte-americano de divisão política, onde existem as províncias (estados) e a união (federação), no Brasil de 1988 para cá, o município surge como uma terceira instituição, local mais próxima do cidadão. Este novíssimo instrumento, que é o consórcio público, complementa o poder municipal e estimula arranjos adequados à prática da cooperação intergovernamental na execução das políticas públicas. Ele foi criado em 06/04/05, sancionado pela Lei Federal nº 11107, regulamentada pelo Decreto nº 6017, de 17/01/07 e ganha força a cada dia. O consórcio reforça ainda mais a tese da descentralização e cooperação nas ações municipais a partir de uma perspectiva regional de desenvolvimento.

Com estas mudanças entendemos que poderá se constituir efetivamente um sistema de gestão da região metropolitana de Curitiba, que poderá fazer frente através da articulação entre os agentes públicos e privados que

atuam na referida região e que concentra ao mesmo tempo a pobreza e a riqueza em contrastes evidentes, em especial, destacamos a participação direta de gerenciamento por todos os municípios em conjunto com o estado e a sociedade civil organizada, dentro de um novo conceito de modelo bem sucedido em centenas de municípios brasileiros e regiões metropolitanas do mundo, que são os consórcios públicos.

Assim, esperamos que a presente proposição encontre o necessário apoio à sua aprovação por esta Casa de Leis.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Concedo a palavra à primeira oradora do Pequeno Expediente, Deputada Rosane Ferreira.

Transfiro a presidência à nossa querida Deputada Cida Borghetti.

### ***Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

(Lê):

“Ontem, 18 de maio, foi o Dia Nacional de Combate à Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. Criado em 1998, quando aproximadamente 80 entidades públicas e privadas reuniram-se na Bahia com intuito de lutar pelo fim da exploração sexual e comercial de crianças, pornografia e tráfico para fins sexuais.

O slogan da campanha este ano é: ‘Esquecer é permitir. Lembrar é combater’. A data reafirma a importância de se denunciar e responsabilizar os autores de violência sexual contra a população infanto-juvenil. O dia também faz alusão a um crime, ocorrido no Espírito Santo, há 27 anos, em que Araceli Cabrera Sanches, então com oito anos de idade, foi violentada e assassinada.

O abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes são crimes que lesam toda uma sociedade. Agredem a auto-estima, o respeito, a confiança e, principalmente, a dignidade do ser humano.

Até o final do mês de abril deste ano, no Disque-Denúncias, conhecido como disque 100 foram registrados mais de 111 mil 807 casos de violência contra a criança sendo que 67,40% dos casos são de agressão física e psicológica e 242 deles resultaram na morte da criança ou do adolescente. Dados do UNICEF apontam que 64% dos casos de violência sexual contra a criança são cometidos por pessoas da própria família e 49% dos casos de abuso sexual vitimam meninos e meninas de dois a cinco anos de idade. Meninas ainda são as principais vítimas do abuso sexual. Oitenta por cento dos casos de abuso contra meninas ocorrem por meio da prostituição infantil.

A integração entre o Governo e a sociedade civil é fundamental para o combate da exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. Especialistas afirmam que as iniciativas em torno do combate à exploração e abuso devem partir do Governo e depois a sociedade civil.

Estudos demonstram que grande parte das agressões contra meninos e meninas acontece dentro do ambiente doméstico. Para isso, é de extrema importância a sensibilização da família e o fortalecimento das condições sócio-econômicas. Uma das consequências desse tipo de violência é a fuga de crianças ou adolescentes para as ruas, espaço onde estão mais vulneráveis às redes criminosas. Há casos, ainda, em que as crianças são vendidas pela própria família, quase sempre como efeito de uma situação de miséria e pobreza.

O artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que os casos de suspeita ou de confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes devem ser comunicados ao Conselho Tutelar da localidade.

Porém, uma das causas que sustentam o abuso e a exploração sexual é a omissão. Frisando, omissão, principalmente, na viabilização de políticas públicas integradas, além de continuidade e velocidade na apuração e responsabilização dos exploradores, independente de classe social.

Além de buscar sensibilizar toda a sociedade, é preciso manter acesa a capacidade de se indignar e buscar alternativas eficazes para fazer cessar esse abuso e exploração que agredem, calam e queimam os sentimentos ainda infantis e adolescentes.”

Ainda é necessário que criemos na sociedade em que vivemos dias de combate à essa ou àquela tragédia - eu posso colocar como tragédia - que assola a nossa sociedade.

Então, estou ocupando este espaço porque como o lema diz lá no comecinho: esquecer é permitir, Deputada Cida, lembrar é combater, e não poderíamos deixar de fazer este registro nesta Casa.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, ainda no Pequeno Expediente, Deputado Marcelo Rangel, pelo tempo de cinco minutos.

### ***Deputado Marcelo Rangel (PPS)***

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, cidadãos do estado do Paraná.

Subo a esta tribuna na tarde de hoje para registrar o primeiro grande passo para a consolidação do projeto de implantação do Aeroporto Internacional de Cargas dos Campos Gerais.

Na semana passada foi assinado decreto aqui em Curitiba que declara de interesse e de utilidade pública, a 23 quilômetros de Ponta Grossa, a área que poderá ser

destinada para a construção do maior aeroporto da América Latina. A área pertence ao município de Tibagi e o decreto foi assinado pelo Prefeito Sinval Silva, com previsão para construção de quatro pistas de quatro quilômetros cada uma delas. O Aeroporto Internacional de Cargas dos Campos Gerais poderá se tornar referência no mundo e será construído pela iniciativa privada. Um projeto audacioso e totalmente diferenciado da construção de outros aeroportos pelo Brasil. Este projeto teve sua iniciativa aqui na Comissão de Transportes da Assembléia Legislativa e teve o apoio total da Assembléia Legislativa, portanto é uma grande vitória desta Casa, que teve também o apoio da Bancada Federal, o apoio dos três Senadores, em especial referência ao Senador Osmar Dias, que teve o apoio do Ministro Nelson Jobim, da Ministra Dilma Roussef, o apoio total do Governo do Presidente Lula, está se consolidando e, principalmente, o apoio da FIEP, com esta área decretada de utilidade pública. Estamos realmente nos preparando para o início da construção deste grande projeto.

Nos próximos dias estarei em reunião com o Ministro Nelson Jobim para passar os avanços desse projeto e também estaremos conversando com o Presidente da PETROBRAS que, inclusive, poderá participar do projeto como fornecedora do combustível das aeronaves.

É uma grande vitória para a cidade de Ponta Grossa no estado do Paraná, é uma vitória gigantesca para o município de Tibagi, para os municípios dos campos gerais, a escolha técnica de engenharia, de arquitetura do projeto dessa dimensão, optou por áreas distantes a mais de 20 quilômetros da cidade de Ponta Grossa por questões de segurança, de proteção ambiental e por ser um empreendimento gigantesco, da ordem de 34 Km<sup>2</sup>, aonde não poderia existir nenhum tipo de edificação, nenhum tipo de problemas ambientais, a escolha se deu por um caráter técnico e por providência divina.

Caros Deputados, na região dos campos gerais poderemos ter o principal aeroporto de cargas do país e o maior da América Latina. Portanto, nos próximos dias estaremos aqui na Assembléia Legislativa passando todas as informações a respeito das empresas que estarão investindo nesse local, investindo nesse projeto que não é, na verdade, apenas uma vitória de uma, de duas, ou de 10 cidades dos campos gerais, mas é uma vitória do Paraná e do país!

Aqui deixo registrado o meu agradecimento, como Parlamentar Presidente da Comissão de Transportes, aos Parlamentares que participaram das diversas reuniões e palestras a respeito desse empreendimento. Agradeço a todos os partidos aqui representados nessa Casa de Leis, agradeço ao Prefeito da cidade de Tibagi, representante do PMDB naquela região. Preciso agradecer ao Partido dos Trabalhadores também, porque os Ministros que representam, o Governo Lula me receberam de uma forma fantástica e acreditaram também nesse projeto.

Agradeço à FIEP e aos três Senadores e principalmente aos engenheiros, arquitetos da empresa Morozowski-Perry, que também estão à frente dos estudos de viabilidade técnica para esse empreendimento.

Sra. Presidente, encerro aqui porque era isso que gostaria de deixar registrado neste Pequeno Expediente.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

**O SR. TADEU VENERI**

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Venho a tribuna hoje porque na semana que passou, mais precisamente na sexta-feira, estivemos aqui acompanhando Joaquim Ribeiro, na Secretaria da Segurança Pública, estivemos no INCRA, inclusive na posse da nova Presidente do INCRA, Cláudia, e estivemos também conversando com lideranças aqui da cidade de Curitiba. No sábado o Partido dos Trabalhadores fez uma nota em que afirma que está absolutamente fora de qualquer possibilidade que continuemos tendo no Paraná situações como a verificada na semana passada com relação a Joaquim Ribeiro. Joaquim é um dos Líderes do acampamento Bom Pastor, que os senhores e as senhoras lembram que na semana que passou foi alvo de uma desocupação feita por milícias particulares. Isso foi noticiado em todos os jornais, vimos inclusive fotos do caminhão que fez a desocupação e a partir dali passou a sofrer - Deputado Elton, o senhor que é de Toledo, e esse fato se deu em Cascavel, na verdade entre Cascavel e Corbélia - passou a sofrer, primeiro, ameaças de morte por telefone; mas o que é mais grave, Deputado Elio Rusch, em que pese termos visões diferentes a respeito da reforma agrária, do MST, dos movimentos sociais, passou a ter "visitas" feitas à sua casa, inclusive com pessoas diretamente ligadas a determinados grupos, dizendo que ele, assim como o Celso e o Damasceno, estão na lista daqueles que devem morrer no estado do Paraná por estarem envolvidos com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no caso o Celso e o Damasceno. O MST, no caso do Joaquim.

O Joaquim veio para Curitiba, foi até a Delegacia e fez o BO. A pessoa que o procurou fez questão de explicitar, ele não estava em casa, fez questão de explicitar aos seus vizinhos, que já havia sido feita uma ameaça a ele por telefone e que a próxima não seria feita por telefone. Ele estaria entre as pessoas que devem ser eliminadas no estado do Paraná.

Considero isso extremamente grave. Na sexta-feira ligamos na Secretaria da Segurança Pública, e prontamente o Coronel nos atendeu. O Secretário estava em reunião. O Coronel que responde por nos atender, relatamos o caso a ele, no sábado, a Deputada Luciana que é Presidente do PT tirou uma nota repudiando esse

tipo de atitude e entendo que não vamos resolver problemas que são graves naquela região se partirmos para um processo de eliminação física daqueles que porventura tenham posições diferenciadas.

Procuramos o INCRA inclusive na sexta-feira à tarde, porque é possível que tenhamos uma solução para algumas áreas que já estão ocupadas há cinco, seis, sete anos. Sabemos que o INCRA tem limitação de recursos de pessoal. Mas a Superintendente do INCRA, a Claudia, que havia assumido naquela semana, na quinta-feira nos recebeu e se propôs a encaminhar, o mais rápido possível, uma solução para a região de Cascavel, onde duas fazendas já estão há algum tempo sendo ocupada, como com a questão específica do Bom Pastor.

Espero que não tenhamos que lamentar, como muitas vezes temos feito aqui, por termos tido mais um assassinato no campo. Espero que não tenhamos que vir a essa tribuna apenas para denunciar. Estamos fazendo não uma denúncia, mas um aviso prévio do que vem acontecendo na região.

Sabemos, Deputados Péricles, que o nosso partido tem tido posições bastante claras com relação a isso. É inadmissível que ainda tenhamos situações como essas, onde as pessoas são detidas na verdade por alguns dias. No dia que essa detenção se encerra, essas mesmas pessoas, no caso os 10 homens que haviam sido presos acusados de integrar uma das milícias armadas na região, essas mesmas pessoas passam a fazer ameaças explícitas de eliminar fisicamente as lideranças dos movimentos rurais do estado do Paraná.

Sabemos que há diferenças de encaminhamentos, há diferenças de visão, mas temos claro que mais do que essas diferenças de visão, ninguém pode concordar com as ameaças que as pessoas vem sofrendo o tempo todo.

Sr. Presidente, eu teria o horário da Liderança para inclusive ceder o aparte.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

V. Exa., para conceder o aparte, teria que entrar no Horário da Liderança.

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Vou solicitar, porque a Deputada Rafagnin está solicitando um aparte.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

V. Exa. passa mais de 10 minutos no horário da Liderança do PT. V. Exa. pode dividir o horário também.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

**O SR. TADEU VENERI**

Vou fazer isso, Sr. Presidente, vou usar cinco minutos, apenas para conceder o aparte aos nossos companheiros de Bancada.

### **A Sra. Luciana Rafagnin (PT) (Aparte)**

Quero me somar ao vosso pronunciamento e dizer que realmente na tarde de sexta-feira, na reunião da Executiva do PT, e também no sábado, na reunião do Diretório do PT, tivemos a presença então do Líder do MST, o Sr. Joaquim, e ele nos relatava todo esse drama, todas essas ameaças que vem sofrendo e também as demais Lideranças do acampamento. Gostaria até de lembrar a V. Exa. que também o Bispo Dom Mauro está sendo ameaçado.

Lamentamos tudo isso que vem acontecendo. Acredito que não é dessa forma realmente que vamos ter a reforma agrária no nosso estado e muito menos vamos conseguir ter paz. Quando falamos em paz, não usamos armas, não ameaçamos, não agimos com terrorismo para as pessoas, muito menos querendo fazer com que as pessoas saiam dos acampamentos de uma forma tão brusca como vem ocorrendo e como ocorreu principalmente no dia 08 de maio.

Quero me somar ao seu pronunciamento, ser solidária e dizer também que, em nome do Partido dos Trabalhadores, já emitimos uma nota de repúdio a tudo isso que vem acontecendo e pedindo também segurança para as Lideranças e para as pessoas que estão sendo ameaçadas.

Obrigada, Deputado Tadeu!

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Obrigado, Deputada Luciana.

É bom lembrarmos, e a Deputada Luciana o fez a tempo, que não é apenas - e já seria muito grave se fosse - o Líder do MST que está tendo sua vida ameaçada, mas o Bispo em Cascavel, por ter se manifestado favorável aos trabalhadores, também está sendo ameaçado, inclusive por aqueles que acham que ele deve ser transferido ou será eliminado fisicamente. Quer dizer, vejam ao absurdo que chegamos. No estado do Paraná nunca tivemos uma situação como essas, onde um Bispo de uma cidade é ameaçado fisicamente, a sua vida, por se colocar ao lado dos movimentos sociais.

Com um aparte o Deputado Péricles.

**O Sr. Péricles de Mello (PT)**

Estava aguardando o relatório de Cascavel, que ainda não me chegou com detalhes o que acontece na região, mas é uma coisa muito grave. Acho que temos que nos organizar para impedir que tragédias aconteçam. Geralmente os assassinatos são contra pessoas humildes e indefesas e infelizmente neste país, no século XXI, vimos em julgamento o assassino da Freira Doroty ser absolvido. Então, essa crueldade de setores atrasados, das elites econômicas do Brasil, ainda permanece e muitas vezes como o beneplácito da Justiça.

Então, acho que a nossa ação tem que ser muito organizada e precisamos, com urgência, marcar uma Audiência com o Secretário da Segurança Pública do Paraná, porque não é possível que exista um movimento que tenha uma ação política que tensione a própria legali-

dade. Mas não é só o MST que faz isso e sabemos que não. Agora, quando a tensão sobre a legalidade se dá por aqueles grupos econômicos fortes, o tratamento é um, mas quando são pessoas humildes e que nada têm, excluídos secularmente e que utilizam uma forma de ocupação que tensiona a legalidade, terras improdutivas, aí aquele princípio passa a valer. No Brasil, o princípio da propriedade privada é superior à vida. É isso que acontece!

Então, realmente acho que temos que nos unir, todos aqueles que defendem justiça social e reforma agrária, para impedir que assassinatos venham a ocorrer novamente na região oeste, como já ocorreu, e agora um Bispo está sendo ameaçado de morte, uma pessoa simples que tem um sonho, um trabalho político de transformação social e reforma agrária, seja ameaçado de morte dessa forma.

Então, quero me solidarizar ao senhor e precisamos de uma ação com grande envergadura para impedir que assassinatos aconteçam.

#### **O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)**

Quero só complementar. Quando o corpo do Canon foi exumado, é um fato interessante, porque ele tinha sido enterrado e tinham dito que a bala que o havia atingido tinha sido na horizontal, e na exumação pelo perito deu que foi atirado de cima para baixo. Foi executado. E a pressão que teve por parte de alguns fazendeiros, sendo muita gente boa também, mas infelizmente a pressão que fizeram ao legista foi uma coisa muito forte. Ficou provado que o Canon foi executado à queimadura, bem de pertinho, de cima para baixo.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Obrigado, Sr. Presidente.

Termino aqui com esses cinco minutos e ficam mais cinco minutos para o Líder do nosso partido. Acho que esse é um tema que vamos voltar a debater, porque não é possível que as execuções no campo continuem, como se isso fosse uma normalidade no estado do Paraná.

#### **O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Antes de conceder a palavra ao Deputado Antonio Belinati, no horário do Pequeno Expediente, esta presidência quer registrar com satisfação a presença do Prefeito Nilson Martins, de Atalaia, acompanhado pelo Presidente da Câmara, Bráulio da Silva, e pelos Vereadores Osvaldo Martinez e Luiz Carlos Candioto. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

Com a palavra o Deputado Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

#### **O SR. ANTONIO BELINATI**

Nobre Presidente Antonio Anibelli, agora há pouco V. Exa. fez uma festa para comemorar que estava assumindo a presidência, poucos minutos depois se despediu e já está de volta no comando. É um homem fantástico o Antonio Anibelli.

Quero parabenizar o nosso companheiro Nani Góes, repórter fotográfico desta Casa, pelo sucesso da sua exposição de fotografias, inclusive enfocando principalmente fotos curiosas da política paranaense. Ao Nani Góes a nossa homenagem.

E lamentar o que o programa Fantástico, da Rede Globo, mostrou ontem, lamentar o que está ocorrendo e que motivou essa reportagem da Rede Globo, num estado tão rico como o Paraná, está aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: “Crianças de até cinco anos trabalham nas lavouras de tabaco no Paraná”. Dia 13 de maio comemoramos a assinatura que acabou com a escravidão no Brasil. Acabou em parte, no papel, porque essas crianças com apenas cinco anos, que deveriam estar brincando, ou pouco mais para a frente estar indo para a escola, já estão trabalhando na lavoura de tabaco, que produz um produto maldito que mata o ser humano, mata o fumante, principalmente com o câncer no pulmão. É lamentável que num estado tão majestoso como o Paraná ainda tenham cretinos, pessoas safadas que não respeitam a lei, que querem engordar o lucro das suas terras, fazendas, e que abusam aproveitando-se de crianças até de cinco anos.

Essa imagem foi para o Brasil e muitos brasileiros que estão no exterior devem ter visto essa fotografia negra da história do Paraná, a exploração. Considero uma escravidão um fazendeiro ter a cara-de-pau de usar na sua plantação de tabaco essas crianças com apenas cinco anos de idade, seis, sete anos, crianças de oito, nove anos que não estão indo para a escola porque estão ali, por ordem do pai, trabalhando para ajudar os pais que são pobres. Esse é um lado triste e que deve ser corrigido. Agora, as autoridades deveriam punir esses maus agricultores.

Agora, em outro ponto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no Paraná, na cidade de Porecatu, englobando uma região de vários municípios, tem uma usina poderosa de açúcar, a Central do Paraná, já foi da família Lunardelli, depois foi vendida para o Grupo Atala. Esse Grupo Atala teve um tempo que era envolvido naqueles grandes eventos que davam fotografias nas colunas sociais do Brasil inteiro, envolvido com Fórmula-1, grandes banquetes na alta sociedade paulistana. Mas não estou preocupado em saber se continua bebendo ou não um uísque caro, um vinho caro, comendo camarão, lagosta; o que quero cobrar aqui desse homem poderoso, arquivili-onário, é que deixe de ser desumano, seja humano, 4 mil cortadores de cana-de-açúcar de Porecatu, Florestópolis, Miraselva, Vila Prado Ferreira, Centenário, Lupionópolis, estavam com dois meses de salário atrasado.

Há um comentário que o Sr. Atala estaria até tentando forçar uma situação social para poder vender essa Usina Central do Paraná, e naturalmente tendo aí até a ingerência do Governo Federal. Se o Sr. Atala nem no Paraná mora. Mas é um empresário desumano.

Quero fazer esse apelo dramático. Imaginem quatro mil cortadores de cana, que têm família, têm aluguel, têm gás, remédio para comprar, trabalhando e recebendo

o salário em dia já é impossível dar um bom padrão de vida para a família, imaginem o Sr. Atala, de maneira desumana, não pagar o salário que deve para os cortadores de cana, que o ajudam a se tornar mais poderoso e mais milionário.

Muito obrigado!

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero falar de dois assuntos que aconteceram na última sexta-feira, dia 16 de maio, na cidade de Cascavel.

Um foi à noite, onde se comemorou os 32 anos de fundação e de existência do jornal O Paraná, de Cascavel. Agora, sob novo proprietário, o Sr. Alfredo Kaefer, que é Deputado Federal e empresário destacado, não só da região oeste do Paraná, mas de outros estados da federação.

Houve uma recepção na sexta-feira à noite, diversos Parlamentares estiveram presentes, entre eles os Deputados Duílio Genari, Edgar Bueno, Eduardo Sciarra, Dirceu Sperafico.

Estamos apresentando um requerimento na Sessão de hoje, transmitindo aos Diretores, funcionários daquele jornal os cumprimentos e o reconhecimento pelo trabalho que têm feito em defesa das grandes causas do oeste do Paraná. O jornal tem defendido grandes causas da nossa região, por exemplo o hospital regional, a FERROESTE, a ponte em Guaíra, a duplicação entre Cascavel e Toledo. E, mais recentemente, encampando duas grandes bandeiras: a duplicação entre Cascavel e Medianeira e o aeroporto regional.

Por essa razão, fizemos questão de registrar na Sessão de hoje os nossos cumprimentos para esse jornal, da forma como ele está sendo editado e a linha editorial com imparcialidade, ética e total profissionalismo daqueles que trabalham no jornal O Paraná.

O outro assunto que queremos abordar é a marcha que houve, também no dia 16 de maio, no centro de Cascavel. Também presentes os Deputados: Edgar Bueno, Duílio Genari, Alfredo Kaefer, Eduardo Sciarra e Dirceu Sperafico nessa marcha intitulada Marcha pelo Cumprimento da Lei e da Ordem e pela Paz no Campo. Está estabelecido e a grande imprensa tem mostrado isso não só no nosso estado, mas em nível nacional, o conflito que se estabeleceu no campo, especificamente na região oeste do Paraná.

Deu para perceber que todas as pessoas que participaram dessas marcha em Cascavel, as mais diversas entidades, sindicatos, Associação Comercial, CDL,

Sociedade Rural, entre outras entidades, são a favor da reforma agrária, mas dentro da legalidade. Todos que se manifestaram e pronunciaram, na sexta-feira, em Cascavel, se mostraram preocupados com a forma e com o rumo que a situação está tomando, hoje, na cidade de Cascavel e na região oeste do estado.

Então, a nossa preocupação é muito grande. Temos diversas áreas invadidas, com reintegração de posse já concedida. O Governo não está cumprindo as reintegrações de posse e não cumprindo as reintegrações de posse gera-se, automaticamente, esse conflito.

Além das áreas ocupadas que estão plantando as propriedades, outras áreas invadidas impedem que os proprietários tenham acesso à sua propriedade e o legítimo proprietário sente-se desprotegido. Outras propriedades, na iminência de serem invadidas, procuram através da contratação de seguranças particulares, empresas para proteger a sua propriedade. O que nós queremos? Temos que ter muito cuidado, muita cautela. Ninguém é contra a reforma agrária. Se o Governo quer fazer a reforma agrária que compre a terra, entre em entendimento com o proprietário e coloque essa propriedade, essa terra à disposição para reforma agrária, mas se dê terra para quem da terra vive.

O que está acontecendo hoje? Usa-se muitas pessoas que não têm vocação com agricultura, procura-se essas pessoas nas periferias das cidades para inchar os movimentos, levam esses coitados debaixo da lona preta na esperança de receber um pedaço de terra. Então, os conflitos que surgem, hoje, muitas vezes são conflitos que poderiam ser evitados.

O que o Governo precisa fazer? Precisa envolver os municípios. Precisa municipalizar até a reforma agrária, porque é no município que as pessoas sabem se essa pessoa é de Francisco Beltrão ou se essa pessoa veio lá do norte, veio do sul ou veio de outros estados encampar, engrossar algumas fileiras, alguns movimentos.

Esse é o cuidado que temos que ter, com total imparcialidade, porque a partir do momento que nós aqui da Assembléia Legislativa partirmos para um lado só: “Olha, somos a favor dos sem-terra, somos contra as propriedades”, ou, “só defendemos o direito da propriedade e não queremos reforma agrária, estamos partindo para o radicalismo e dessa forma não se faz reforma agrária no nosso país. A reforma agrária tem que ser feita dentro da legalidade. Aliás, já tínhamos no Brasil um decreto presidencial que dizia o seguinte: “Área invadida não pode ser objeto para reforma agrária.” Isso não se respeita mais.

Hoje, invade-se área e, depois, procura-se desapropriar essa área para fins de reforma agrária. Existem alguns proprietários de terra que foram procurados pelo INCRA ou pelo Governo para desapropriar essas áreas para fazer assentamento, mas o Governo não paga, não cumpre. Paga os proprietários ou pergunta quem quer vender a terra, mas sem que o movimento tome conhecimento. Só existe uma forma para evitar a invasão dessas propriedades: voltar o decreto dizendo: “Área invadida

não pode ser usada para reforma agrária”. Você acaba com essa baderna. Queremos reforma agrária, sim, mas dentro da lei. Não podemos esquecer, Deputado Anibelli, que assume a Presidência da Casa, aqui na Assembléia, interinamente, por alguns dias.

O que é que nós queremos, dentro da legalidade, dentro da lei? Não podemos permitir que aconteça o que está acontecendo hoje. Aí tem os confrontos. Já disse uma vez aqui desta tribuna, na nossa região a fazenda Syngenta não é fazenda de produção, é uma área de pesquisa, tem 123 hectares. Dos 123 hectares, 70 hectares são de preservação permanente. Apenas 50 hectares não são de pesquisa, são de plantação, não de cultivo. Se fosse fazer reforma agrária, como se diz, e o lado social? Se fosse usar esses 50 hectares de terra para reforma agrária, você assentaria quantas? Cinco famílias, não mais.

Sabe quantas famílias estavam trabalhando lá? Cinquenta famílias estavam trabalhando na área de experimento da Syngenta em Santa Tereza. E hoje quantas trabalham? Nenhuma!

A Syngenta, independente de ser multinacional ou empresa nacional, pública, o que é que a agricultura precisa? Da pesquisa. Ela precisa da ciência, da tecnologia. Temos que reduzir o custo de produção e aumentar a nossa produção.

Falamos na semana passada aqui do aumento que houve nos fertilizantes e muitos perguntam o que são fertilizantes. É o adubo que é usado na propriedade, na terra, para que o agricultor possa produzir mais. E os componentes desses fertilizantes, 70% são importados. O nitrogênio, que é um dos componentes do fertilizante, que é usado na soja, ele é extraído do derivado do petróleo. E o petróleo está nas mãos de quem? Está nas mãos da PETROBRAS.

O fósforo, de onde você tira o fósforo? O cálcio você tira de onde? Você tira das minas. Custa muito caro uma empresa perfurar as minas, explorar o fósforo e o cálcio.

O Governo tem que entrar nessa situação. Usa-se a PETROBRAS - já tem o petróleo e o nitrogênio que são um derivado do petróleo - que a PETROBRAS use também os seus recursos. E o Governo, só tem um que resolve a questão da agricultura para baixar o custo da produção: é o Governo da República. Usa os recursos, vamos explorar as minas de fósforo que tem no Brasil, vamos explorar as minas de cálcio que tem no Brasil. Vamos reduzir o custo de fertilizantes, vamos evitar a importação.

Estava conversando, ao meio-dia, na sala do Presidente Nelson Justus e estava o Deputado Nishimori, estávamos conversando sobre os fertilizantes e o custo da produção da agricultura, quando Nishimori nos diz que estaria vindo uma comitiva japonesa nos primeiros dias aqui para o Paraná e ele falou dos fertilizantes que são exportados da China. Mas na China é taxada em mais de 100% a exportação dos componentes e dos fertilizandos.

Aqui no Brasil taxamos a importação de muitos produtos. Se queremos produzir e ajudar efetivamente a agricultura, o Governo tem que participar, obrigatoriamente, na exploração dos componentes, dos fertilizantes do nosso Brasil.

A PETROBRAS já é uma das empresas que fornece o nitrogênio. Usa-se o lucro da PETROBRAS, que deu mais de 20 bilhões de lucro no ano passado. Usa-se 1% daqui, lá, ou que use 10% do lucro e, com toda certeza, possamos, através da nossa tecnologia, explorar o fósforo e o cálcio e colocar à disposição das nossas empresas, reduzir esse custo de produção, para que possamos produzir o adubo mais barato.

Através das empresas de pesquisas, como é que conseguimos aumentar a produção da soja, do milho, do feijão e de toda a cultura? É através da pesquisa, seja através da EMPRAPA, seja através do IAPAR ou das empresas particulares, seja das cooperativas ou de qualquer outra empresa. Temos que andar juntos: o Poder Público e o setor privado, fazer com que o nosso agricultor possa produzir mais e ter uma redução no seu custo de produção.

Aparte ao Deputado Plauto Miró.

#### **O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)**

Deputado Elio Rusch, escuto com atenção o seu pronunciamento. Hoje a pauta do mundo é falar nos custos dos alimentos, porque alguns produtos tiveram o seu preço elevado em 30%, 40%, até 50%, desde o milho até o feijão, do arroz, da soja. E naturalmente, todos se voltam para a discussão e vemos os fertilizantes, que são insumos da produção de grãos. E tudo isso na discussão faz com que o mundo repense no que está acontecendo.

Na verdade, o aumento do preço da comida é porque nos países asiáticos, em especial na China e na Índia, estão comendo mais, comendo melhor. E isso fez com que os estoques reguladores diminuíssem dentro do nosso planeja e com isso os preços se elevaram. Só que em conjunto, o custo de produção também se elevou. O adubo está mais caro e o adubo é o instrumento que está nas mãos de poucos produtores no mundo. E aqui no Brasil temos que ver o Governo Federal, através da PETROBRAS, como já fez num passado próximo, intervir. Investir recursos. Na semana passada o senhor foi muito inteligente e aqui falou de fazer o PAC dos fertilizantes, para que possamos ter o adubo mais barato, para que possamos ter o arroz, o feijão, o trigo, o milho, a soja com um preço menor, porque como está hoje, o custo de produção não pára de aumentar e quem vai pagar com isso é o consumidor lá na ponta, que vai ter na sua mesa a comida mais cara.

O Presidente Lula tem que agir. Agora é hora do PAC dos alimentos. E ele tem que investir para que o Governo venha a explorar as minas de fósforo, de potássio e a PETROBRAS produzir o petróleo para que tenhamos o nitrogênio mais barato. Porque se o Governo Federal não intervir, não teremos, com certeza, a diminuição, em curto prazo, dos alimentos na mesa dos brasileiros.

Obrigado Deputado Elio.



O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Agradeço ao Deputado Plauto.

Sobre esse assunto já nos manifestamos na semana passada e V. Exa. que é um dos profundos conhecedores do agronegócio, nós também não podemos deixar passar em branco esse momento que vive a agricultura brasileira. Hoje o preço da cultura da soja especialmente está num preço bom. A nossa preocupação é esse aumento expressivo que houve nos fertilizantes. E como é que vamos resolver isso? É o Governo intervir. Tem que investir dinheiro. Precisamos da infra-estrutura no nosso país. E o que é a infra-estrutura? É porto, armazenagem, transporte, seja rodoviário, ferroviário, tudo isso faz parte de um grande complexo de infra-estrutura que o Brasil precisa. A iniciativa privada faz a sua parte. O Governo precisa fazer a sua parte também. O Governo tem que olhar o lado social. Mas só consegue atender o social se você tem receita e renda. E só tem receita e renda quando se tem produção. Agora, o produtor tem que ser respeitado. E quando falo produtor, seja pequeno ou grande, ele tem que ser respeitado no direito à propriedade, que foi o início do nosso pronunciamento. O direito de um termina aonde começa o direito do próximo. Então, o direito da propriedade tem que ser respeitado. Vamos parar de invadir propriedade.

Muitas vezes, como disse antes, os movimentos são liderados por pessoas que não são da área, como aconteceu naquele confronto que houve na Fazenda Syngenta. Infelizmente, duas pessoas perderam a vida. Uma, por parte da segurança, que é pai de família, tem esposa e tem filho. O outro, por parte do movimento. Mas ele não é do MST, era funcionário da FUNPAR, que não tem a ver com os sem-terra. Era uma pessoa que se intitulou como Líder, que estava liderando um movimento na Fazenda Syngenta, mas infelizmente perdeu a vida.

Condenamos a violência. Queremos a violência longe. Queremos paz no campo. Há duas palavras escritas na bandeira nacional, no nosso pavilhão nacional: "Ordem e Progresso". Onde existe progresso, tem a ordem. A ordem é o princípio, o início de tudo. Vamos ter ordem no nosso Brasil. Vamos respeitar a legislação. Vamos respeitar o direito à propriedade. Vamos fazer a reforma agrária, mas dentro da legalidade, dentro da lei.

Sr. Presidente, muito obrigado a V. Exa. Sucesso nesse tempo em que V. Exa. permanece na presidência da Casa, já que o Presidente Nelson Justus se licencia. Tenho certeza que competência não lhe faltará, porque o senhor presidiu esta Casa há alguns anos e foi um brilhante Presidente, como foi um brilhante Parlamentar no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Agradeço as palavras do Deputado Elio Rusch.

Vamos ver se nesses 10 dias fazemos a reforma agrária.

Concedo a palavra ao Deputado Teruo Kato, por 15 minutos, no Grande Expediente.

## ***Deputado Teruo Kato (PMDB)***

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente Antonio Anibelli; 1ª Secretária, Deputada Luciana Rafagnin; 2º Secretário, Deputado Jonas Guimarães, minhas senhoras e meus senhores, meus caros Deputados e Deputadas.

No último final de semana estive em Campo Mourão participando da COMCAMFEST, festa dos pratos típicos da região do coração do Paraná. Fiz questão de estar presente, porque achei a idéia muito interessante. Tive a oportunidade de encontrar os Deputados Douglas Fabrício, Luiz Eduardo Cheida e o Deputado Federal Marcelo Almeida. Eu tinha participado de uma reunião em Mamborê, quando fiquei sabendo dessa festa. Parabenizei a Presidente da COMCAM, a Prefeita de Farol, Dina Cardoso e também o Coordenador Geral da COMCAMFEST, o César Bronzel. Como disse a Prefeita Dina, a idéia iniciou como inovadora, mas sem muitas pretensões. Na medida em que a idéia foi evoluindo, o movimento foi crescendo e vimos em Campo Mourão uma grande festa de integração dos municípios da COMCAM. Acredito, talvez, que esse seja um dos fatos mais relevantes. Verificamos, muitas vezes, uma falta de união entre os próprios Prefeitos. Muitas vezes, as Associações dos Municípios acabam não cumprindo com o seu papel. Até, muitas vezes, a própria população cobrando, dizendo que essas associações, de repente, não cumprem com o seu objetivo.

E a COMCAMFEST, na Presidência da Dina Cardoso, tem demonstrado que a Associação dos municípios pode fazer muito pela região.

Então, nesta festa, além desta integração, pudemos sentir isto nos Prefeitos que estiveram presentes, Deputado Pastor Edson Praczyk, e além desta integração esta festa teve uma oportunidade grande de apresentações culturais, atrações culturais da região, os pratos típicos, logicamente, de cada município, e isto vai incentivar o próprio turismo regional, e gerando o turismo regional logicamente que vai estar também incrementando a própria atividade econômica da região.

Então, uma iniciativa muito boa. Além de estar divulgando tudo isto que eu coloquei, foi por uma causa muito nobre, ou seja, toda a arrecadação, todo o resultado, o lucro desta festa vai ser direcionado às Santas Casas da região, ou seja, 70% da arrecadação vai para a Santa Casa de Campo Mourão e 30% para a Santa Casa de Goioerê.

Então, fiz questão de registrar esse evento porque achei de extrema importância e que poderá, inclusive, servir de exemplo para outras regiões.

Sr. Presidente Antonio Anibelli, desejo sucesso neste período da presidência, e gostaria agora de tratar de um assunto que considero dos mais relevantes.

Eu que tenho lutado muito pela Educação, inclusive no ano passado fizemos várias Audiências Públicas no estado defendendo a Educação em tempo integral e agora estamos iniciando um outro movimento que considero, talvez, um dos maiores movimentos que vai acontecer na área da Educação, principalmente em defesa da educação básica.

Tivemos nesta manhã uma reunião na FIEP, onde estivemos reunidos com representantes da FIEP, da FACIAP, da OCEPAR, da ACEP, da FETRANSPAR, da FAEP, FECOMÉRCIO, FETAEP, tivemos a presença também de representantes do Conselho Estadual da Educação, da Secretaria Estadual de Educação, representantes também da UNDIME, da AMP, e também da Assembléia Legislativa do Paraná, especificamente o Beto que é o assessor do Deputado Péricles, e sendo o Deputado Péricles o Presidente da Comissão de Educação, vem apoiando também esse movimento, Deputado Elton, que vai se chamar Movimento das Cidades pela Educação Básica.

Qual o objetivo deste movimento? Sabemos que a Educação necessita realmente melhorar agora em termos de qualidade, já que houve a universalização. Mas agora temos que pensar na qualidade e, portanto, estamos iniciando um movimento de envolvimento de toda a sociedade em cada município, ou seja, qualquer cidadão que queira participar deste movimento, dar a sua contribuição para melhorar a educação básica no seu município, poderá participar.

E estaremos tendo o apoio efetivo de todos os representantes destas entidades. Os senhores sabem muito bem que a FACIAP, a FIEP, enfim, todas estas entidades têm uma importância muito grande em cada município e é muito respeitada.

Então, acredito que, com o envolvimento dessas entidades, esse movimento das cidades pela educação básica vai dar um salto muito grande, dando seqüência ao movimento que foi iniciado no ano passado pelo Governo Federal que foi o movimento chamado: Todos pela Educação. Mas como entendemos que a educação básica é aquela que dá base para a criança, para o jovem, para o cidadão para seguir seus estudos e atingir o nível de qualidade necessário neste mundo globalizado, é que estamos enfocando a educação básica.

Portanto, neste movimento temos alguns objetivos a serem alcançados e um deles será estabelecer uma data para que toda criança esteja plenamente alfabetizada, até os oito anos de idade, em cada município. O objetivo do MEC, naturalmente, é um objetivo a longo prazo. Foi estabelecida a data até 2022, mas acredito que aqui no Paraná possamos estar antecipando e obtendo os resultados bem antes de 2022.

O outro objetivo é definir qual deve ser o percentual de aumento anual do IDEB em cada município. O IDEB é o Índice de Desempenho da Educação Básica, que foi feita pela primeira vez em 2005, mas que está sendo feita uma nova avaliação e esses índices logo estarão disponíveis também.

Cada estado tem o seu IDEB, cada município tem o seu IDEB e cada escola também tem o seu IDEB, ou seja, cada escola vai poder estar fazendo um planejamento dos índices que eles pretendem atingir no decorrer do tempo. Outro objetivo a ser alcançado também é estipular uma data para universalização da pré-escola, com crianças a partir de quatro anos em cada município. O objetivo nacional é para 2012, mas também acreditamos que com trabalho bem direcionado com certeza poderemos estar antecipando o atingimento desse objetivo.

Algumas questões sobre a educação básica foram levantadas no último Fórum sobre cidades educadoras, que foi realizado em Porto Alegre, em fevereiro, e alguns itens foram levantados como questões a serem resolvidas. Por exemplo, foi constatado que quando há envolvimento do gestor público na questão da Educação, a Educação melhora. Se houver também uma gestão democrática nas escolas a tendência também é de melhorar a Educação. Se houver a participação dos pais de alunos também a Educação melhora. Se houver um programa de Educação continuada dos professores, ou seja, melhorando a qualificação dos professores, a Educação também melhora. Se houver, principalmente, uma valorização dos trabalhadores da Educação, com certeza a Educação vai melhorar ainda mais. Então, vejam que os caminhos nós temos, basta fazer com que isso seja implementado lá na base e através desse movimento é que estamos buscando atingir os objetivos que desejamos.

Concedo, com prazer, o aparte ao Deputado Elton Welter.

#### **O Sr. Elton Welter (PT)**

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, de uma fundamentação extraordinária no sentido de criar condições para que, de fato, os municípios assumam cada vez mais esse papel da Educação, havendo envolvimento do Poder Público local, cada vez mais democratizando a questão das políticas públicas é a melhor forma de aperfeiçoá-las e torná-las permanentes, sem sombra de dúvida, discutir com o professor, dialogar com a sociedade. O Poder Público tem essa grandeza, democratizando as políticas públicas, seja na Educação, seja na Habitação, seja no saneamento básico, seja na Saúde. Isso tudo possibilita que se acerte muito mais as políticas públicas.

Então, essa avaliação que será feita que V. Exa. se pronuncia, certamente os planos de Governo dos futuros Prefeitos deveria contemplar todos esses princípios que V. Exa. acabou de anunciar e que fazem parte da avaliação para melhorar o ensino a nível municipal.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. TERUO KATO (PMDB)

Obrigado.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, esse movimento inicia muito forte. Queremos colocar a Educação como prioridade máxima em todos os segmentos da sociedade. Tenho absoluta certeza que através desse movimento vamos também atingir, Deputado Dr. Batista, também os próximos pré-candidatos a Prefeito.

Então, desse movimento acredito que saia uma carta-compromisso, que cada pré-candidato poderá estar assinando, assumindo esse compromisso com a Educação. A partir do momento em que o candidato assumir esse compromisso e for eleito, daí tenho certeza que ele implementará durante o seu Governo ações que venham a melhorar a qualidade da Educação e que, principalmente, venha de encontro também a esse grande anseio que tanto eu, como Deputado Estadual, e também o Padre Valter lá de Apucarana, estamos lutando muito defendendo a escola em tempo integral.

Não só a escola em tempo integral, mas a Educação em tempo integral, porque temos visto que a Educação em tempo integral, colocando as crianças na escola, tendo café da manhã, tendo almoço, café da tarde, tendo a grade curricular normal, intercalado com as atividades esportivas, culturais, o aproveitamento da criança é fantástico.

Acho que através dessas iniciativas estaremos dando um salto muito grande para que possamos melhorar a Educação em nosso país, começando pela base que é a educação básica nos municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Entramos no Horário das Lideranças.

Com a palavra, no horário do Partido Progressista, o Deputado Ney Leprevost. V. Exa. dispõe de 10 minutos.

### ***Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost***

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria no início do meu pronunciamento de fazer alguns registros. Um deles é de que amanhã estará completando 50 anos de fundação a Associação e Oficinas de Caridade de Santa Rita de Cássia, que congrega senhoras de todas as classes sociais, das mais variadas etnias e que trabalham ajudando instituições de caridade aqui da capital paranaense.

No dia de ontem, 18 de maio, foi o Dia Nacional de Combate aos Abusos e às Explorações Sexuais de Crianças e Adolescentes. Recebi aqui um comunicado do Hospital Pequeno Príncipe, que é um centro de excelência no atendimento infantil, no Paraná e no Brasil.

Nesse comunicado o Hospital Pequeno Príncipe informa que em nosso país, a cada minuto, 19 crianças e adolescentes sofrem algum tipo de agressão física, psicológica, negligência ou abuso sexual. Muitas dessas crianças e desses adolescentes podem estar perto de nós, alerta o Hospital Pequeno Príncipe, e os seus pedidos de socorro precisam ser ouvidos.

O Complexo Pequeno Príncipe desenvolve várias ações de prevenção à violência e proteção das crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco. Uma delas é a Campanha para toda a Vida, e a violência não pode marcar o futuro das crianças. Através dessa campanha, o Hospital Pequeno Príncipe está sensibilizando e orientando os profissionais da área de Saúde, da Educação e a população em geral da importância de abrir os olhos e o coração para esta realidade. E o Pequeno Príncipe informa aqui um telefone nacional para denúncias de abuso, de violência contra as crianças, que é o telefone 100.

No Paraná o telefone para abusos contra crianças é o mesmo que o Governo do Estado usa para traficantes de entorpecentes: é o 181. É importante que se diga que, lamentavelmente, ainda é muito grande neste país o abuso e a violência contra crianças. Nada é mais triste, nada mais traz indignação, revolta, do que vemos uma criança sendo espancada, agredida, violentada.

Portanto, as autoridades devem jogar duro, jogar pesado contra aqueles que cometem violência em relação às crianças. A lei tem que ser rigorosa para eles e evidentemente a sociedade deve ajudar a fiscalizar.

Queremos registrar que neste dia 19 de maio é comemorado o Dia Nacional da Defensoria Pública. Recebi aqui um ofício do Dr. Gabriel Faria Oliveira, Defensor Público Chefe, em que ele pede que seja divulgada a Cartilha da Defensoria Pública. Está aqui a Cartilha da Defensoria Pública, que fala da justiça e igualdade ao povo. Tive tempo de ver rapidamente esta cartilha e percebi que é bastante interessante, traz informações bastante preciosas para a população sobre o trabalho da Defensoria Pública. Quero aqui registrar os meus cumprimentos aos Defensores Públicos do Estado do Paraná.

Quero ainda registrar que, na semana passada, foram comemorados os 120 anos da Abolição da Escravidão em nosso país. A Princesa Isabel, através da Lei Áurea, aboliu os escravos. Mas tenho o hábito de, durante as madrugadas, assistir a TV Senado, talvez eu seja uma das poucas pessoas que tem paciência de assistir. Vejo que alguns pronunciamentos são interessantes na TV Senado. O Senado ficou com a imagem muito desgastada devido ao seu ex-Presidente Renan Calheiros, que se por um lado demonstrou bom gosto na opção que fez de namorada, por outro lado, mostrou que não é um político sério em relação à administração daquela Casa Legislativa.

O Senado ficou desgastado, mas ele têm grandes oradores, têm pessoas inteligentes. Gosto de ouvir um Pedro Simon, Arthur Vergílio, um Cristóvão Buarque, e

o Senador Cristóvão Buarque fez um pronunciamento na semana passada extremamente interessante e um pronunciamento que quero repercutir aqui sobre a questão da escravidão no Brasil. A escravidão, na verdade, não foi completamente abolida. Hoje existe um novo tipo de escravidão no nosso país, que é o não acesso à Educação. A escravidão dos tempos contemporâneos é o não acesso à Educação, é o não acesso à alfabetização, e para acabarmos com essa escravidão, proponha o Deputado Cristóvão Buarque que devemos fazer uma espécie de movimento suprapartidário pró-educacionismo.

Na época em que foi feita a abolição da escravidão no Brasil, os partidos de então, que era o Partido Republicano, Partido Conservador e Partido Liberal, por motivos diferentes se uniram e formaram um partido extraoficial, que era o Partido Abolicionista. Quero me filiar nesse partido que juridicamente não existe, que é o Partido Educacionista. Temos que fazer uma frente para defender a Educação neste país. A única forma de abolirmos a escravidão dos tempos contemporâneos, a escravidão mais nociva que pode existir nos dias atuais, que é a escravidão da ignorância, da falta de conhecimento e da falta de cultura, é investindo na Educação. Educação igual para todos! Educação de qualidade para o filho do pobre e para o filho do rico. Escolas bem equipadas, modernas, bonitas, bem pintadas, cercadas de bibliotecas, quadras de esportes e professores bem remunerados.

No Japão, todas as pessoas se curvam diante do Imperador, mas diante do professor quem se curva é o Imperador, porque lá o professor é valorizado, é respeitado e se faz respeitar. Vejam o peso de carregar consigo a palavra mestre. Os apóstolos chamavam Jesus Cristo de mestre. O professor é o mestre, então temos que tratá-lo como mestre, porque o caminho para a Educação de qualidade no nosso país passa pela valorização, pelo respeito e pela boa remuneração dos professores. Vamos fazer aqui um partido extraoficial, um Partido Educacionista para acabar com a escravidão dos tempos modernos, que é o não acesso à educação e à cultura, porque é só isso que irá garantir um futuro com qualidade de vida para todos os brasileiros, onde as pessoas tenham oportunidade de conquistar empregos pelos méritos que têm e pelo conhecimento que a pessoa adquiriu ao longo da sua vida.

Obrigado, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Obrigado a V. Exa.

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Professor Luizão, no horário da Liderança do PT. E a informação que recebo do Deputado Anibelli é que o Deputado Tadeu Veneri já teria usado cinco minutos, assim V. Exa. tem apenas cinco minutos no horário da Liderança do PT.

## ***Liderança do PT: Deputado Professor Luizão***

**O SR. PROFESSOR LUIZÃO**

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas.

Faço uso deste espaço de cinco minutos para falar sobre a nova política industrial lançada pelo Governo Lula na semana passada, ressaltada aqui nesta Casa pelo Presidente da FIEP do Paraná, Rodrigo Rocha Loures, como pela primeira vez na história do Brasil uma política industrial consistente. Foi reconhecida, então, pelo setor empresarial, como uma política industrial consistente. E essa nova política industrial é um conjunto de 20 medidas de desoneração tributária e financiamento, que pretende desonerar a folha de salários da indústria, em primeiro as empresas exportadoras, que são empresas que estão sofrendo com a desvalorização do dólar, o setor principalmente de tecnologia de informação, que pretende reduzir praticamente pela metade, de 20% para 10% a contribuição patronal para a Previdência Social e a desoneração pode chegar a R\$ 25 bilhões até 2011. Redução do custo de financiamento de investimento e de exportação, pretende incentivar investimentos e inovação tecnológica, principalmente exportações para compensar então essa desvalorização do dólar, que por outro lado a desvalorização do dólar tem servido para que a indústria modernize o seu maquinário, porque é uma oportunidade de comprar novos maquinários, novas máquinas, modernizar a indústria, porque o dólar está barato. Esse momento, então, facilita a importação de máquinas para essa modernização. Outras medidas de redução do custo de financiamento do BNDES e ampliação de subsídios para os setores exportadores, ampliação da lista de bens de capital com Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, zero, e também isenção do PIS, COFINS e eliminação do Imposto sobre Operações Financeiras, IOF, na compra de bens de capital.

Essas novas medidas se agrupam em quatro grandes metas. Elevam investimento direto na economia para 21% do PIB até 2011. No ano passado foi 17% do PIB. Estimular a inovação no setor industrial com um conjunto de medidas para elevar os investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento e levar a participação brasileira nas exportações mundiais para 1,25% do comércio mundial em 2010, hoje é um pouco mais de 1%. A expectativa é aumentar em 9% até 2010. E por último aumentar em cerca de 10% o número de micro e pequenas empresas exportadoras brasileiras.

Então, em resumo, são medidas de incentivo ao crédito e financiamento do BNDES, além da medida de desoneração de impostos. A redução de impostos pode chegar a 10% da carga tributária. Então, é uma renúncia fiscal que o Governo Federal está fazendo que pode chegar de 21 a 25 bilhões até 2011. E a desoneração deve atingir 25 setores: no primeiro momento o setor de exportação e na sequência outros setores que também

dependem de matéria-prima para confecção dos seus produtos. Temos previsão de que o BNDES vai disponibilizar até 2010 em torno de 210 bilhões para financiamento desta nova modernização da indústria brasileira.

Tenho certeza que aliado ao crescimento econômico sustentável que estamos tendo, a economia está favorável, geração de emprego, mais o Governo agindo nos setores que têm algum tipo de problema, como é o caso do setor de exportação que está sofrendo com a desvalorização do dólar, não tenho dúvida nenhuma que vai tornar ainda mais consistente a nossa política monetária, política industrial e o crescimento da nossa economia com sustentabilidade.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado V. Exa.

PMDB, PSDB, PDT.

(**Declinam**)

Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero inicialmente fazer um convite a todos os Deputados para que no próximo dia 30 de maio, às 16h, em Maringá, do Deputado Dr. Batista, da Deputada Cida, do Deputado Luiz Nishimori, que estão representando Maringá aqui nesta Casa de Leis, teremos a entrega de um título de Cidadão Honorário para o professor Manoel Jacob Garcia Gimenez. Estou fazendo esse convite porque sei que os Deputados já têm a sua agenda antecipada, então estamos convidando para dia 30 de maio, para que possam marcar na sua agenda e possam estar presentes conosco em Maringá, para entregar esse título.

Por que Maringá? Porque o professor Jacob é professor da Universidade de Maringá, reside lá e preferiu que fosse entregue lá. Será na Câmara Municipal, dia 30 de maio às 16h. Esse título foi aprovado aqui nesta Casa, por unanimidade. Por que entregar um título ao professor Jacob? Vou contar uma história de um dos trabalhos do professor Jacob, porque seu currículo é bastante extenso.

Eu, o Deputado Eduardo Cheida, o Deputado Teruo e o Deputado Marcelo Almeida participamos de um evento que fala da integração de municípios, através de uma idéia, que são os pratos típicos. Qual a relação do professor Jacob com os pratos típicos? Na nossa região tem quase 20 pratos típicos e é a que mais concentra número de pratos típicos no Paraná. O primeiro prato típico foi de Campo Mourão: é o carneiro no buraco, que hoje é uma festa nacional que acontece no mês de julho.

O professor Jacob, quando foi Secretário da Indústria e Comércio, Turismo e Desenvolvimento, com a sua visão empreendedora, começou um trabalho de

articulação com outras lideranças da região, para atrair pessoas para o turismo regional e a gastronomia regional pudesse ser intensificada na nossa região. Por isso, o professor Jacob, com suas idéias, convenceu, na época, Prefeitos e lideranças da nossa região.

Temos por exemplo hoje:

(**Lê**):

“Carneiro Recheado (Altamira do Paraná), Arroz Tratoeiro (Araruna), Leitão à Pururuca (Engenheiro Beltrão), Leitoa Entrincheirada (Juranda), Boi na Brasa (Luziana), Leitoa Mateira (Mamborê), Boi na Horta (Quarto Centenário), Tilápia no Tacho (Rancho Alegre do Oeste), Perohê (Roncador), e Leitão à Campestre (Ubiratã).

Amanhã: Vaca Atolada (Boa Esperança), Carneiro no Buraco (Campo Mourão), Cabrito Apressado (Corumbataí do Sul), Pernil à Pururuca (Farol), Peixe na Cerâmica (Fênix), Leitão Maturado (Goioerê), Leitoa Fuçada (Janiópolis), Carneiro ao Vinho (Peabiru), e Costela da Terra (Terra Boa).”

Neste final de semana aconteceu um evento, que foi a integração desses pratos típicos. Uma promoção articulada pela COMCAM, que hoje tem na presidência a Prefeita Dina, com apoio de todos os demais Prefeitos e diversas outras lideranças.

Vamos imaginar por quê foi feita essa festa, a COMCAMFEST? O objetivo da festa foi angariar fundos, recursos para ajudar às Santas Casas de Campo Mourão e de Goioerê. Até aí tudo bem a participação, a idéia lá atrás do professor Jacob, que é o que vai receber o título de Cidadão Honorário em Maringá, no dia 30, a organização da COMCAM, a participação das Prefeituras, das pessoas, dos voluntários.

A festa foi maravilhosa, um show, mas quero deixar o registro que na nossa discussão do orçamento, do ano passado, prevíamos e pedíamos apoio às Santas Casas, Deputado Edgar Bueno. Teve uma Comissão de Deputados que estiveram conosco numa Audiência Pública. Essa Audiência Pública tratou do tema do apoio às Santas Casas, que tinham UTIs fechadas, que estavam com algumas salas sem estar em funcionamento por falta de apoio do Governo, tanto municipal, de Campo Mourão, quanto do Governo Estadual. Em função deste trabalho, Deputado Augustinho Zucchi, foi que conseguimos aumentar o repasse do Governo Estadual para a Santa Casa de Campo Mourão, mas ainda não conseguimos, Deputado Teruo, V. Exa. que ouviu o discurso lá de uma certa liderança dizendo, agradecendo ao Governo Requião por tudo que está acontecendo.

Na verdade, deveria vir aqui e agradecer à Assembleia, a todos os Deputados que aprovaram o orçamento e que nos ajudaram na Audiência Pública, inclusive V. Exa., porque é fácil falar do Governador Requião quando está bem, quando complementa alguma ação. Por que não se questiona quando não faz? Aí foi o nosso papel de questionar, aqui, quando ele não fazia, porque há dois anos atrás não tinha Deputado naquela região e o Governador Requião não fazia os apoios. Agora faz, porque tem Liderança, tem Deputado daquela região e tem outros aqui que ajudam.

Protocolamos aqui uma emenda coletiva para R\$ 1 milhão ao orçamento do estado em manutenção e equipamentos da Santa Casa de Campo Mourão. Ficamos sabendo, naquele dia, que daqui a alguns dias algum Deputado irá entregar equipamentos para a Santa Casa de Campo Mourão, mas precisamos de apoio para a Santa Casa de Goioerê. Vai acontecer isso em função dessa emenda coletiva que está aqui, assinada por diversos Deputados: o Durval, o Artagão, o Edgar Bueno, o Luiz Carlos Martins, o Teruo Kato, o Alexandre Curi e este Deputado. Estes Deputados, aliados aos outros que aprovaram essa emenda, é que viabilizaram esse dinheiro que vai lá para a Santa Casa de Campo Mourão.

Vamos deixar este registro aqui. Essa festa foi bonita, foi para as Santas Casas, teve iniciativa da COM-CAM. Mas lá atrás, os pratos típicos tiveram iniciativa do professor Jacob. Então, a somatória de pessoas e pelo trabalho dos Deputados é que a Santa Casa se viabilizou, continua viabilizada, não fechou e vai continuar recebendo recursos do Governo. Ampliou o valor do Governo de 60 mil para 100 mil mensais e, também, vai receber recursos para os equipamentos em função do trabalho nosso, aqui na Assembléia, junto com outros companheiros.

Então, quando se discursa para se falar de uma ação especificamente de Governo, é importante relatar a verdade, esclarecer tudo. Não dá para se aproveitar de um momento onde tem um grupo de pessoas assistindo, lá no evento, e se faz um discurso elogiando apenas o Governador Requião.

Tem que ser coerente e sério. Elogiar, sim, o Governador Requião que ajudou na viabilização, mas relatar o que aconteceu de verdade, aqui dentro da Assembléia, do nosso trabalho e de diversos Deputados para que a Santa Casa de Campo Mourão não fechasse.

Era isso, Sr. Presidente Deputado Augustinho Zucchi. Mais uma vez, quero agradecer aos Deputados, em especial aos que estiveram presentes no evento conosco, este final de semana.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Antes de passar ao próximo orador, registramos a presença do Cabral, que é de Planalto, ele e sua esposa, ele que é Presidente do nosso partido, o PDT; e do Vereador Anísio César, que está aqui também, do município de Rosário do Ivaí.

Prosseguindo, quero passar a palavra ao Bloco PTB/PR. Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores.

Nesse fim de semana, juntamente com a nossa assessoria, fizemos apenas algumas informações sobre aumento dos servidores por algumas cidades e por alguns partidos, para se ter uma idéia dos aumentos concedidos nas diversas cidades do estado do Paraná.

Começamos com a cidade de General Carneiro, que é do PPS, o aumento foi de 5%; Paulo Frontin, também do PPS, 9%; Piraquara 6%; São Pedro do Iguaçu, 3.8%; Ubiratan, 6%; Guarapuava não teve aumento; Ponta Grossa, menos de 5%; Cascavel, do PSC, 3%, segundo o Deputado Edgar Bueno; Foz do Iguaçu, 6%, do PDT; Toledo, do PP, 5.15%; Curitiba, 6%, PSDB; Pato Branco, 5.43%, PDT; enfim, falamos isso para registrar que cada Prefeito dá o aumento dentro da sua capacidade. Não é aumento, temos que colocar aqui que o que votamos na semana passada foi reajuste anual da inflação, de acordo com a lei, nada mais. Reajuste o Governo está dando agora, quando mexe nas categorias. Fez isso com os professores, está fazendo isso também com os policiais agora.

É bom deixar bem claro, porque alguns políticos estão querendo confundir a opinião pública, dizendo que alguns Deputados não quiseram dar nenhum aumento. Não votamos aumento. Votamos o reajuste anual dos servidores de acordo com aquilo que todo ano é feito. Mas, infelizmente precisamos ouvir algumas besteiras patrocinadas por pessoas que não conhecem a legislação, não conhecem a lei. E o mais duro ainda é quando essas pessoas conhecem a lei. Quando essas pessoas que conhecem a lei ou não sabem o que significa reajuste e aumento, ou na verdade, estão exatamente querendo dizer que o estado tem que dar seis, mas a Prefeitura que ele representa deu quatro, três, ou não deu nada. Vimos aqui o Deputado Carli falar que foi pouco o aumento dos servidores do estado, o reajuste. Em seguida vimos o Deputado Artagão dizer a ele, na verdade, a sua cidade, que o seu pai comanda, não deu nada de reajuste.

Então, é preciso colocar esses pontos para que as pessoas entendam que algumas manobras são feitas sempre com intenção de se promover em cima daquilo que está acontecendo. Quem não gostaria de dar um aumento, quem não gostaria de ganhar um aumento muito bom? Cada cidade, cada estado tem um limite. Existe o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, que cada Prefeito ou Governador pode dar. Se ele ultrapassar aquele limite, incorre em Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas infelizmente algumas pessoas tentam confundir a opinião pública e não dizem à opinião pública o que é reajuste e o que é aumento. Propõem emendas absurdas, ilegais e não constitucionais. Aqui, no Parlamento, pode-se fazer isso. O próprio Regimento, Presidente, não deveria deixar, mas permite, mas permite que uma emenda rejeitada na CCJ venha para o Plenário e vire uma discussão. Quando você faz um projeto e ele é ilegal, a CCJ derruba. Uma emenda vem para cá, mesmo com o parecer da ilegalidade, vem para dar guarida à vontade de fazer politicagem e não política correta.

Alguns podem fazer o que for legal, o pronunciamento que quiserem, cada um tem o seu horário. Quando o Parlamentar sai daqui, Srs. Deputados, joga para fora daqui, dizendo: “Tal Deputado não quis votar o aumento e prejudicou tal categoria”. Ele passa a ser um criminoso, no meu ponto de vista. Ele passa a cometer um crime de responsabilidade política, acima de tudo, responsabilidade criminal e cível. Porque ele diz lá fora que o aumento não foi concedido, porque A ou B, ou o fulano, ou o grupo não quis dar. Vimos naquele dia do debate, aqui, Deputado, dizendo que não comeu sanduíche, quando comeu dois, três. Aqui, tudo vale, o debate é bom. O Parlamento pode ter discussão.

Ouvi o Deputado Rossoni falando aqui que fomos frios e calculistas, naquele dia. Eu queria saber onde eu tinha ouvido isso. Procurei, pensei, olhei e examinei. Ouvi isso no caso Isabela.

Nesse caso aparece na sentença o Juiz não liberando o casal, mandando prender o casal. Não sei se foi a delegada, o Juiz ou o Ministério Público, alguém disse: “Tem-se que mantê-lo presos, porque eles foram exatamente aquilo que falou o Deputado Rossoni, frios e calculistas”. Chamou-me a atenção aquela frase.

#### **O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputado Jocelito, permite-me um aparte?

**(Assentimento)**

Ouç o seu pronunciamento. V. Exa. faz uma análise do aumento dos servidores públicos. Até aí tudo bem. V. Exa., com competência de radialista, faz com propriedade. Agora, quando V. Exa. diz que falei, que fomos frios e calculistas, cita o caso Isabela, vejo que V. Exa. parece estar delirando, porque eu me assusto com o caso Isabela, porque na minha casa tenho filhos, tenho netos, tenho família, eu me assusto tanto quanto V. Exa.

Então, gostaria de pedir a V. Exa., até porque estamos mexendo com algo mais sentimental que existe, que é um filho, um neto, as coisas mais queridas que temos na nossa vida. Então, gostaria que V. Exa, fizesse a crítica que quisesse à minha esposa e à postura, mas jamais traçar comparativos com um caso tão repugnante da nossa sociedade que aconteceu nos últimos dias.

Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento, mas peço que V. Exa. não compare minhas palavras com eventuais criminosos. Eu disse que somos frios e calculistas porque pensamos nos funcionários públicos.

Espero que seja o desejo de V. Exa.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Deputado Rossoni, V. Exa. repetiu a frase. Não fui eu quem disse. E eu não estou querendo fazer comparação, estou apenas dizendo que V. Exa. disse aqui que a Oposição foi fria e calculista ao analisar a questões do servidor.

E eu disse que o Deputado que tirou para fora daqui o caso, dizendo que votamos contra os servidores, para mim, é criminoso também, porque não cometemos

nenhum crime. Cumprimos apenas a Constituição e a Constituição deve ser respeitada. Não fui eu que falei. Quem calculou, foi frio e jogou para fora é porque tinha pensamento formado, como os Nardoni.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Bloco PSB/PRB/PV.

**(Declina)**

Liderança da Oposição. Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, Sras. e Srs. Deputados.

Eu não faria uso da palavra hoje, mas parece que o destino provoca esta situação.

Primeiro para convidar os Deputados para uma Audiência Pública, amanhã. É uma Audiência Pública, mas é um convite feito pela Liderança da Oposição, Deputado Douglas, à uma pessoa que entende de porto que estará aqui as 10h para contrapor ou colocar o que ele entende de porto, porque, na verdade, até eu, em determinados momentos, fico perdido no meio de tanta informação desencontrada sobre porto.

Então, teremos aqui, Deputada Rosane, um Consultor, uma pessoa expert em porto, estará palestrando para nós. Não é ninguém que vem aqui para ser inquirido, mas uma pessoa que falará sobre porto para que comecemos a entender ainda melhor o que é o porto de Paranaguá.

Então, fica aqui o convite aos Srs. Parlamentares para a Audiência Pública amanhã, no plenarinho, às 10h.

#### **A Sra. Rosane Ferreira (PV)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Eu já quero me justificar porque amanhã não estarei na Casa, tenho um assunto pessoal para resolver e não poderei participar dessa Audiência Pública.

Mas queria solicitar ao senhor, há algum tempo atrás, quando o Líder do Governo, Deputado Romanelli, colocou aqui a questão de um grande navio, o maior navio que iria aportar no porto de Paranaguá, e na hora me passou questioná-lo se esse navio estaria em sua capacidade máxima de transporte e tal, mas acabei retrocedendo e não fiz a pergunta.

Mas quero aproveitar esse momento para registrar um questionamento que gostaria que o senhor levasse. Não tenho nenhum esclarecimento técnico relacionado a este assunto e há alguns dias atrás eu até falei par o senhor que quase sobre todas as matérias eu consigo me posicionar nesta Casa, mas com relação ao porto de Paranaguá para mim sempre paira uma dúvida.

Fui até o porto, conheci as instalações do porto, no ano passado, junto com outros Deputados desta Casa e

gostei do que me foi apresentado pela administração do porto, mas ao mesmo tempo tenho discutido com outras pessoas e temos recebido outras denúncias que fazem com que tenhamos dificuldade de posicionar com relação ao porto de Paranaguá.

Estava conversando com um cerealista, esta semana, e ele me perguntava coisas do tipo: “Por que ainda se opera no porto de Paranaguá?” Gostaria que o senhor questionasse isso amanhã, com o sistema de cais e não com aquele sistema de dique ou o que tem a Cargill lá, porque aí você não precisaria aprofundar o calado, aumentar o calado do porto. A Cargill tem um outro sistema de levar grãos aos navios e esse outro sistema faz com que os navios não precisem aportar e fiquem numa distância maior, onde tem um calado de 30 metros.

Estas coisas eu vou depois formular, Deputado, e vou passar para que o senhor questione. Estou lamentando muito não poder estar amanhã, até porque realmente tenho dificuldades, tenho pouco conhecimento técnico para me posicionar com relação ao porto de Paranaguá. Agora, quero registrar o que queremos: queremos que o porto funcione na sua excelência, porque o Paraná precisa disso. Estamos às vésperas de uma grande safra agrícola e precisamos do porto funcionando na sua capacidade máxima.

Muito obrigada.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Obrigado e dizer a V. Exa. que o navio que esteve no porto não é o maior navio do mundo, é um dos maiores. Segundo, o navio chegou ao porto e carregou 10%, de 60 mil toneladas ele carregou 6 mil toneladas, saiu com uma carga de 10%.

Deputado Romanelli, se for breve lhe concedo o aparte.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Vou ser rápido, até para poder desfazer este mal entendido. O que ocorre é o seguinte: quem operou o navio foi a proprietária a Hamburg Sud, que efetivamente fez uma carga de 600 contêineres, que era uma carga que ela tinha de carregar aqui no nosso porto para poder seguir em direção à China.

O que eu registrei é a presença de um navio, eu vi lá por exemplo que ele estava usando 8,40 metros do ponto de vista de profundidade do porto, era o que ele precisava usar. Agora, a carga, se ele estava com carga total ou não, é uma operação do dono do navio, ou seja, é ele e não o porto que tinha restrição. Até perguntei isso para o representante que estava aqui e foi essa a informação que ele me deu, o navio tem a garantia de operar por um ano com carga máxima, aqui em Paranaguá, dada pela Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, inclusive.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Por isso o debate, amanhã será ilustrativo, Deputado Romanelli, V. Exa. como Líder do Governo deverá estar lá.

Quero aqui só me posicionar, a questão Ponta Grossa, e de repente você entra no tiroteio sem ter nada com Ponta Grossa. Essa é a razão de eu estar aqui. A grande verdade é a seguinte: o que me parece aqui são as justificativas do voto. Quem é que votou com as emendas da Oposição? Quem não votou com as emendas da Oposição? Aí não adianta encontrar justificativa, eu não vou entrar na briga paroquiana!

Estamos aqui discutindo a questão dos servidores públicos dos quatro cantos do Paraná, de todo estado do Paraná e não conseguimos avançar um centímetro, porque no término do debate a Oposição fez uma proposta, a mais realista possível: retiramos todas as emendas e fixamos a data do aumento dos servidores públicos. Agora, se tem Parlamentares aqui que se posicionaram contra e se isso, lá na base, está doendo, está sendo cobrado, conversem com a base, conversem com os servidores públicos. Agora, o comparativo aqui é muito infeliz e eu não vou entrar em questões paroquianas, senão ficaria defendendo a minha União da Vitória que está abandonada e toda a nossa região.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Obrigado.

Passo ao horário da Liderança do Governo. Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli, por 10 minutos.

Pela ordem o Deputado Antonio Belinati.

**O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, em nome da Bancada do Partido Progressista, para registrar que hoje é Dia Nacional da Defensoria Pública. A nossa homenagem ao Dr. Gabriel Faria Oliveira, Defensor Público Chefe.

O jornal Impacto, do grande jornalista Luiz Fernando Deref, está completando hoje 15 anos. Para manter um jornal em circulação, um jornal independente, sabemos a dureza que é, a dificuldade que é mais 15 anos de pé, firme, o grande jornal Impacto. Creio que V. Exa. também está feliz, porque hoje é o aniversário do jornal Impacto.

Obrigado.

***Liderança do Governo: Deputado  
Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Perfeitamente, mas é o Dia do Defensor Público, que seguramente é um desafio nosso poder, de fato, estabelecer uma lei que possa criar a Defensoria Pública no Paraná, estruturadamente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, venho à tribuna para falar do desdobramento, Deputada Rosane Ferreira, do nosso Fórum, que ocorreu na última quinta-feira.



Queria dizer a V. Exa., aproveitando que V. Exa. está ocupando a presidência desta Sessão Plenária da Assembléia Legislativa e registrar aqui, publicamente, mais uma vez a minha satisfação de ver o Senador Osmar Dias cuidando dos interesses do Paraná. Fico muito feliz quando vejo um Senador da República do nosso estado envolvido num tema que é a favor do estado.

Não é a favor do Governo Requião ou é a favor do PMDB, é a favor do interesse público, porque todos nós paranaenses sabemos o quanto é injusta esta punição que nos está sendo imposta pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Hoje pela manhã, vi no Programa Bom Dia Paraná, uma entrevista do Senador Osmar Dias, esclarecedora sobre o assunto. Entendo que está sendo muito bem encaminhado o Líder do PMDB, o Deputado Waldir Wolf, que é o Relator da resolução e seguramente entendo que estamos no caminho correto. A outra resolução não pode ser aceita, porque ela transferia à união a responsabilidade do pagamento. Esta resolução está muito bem discutida, está muito bem encaminhada. O Procurador do Estado, Carlos Frederico M. de Souza, tem feito um trabalho junto com o Senador Osmar e certamente, vamos ter muito provavelmente uma solução para esse tema.

Quero que V. Exa. que tem uma ligação pessoal e política como o Senador, transmita aqui a minha satisfação de vê-lo atuando a favor do interesse público do estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Deputado Romanelli, pedi um aparte para V. Exa. porque o seu pronunciamento é de extrema importância e o senhor cresce no meu conceito como político, como Parlamentar, porque não tinha ouvido da parte da Liderança do Governo e até mesmo do Poder Executivo, um reconhecimento ao Senador Osmar Dias pela luta nesta empreitada. O senhor subiu à tribuna como Líder do Governo e está fazendo esse reconhecimento público ao Senador Osmar Dias.

É por isso que eu também estou reconhecendo a sua humildade como Parlamentar, coisa que deveria existir também no Palácio do Poder Executivo. Mas, cumprimento o seu pronunciamento por isso.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Agradeço, Deputado Marcelo Rangel.

Quero dizer a V. Exas. que o tema que me traz a essa tribuna nesta tarde é justamente para falar dos desdobramentos da realização do nosso Fórum de Desenvolvimento do Norte Integrado.

A reunião foi um sucesso absoluto, foi um dia todo de trabalho, que reuniu os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores. Mas mais do que isso, a sociedade civil organizada do norte pioneiro. Os empresários, os trabalhadores, os dirigentes sindicais do movimento social, da academia, ou seja, tivemos a participação muito intensa do nosso

Reitor, o nosso Bispo Dom Fernando que esteve durante todo o período participando ativamente desse processo, de todos os Pastores da nossa região. Foi muito importante.

Priorizamos, porque são 18 itens que são prioridades para que o norte integrado possa, nessa região que tem aproximadamente 600 mil habitantes, deixar de ter os índices que efetivamente nos preocupam muito.

Aliás, quero registrar, Dr. Batista, a participação muito importante do Secretário do Planejamento, seu conterrâneo da nossa querida Maringá, Sr. Enio Verri, que além de ele pessoalmente ter feito uma palestra sobre um tema da maior importância, toda a equipe da Secretaria do Planejamento que envolve a questão do desenvolvimento econômico regional participaram ativamente desse processo e os resultados, não tenho dúvida, serão muito importantes.

O Prefeito que preside a AMUNORPI, o Jorginho que é Prefeito de Jaboti, ficou como Presidente do Fórum Permanente para o Desenvolvimento Sustentável do Norte Integrado, para que possamos ter o desdobramento, ou seja, realizar os Fóruns locais, para poder, de fato, explorar o máximo as potencialidades e prioridades de cada um dos municípios, mas ao mesmo tempo de você poder criar um processo que nos leve à formação de uma agência de desenvolvimento para esta nossa região.

Entendo que os critérios dos 18 itens que foram elencados pelos grupos de trabalho, que são prioridades para a área da saúde, agricultura, educação, desenvolvimento econômico e meio ambiente, são os cinco eixos estruturantes que entendemos da política do norte pioneiro, são itens muito interessantes.

Primeiro é transformar na área da Saúde o nosso hospital regional, que hoje na verdade funciona de forma não melhor estruturada. Ao mesmo tempo, estadualizar o hospital que hoje funciona em Santo Antonio da Platina, ou seja, ele já está funcionando como hospital regional. Mas queremos estadualizar na Educação a implantação de um programa de tempo integral nas escolas do norte pioneiro. É uma questão fundamental a discussão sobre esse tema. A implantação de custo tecnológicos e profissionalizantes, além da formalização do compromisso que garanta a continuidade das políticas públicas e educacionais.

O que já está acontecendo na nossa região é muito positivo com o CEFET, com a instalação da Escola Técnica em Jacarezinho, da Universidade Aberta do Brasil. Tem coisas positivas na região e queremos que essas coisas continuem.

Na agricultura é uma questão fundamental a implantação de uma política voltada ao cooperativismo, priorizando e fortalecendo as cadeias produtivas do leite, do café, hortifruticultura, da avicultura de corte, da madeira, dos grãos dos sistemas tradicionais e orgânicos.

Investimentos na estrutura municipal de assistência à agropecuária, que foi uma discussão importante. Por que há de se reconhecer que o estado sozinho e o sistema da EMATER não conseguem dar resposta a toda essa demanda.

Temos que começar a tratar esse tema de uma forma diferenciada. Os municípios agora vão ter um acréscimo grande de ICMS. Está na hora de começar a pensar aonde vai se aplicar esse dinheiro do ICMS. Vamos aplicar em questões que gerem renda e empregos para as pessoas.

Uma questão fundamental, que é o meio ambiente. Temos problemas graves, como a falta de esgotamento sanitário, além do que a destinação final dos resíduos sólidos, que foi um tema de amplo debate e se concluiu que é necessário aumentar o apoio técnico e de recursos financeiros para tratar do tema. Há uma discussão premente do norte pioneiro, que é a ampliação dos recursos financeiros para a proteção de recuperação de minas e nascentes. Há uma preocupação em relação à implantação, e melhorias das redes de esgoto e tratamento foram também outras duas metas definidas.

Em relação ao desenvolvimento econômico, estudo sobre a viabilidade para recolocar em operação a malha ferroviária da nossa região, porque a ALL desativou completamente a malha ferroviária. É um prejuízo para a nossa região e a discussão sobre esse tema também foi muito importante.

Além do que, na questão do turismo, com a nossa região tem um grande potencial turístico, a formação de uma Agência de Desenvolvimento Turístico do Norte do Paraná, inclusive com qualificação e capacitação profissional e implementação de projetos. Foi uma discussão polêmica, mas de fato uma discussão importante, que os participantes do Fórum decidiram ainda elaborar um estudo de fontes alternativas de energia que possam ser utilizadas pela indústria da região, bem como a instalação de pequenas centrais elétricas ecologicamente corretas, que supririam a indústria de transformação com alto consumo de energia, com garantia de fornecimento de longo prazo e o aproveitamento hidráulico das bacias hidrográficas dos rios Cinzas e Laranjinha e a repotencialização da usina termelétrica de Figueira. Na verdade esse tema é polêmico e eu mesmo tenho uma discussão sobre isso, mas a Plenária é soberana. Ou seja, foi aprovado este tema e temos que reconhecer que é um problema de Ribeirão Claro e Jacarezinho, porque falta energia nesses municípios e não é a COPEL, sendo inclusive que há uma discussão para que a COPEL possa assumir esses sistemas.

O que quero dizer a V. Exas. é que o Fórum foi um grande instrumento de discussão e quem quiser fazer nas suas mesorregiões uma discussão igual a essa, temos técnicos qualificados na Secretaria do Planejamento e vale a pena a discussão. Entendo que temos que, no Paraná, utilizando os instrumentos da democracia participativa e da democracia direta, termos outros canais para conversarmos com a sociedade. Temos que avançar nesse processo. Não dá mais para ter esse modelo onde o estado está distante, porque hoje precisamos de um modelo de cooperação e colaboração, de participação. É essa a mudança que temos que preconizar e entendo que a discussão foi

importantíssima. Foram mais de 600 participantes no evento e de pessoas que foram altamente motivadas e mobilizadas para uma discussão a favor da nossa região. Entendo que a nossa região ganhou muito e registro aqui o apoio importante da Secretaria do Desenvolvimento Urbano, como foi da Secretaria do Planejamento, além dos diversos órgãos estaduais que participaram e lá formalizaram a adesão para integrar o Fórum Permanente do Desenvolvimento Sustentável do Norte Integrado.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a colaboração e certamente entendo que avançamos muito nesse processo de discussão!

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 122/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, que o vencimento inicial de policiais militares seja igual ao vencimento dos Agentes Penitenciários. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 123/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado que o vencimento inicial dos Investigadores da Polícia Civil, seja igual aos vencimentos dos Agentes Penitenciários. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 124/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a recomposição salarial dos Oficiais da Polícia Militar. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 125/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Presidente do Conselho Deliberativo do SENAC-Paraná, a inclusão do curso superior de Gastronomia, no plano de expansão de atividades de ensino profissionalizante para a nova unidade de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 126/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, uma atenção especial na aprovação e reconhecimento dos cursos técnicos em Agente Comunitário de Saúde, possibilitando a citação dos editais para concursos públicos, priorizando os cursistas e técnicos em Agente Comunitário de Saúde de todo o estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 127/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, atenção especial para pleitear junto à Secretaria de Estado da Educação, na aprovação e reconhecimento dos cursos técnicos em Agente Comunitário de Saúde, possibilitando a citação dos editais para concursos públicos, priorizando os cursistas e técnicos em Agente Comunitário de Saúde de todo o estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Mesa Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1234, de autoria do Deputado Professor Luizão, constante do expediente, solicitando justificativa para a ausência da Deputada Luciana Rafagnin, nas Sessões Plenárias dos dias 12 a 14 de maio de 2008, por motivo de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

## ***Dicussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Redação Final***

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 828/07, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 623/07, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 828/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

### **Capítulo I**

Das Disposições Preliminares

Art. 1º O Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná rege-se por esta lei.

Art. 2º O Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná será constituído dos seguintes cargos efetivos, conforme Anexo I:

- I - Analista de Controle;
- II - Técnico de Controle;
- III - Auxiliar de Controle.

Parágrafo Único. Integram, também, na estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, os cargos de provimento em comissão conforme Anexo II.

Art. 3º O Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná será regido pelos seguintes conceitos básicos:

- I - Área: conjunto de atividades de controle externo e administrativo, desenvolvidas pelos servidores;
- II - Cargo Público: unidade básica do Plano de Cargos e Carreiras de natureza permanente, criado por lei, organizado em carreiras, com atribuições e remuneração estabelecidas em lei, remunerado pelos cofres públicos e provido por concurso público de provas ou provas e títulos;

III - Função Pública: conjunto de atribuições e responsabilidades permanentes inerentes ao cargo público, ou conjunto de atribuições e responsabilidades de caráter transitório ao serviço público;

IV - Carreira: conjunto estruturado de níveis e referências, organizado para permitir o desenvolvimento do servidor, mediante progressão funcional;

V - Níveis: conjunto estruturado de letras, organizadas por referências, para permitir o desenvolvimento do servidor, mediante progressão funcional;

VI - Referências: conjunto de números para posicionamento do servidor na escala de vencimento do respectivo nível, cujo interstício é de 6 (seis) meses;

VII - Vencimento: retribuição pecuniária básica, devida pelo exercício de cargo, fixada e alterada exclusivamente por lei;

VIII - Remuneração: vencimento acrescido de vantagens pecuniárias permanentes, variáveis e temporárias;

IX - Qualificação: conjunto de requisitos exigidos para o ingresso e o desenvolvimento mínimo na carreira e para obtenção de vantagens pecuniárias estabelecidas em lei;

X - Enquadramento Funcional: ato administrativo para formalização da nova denominação do cargo;

XI - Enquadramento Salarial: ato administrativo para formalização do posicionamento do servidor na nova tabela de vencimento;

XII - Progressão Funcional: passagem do servidor de um nível para outro imediatamente superior dentro da faixa de referência ou entre as referências.

### **Capítulo II**

Das Diretrizes do Plano

Art. 4º O Plano de Cargos e Carreiras de que trata esta lei observará as seguintes diretrizes:

I - valorização da qualificação técnica continuada do servidor e efetivo tempo de serviço, específico na atual carreira;

II - vencimento e demais componentes do sistema remuneratório, fixados segundo a natureza, o grau de responsabilidade, a complexidade dos cargos, os requisitos para a investidura, a qualificação, as peculiaridades do cargo e a avaliação de desempenho.

### **Capítulo III**

#### **Da Estrutura do Plano**

Art. 5º O Plano de Cargos e Carreiras aprovado por esta lei é disposto mediante:

I - organização dos cargos distribuídos em níveis e referências;

II - provimento dos cargos;

III - enquadramento funcional e salarial;

IV - desenvolvimento nas carreiras;

V - remuneração, nos níveis e referências do Anexo IV.

Art. 6º A estruturação do plano com a organização em cargos, níveis e referências está definida no Anexo I desta lei.

Art. 7º Os cargos em extinção do Plano de Cargos e Carreiras do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme Leis Estaduais nºs 10146/92, 11508/96, 13435/02 e 15074/06 serão organizados em níveis e referências, nas carreiras específicas de acordo com a escolaridade exigida para ingresso no cargo, observados o artigo 14 e parágrafos desta lei, conforme segue:

I - Revisor Assistente, na carreira de Analista de Controle, área de apoio administrativo, do Nível E, Referência 1 até o Nível I, Referência 11;

II - Taquígrafo, Auxiliar de Controle e Datilógrafo, na carreira de Técnico de Controle, do Nível B, Referência 1 até o Nível F, Referência 11;

III - Auxiliar Administrativo, na carreira de Auxiliar de Controle, do Nível A, Referência 1 até o Nível E, Referência 11.

Parágrafo Único. Os cargos a que se refere este artigo serão extintos à medida que vagarem.

### **Capítulo IV**

#### **Do Provimento e Atribuição do Cargo Efetivo**

Art. 8º O ingresso nas carreiras, constantes do Anexo I, dar-se-á nos níveis e referências iniciais, mediante concurso público de provas ou provas e títulos, para provimento nos seguintes cargos:

I - Cargo de Analista de Controle nas áreas: Jurídica, Contábil, Econômica, Administrativa, Atuarial, Engenharia, Informática, Comunicação Social, Assistência Social, Biblioteconomia, Médica, Odontológica, de Psicologia e de Revisão, com atuação no Controle

Externo e Apoio Administrativo, com diploma de conclusão de curso superior, com habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso;

II - Cargo de Técnico de Controle, nas áreas de Controle Externo e Apoio Administrativo, com certificado de conclusão do ensino médio e, se for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso;

III - Cargo de Auxiliar de Controle, nas áreas de Apoio Administrativo e de Transporte, com certificado de conclusão do ensino fundamental.

Parágrafo Único. O concurso público poderá incluir uma terceira etapa, conforme previsto em edital, destinada a Programa de Formação, de caráter eliminatório e/ou classificatório.

Art. 9º O edital do concurso público conterá obrigatoriamente, o programa das disciplinas e as atribuições a serem exercidas no cargo.

Art. 10. É atribuição do cargo de Analista de Controle, o desempenho de todas as atividades de caráter técnico, administrativo e logístico de nível superior relativas ao exercício das competências constitucionais e legais do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 11. É atribuição do cargo de Técnico de Controle, o desempenho de atividades administrativas e logísticas de apoio, de nível médio, concernentes ao exercício das competências constitucionais e legais do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 12. É atribuição do Auxiliar de Controle, o desempenho de atividades administrativas e logísticas de apoio, de nível fundamental, relativas ao exercício das competências constitucionais e legais do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

### **Capítulo V**

#### **Enquadramento Funcional nas Áreas de Atividades**

Art. 13. O Plano de Cargos e Carreiras do Tribunal de Contas do Estado do Paraná transformará os cargos atuais em três grupos:

I - Analista de Controle, de nível superior, que englobará os cargos de Técnico de Controle Contábil, Técnico de Controle Econômico, Técnico de Controle Administrativo, Técnico de Controle Atuarial, Assessor Jurídico, Assessor de Engenharia, Analista de Sistemas de Comunicação, Assistente Social, Revisor Assistente, Bibliotecário, Médico, Odontólogo, Psicólogo;

II - Técnico de Controle, de nível médio, que englobará os cargos de Taquígrafo, Programador, Analista, Oficial de Controle, Datilógrafo e Auxiliar de Controle;

III - Auxiliar de Controle, de nível fundamental, que englobará os cargos de Auxiliar Administrativo e Motorista.

## **Capítulo VI**

### **Do Enquadramento Salarial e Funcional**

Art. 14. O enquadramento do servidor, no nível e referência conforme o Anexo I dar-se-á nos níveis e referências atualmente ocupados e será procedido mediante ato do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1º O enquadramento previsto neste artigo deverá observar a estrutura dos cargos efetivos constantes do Anexo I.

§ 2º A partir do enquadramento, os critérios de progressão funcional adotados serão definidos no capítulo VII.

## **Capítulo VII**

### **Da Progressão Funcional**

Art. 15. Decorridos no mínimo 12 (doze) meses do enquadramento referido no artigo 14, o desenvolvimento do servidor na carreira ocorrerá mediante progressão funcional, computando-se, para tanto, o tempo de serviço prestado ao Tribunal na carreira ocupada na data de publicação desta lei, respeitando-se o lapso temporal acumulado mínimo de 07 (sete) anos para cada nível.

§ 1º Independente do tempo de serviço na carreira ocupada na data de publicação desta lei, o servidor somente progredirá a referência obedecendo o lapso temporal mínimo de 6 (seis) meses.

§ 2º O servidor que na data do enquadramento contar com tempo de serviço acima do exigido para o nível e referência em que se encontre, será enquadrado na primeira referência subsequente, devendo, a partir daí, ser observada a regra parágrafo 1º deste artigo.

§ 3º O servidor que se encontre na situação referida no parágrafo anterior não estará sujeito aos critérios estabelecidos no artigo 16, parágrafo 1º e artigo 17 desta lei, até que se esgote o tempo de serviço excedente.

§ 4º A progressão funcional definida neste artigo somente ocorrerá se houver disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 16. Para que o servidor progrida de uma referência para a outra, dentro do mesmo nível, é necessário que preencha os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente, a cada seis meses corridos.

§ 1º A antiguidade será aferida pelo tempo de serviço, em cargo efetivo no Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 2º O merecimento será aferido mediante avaliação do desempenho funcional do servidor pela Comissão de Avaliação e Desempenho, conforme critérios definidos em resolução específica.

Art. 17. Para que o servidor progrida de um nível para outro é necessário que atinja os pontos, nos termos do artigo 22, conforme o Anexo III e atinja a média mínima na avaliação de desempenho estabelecida, mediante resolução específica, pela Comissão de Avaliação e Desempenho.

Parágrafo Único. No caso do servidor não atingir os requisitos do *caput* este não poderá ser promovido por antiguidade.

Art. 18. Não haverá progressão funcional para o servidor:

I - em estágio probatório;

II - em disponibilidade e/ou à disposição;

III - que não tenha cumprido o interstício temporal mínimo de 06 (seis) meses em cada referência;

IV - cumprindo pena de suspensão ou que a tenha cumprido nos 12 (doze) últimos meses;

V - com vínculo funcional suspenso;

Parágrafo Único. A vedação de que trata o inciso II não se aplica ao critério de antiguidade.

## **Capítulo VIII**

### **Da Progressão Funcional por Antiguidade**

Art. 19. Não será considerado como de efetivo exercício prestado, para efeito de progressão funcional, o tempo relativo a:

I - faltas injustificadas;

II - licença para tratamento de interesses particulares;

III - afastamento, sem remuneração, para acompanhar cônjuge ou companheiro;

IV - suspensão disciplinar.

## **Capítulo IX**

### **Da Progressão Funcional por Merecimento**

Art. 22. A progressão funcional da última referência de um nível para a inicial do subsequente será efetivada mediante a obtenção, cumulativa, de aprovação na avaliação e a pontuação, nos termos do Anexo III:

I - para o Analista de Controle, o mínimo de 100 (cem) pontos;

II - para o Técnico de Controle, o mínimo de 70 (setenta) pontos;

III - para o Auxiliar de Controle, o mínimo de 40 (quarenta) pontos.

§ 1º A avaliação de capacitação e atividades desenvolvidas será efetivada pela Comissão de Avaliação e Desempenho com auxílio da Diretoria de Recursos Humanos.

§ 2º Os cursos de graduação e pós-graduação, em área afim, deverão ser devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação.

## **Capítulo XI**

### **Dos Recursos**

Art. 23. O interessado poderá interpor Pedido de Reconsideração à Comissão de Avaliação e Desempenho quanto às questões pertinentes à progressão funcional, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do conhecimento da decisão do julgamento da avaliação de desempenho e da avaliação da progressão funcional entre as referências.

Art. 24. Da decisão do Pedido de Reconsideração da Comissão de Avaliação e Desempenho caberá Recurso Administrativo à presidência do Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do conhecimento da decisão.

## Capítulo XII

### Das Disposições Finais

Art. 25. O enquadramento dar-se-á por ato da presidência, em até 180 (cento e oitenta) dias após a publicação da presente lei.

Parágrafo Único. Não havendo recursos suficientes, o enquadramento, a progressão funcional ou a verba de representação do artigo 27, aguardará até que o orçamento e disponibilidades financeiras estejam adequados para sua realização.

Art. 26. Ao servidor designado por ato da presidência, com atribuição de assessoramento direto aos Diretores das Diretorias, Coordenadores das Coordenadorias e Inspetores das Inspetorias, será concedida a gratificação pelo exercício de Encargos Especiais, observados os valores praticados em regulamento próprio do Tribunal de Contas do Paraná.

Parágrafo Único. Por sua natureza transitória, a gratificação prevista no *caput* deste artigo, não constituirá base para incidência de Contribuição Previdenciária e poderá ser excluída, a qualquer tempo, com o afastamento do servidor das funções que ensejaram a concessão.

Art. 27. Fica assegurado aos servidores ocupantes dos cargos de Técnico de Controle, portadores de diploma de curso superior em área afim, que venham a exercer ou exerçam atividades exclusivamente no Tribunal de Contas do Paraná, nas áreas de Controle Externo ou de Apoio Administrativo, o pagamento da verba de representação em até 50% (cinquenta por cento) do percentual efetivamente pago da verba de representação, estabelecida no artigo 32 desta lei, para o cargo de Analista de Controle.

Parágrafo Único. O pagamento da verba de representação prevista no *caput* deste artigo será devido somente após a Avaliação de Desempenho, feita pela Comissão de Avaliação e Desempenho, designada por ato da presidência.

Art. 28. A cessão de servidores à disposição de outros órgãos ou entidades da Administração Pública do Paraná, de outros estados, da união ou de municípios, dar-se-á sem ônus para o Tribunal de Contas do Paraná.

Art. 29. O servidor do Tribunal de Contas do Paraná, afastado para exercício de mandato eletivo, ou à disposição de outros órgãos e de entidades da Administração Pública do Estado do Paraná, de outros estados, da união, ou de municípios, somente fará jus à promoção por antiguidade, não podendo habilitar-se a qualquer outra modalidade de progressão ou promoção por merecimento.

Parágrafo Único. Fica vedada a cessão ou colocação à disposição de servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para entidades de natureza privada, exceto 1 (um) servidor para o sindicato de classe e, neste caso, não se aplica o artigo 2º da Lei Estadual nº 10981/94.

Art. 30. Fica assegurada aos servidores ativos e inativos do Tribunal de Contas, na percepção da remuneração ou proventos, a irredutibilidade e proventos.

Art. 31. Os ocupantes dos cargos em extinção, conforme o artigo 173 da Lei Complementar nº 113/05 de 15/12/05, não poderão ter vencimento básico inferior ao do último nível e referência do cargo de Analista de Controle.

Art. 32. O percentual pago a título de verba de representação, calculado sobre o vencimento básico, reduzido para 75% (setenta e cinco por cento) pela Lei nº 14507, de 01 de outubro de 2004, aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo, de Analista de Controle de nível superior, de Consultor Jurídico e Consultor Técnico de nível universitário, sendo recomposto gradativamente por ato do Presidente do Tribunal de Contas ao percentual fixado, no artigo 4º e parágrafo único da Lei nº 9436, de 09/11/90.

Art. 33. A verba de representação de 40% (quarenta por cento) para o cargo de Taquígrafo será substituída pela verba de representação do artigo 27, diante do reenquadramento para o cargo de Técnico de Controle.

Art. 34. Ao servidor que, no exercício de suas funções, na atividade de controle externo ou apoio administrativo, for acionado judicialmente ou responder processo administrativo, será garantido pelo Tribunal de Contas do Paraná o pagamento das custas e despesas advindas dos respectivos processos, limitadas aos valores da tabela de honorários da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo Único. Na hipótese de condenação, com trânsito em julgado, o servidor deverá restituir as despesas pagas pelo Tribunal de Contas do Paraná.

Art. 35. Fica criada a Advocacia do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que funcionará em colaboração à Procuradoria Geral do Estado do Paraná, nas causas em que o Tribunal de Contas do Paraná possua interesse.

Parágrafo Único. O Presidente do Tribunal de Contas do Paraná designará dentre os Analistas de Controle com formação jurídica, os servidores que exercerão a função de advogado do *caput* deste artigo, que funcionarão junto e sob a direção da Diretoria Jurídica do Tribunal.

Art. 36. Aplica-se aos inativos o disposto nesta lei obedecidas as Emendas Constitucionais nºs 020/98, 041/03 e 047/05.

Art. 37. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta da dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 38. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14/05/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 038/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Terra Roxa Investimentos - Agência de Desenvolvimento do Norte do Paraná, com sede e foro no município de Rolândia. **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/08, de 21/02/08, em Projetos de Lei).**

## ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 097/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 088/08, que objetiva a criação, extinção e transformação de cargos de provimento em comissão, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde, SESA, conforme específica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 097/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criados, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, para atender as unidades hospitalares, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - Para as unidades hospitalares de porte I:

a) 06 (seis) cargos de Diretor Geral de unidade hospitalar de porte I, símbolo DAS-1;

b) 18 (dezoito) cargos de Diretor de unidade hospitalar de porte I, símbolo DAS-4;

c) 12 (doze) cargos de Chefe de Núcleo de unidade hospitalar de porte I, símbolo DAS-5;

d) 54 (cinquenta e quatro) cargos de Chefe de Seção de unidade hospitalar de porte I, símbolo DAS-5;

II - Para as unidades hospitalares de porte II:

a) 07 (sete) cargos de Diretor Geral de unidade hospitalar de porte II, símbolo DAS-1;

b) 14 (catorze) cargos de Diretor Geral de unidade hospitalar de porte II, símbolo DAS-4;

c) 14 (catorze) cargos de Chefe de Núcleo de unidade hospitalar de porte II, símbolo 1-C;

d) 35 (trinta e cinco) cargos de Chefe de Seção de unidade hospitalar de porte II, símbolo 1-C; e

III - Para as unidades hospitalares de porte III:

a) 03 (três) cargos de Diretor Geral de unidade hospitalar de porte III, símbolo DAS-4;

b) 06 (seis) cargos de Diretor de unidade hospitalar de porte III, símbolo DAS-5;

c) 06 (seis) cargos de Chefe de Núcleo de unidade hospitalar de porte III, símbolo 2-C;

d) 06 (seis) cargos de Chefe de Seção de unidade hospitalar de porte III, símbolo 2-C.

Art. 2º Ficam extintos, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde - SESA os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - 02 (dois) cargos de Diretor Geral de hospital porte I, símbolo DAS-4;

II - 06 (seis) cargos de Diretor Geral de hospital porte II, símbolo DAS-4;

III - 02 (dois) cargos de Diretor Geral de Hospital porte III, símbolo 2-C;

IV - 06 (seis) cargos de Diretor de hospital porte I, símbolo DAS-5;

V - 12 (doze) cargos de Diretor de hospital porte II, símbolo 1-C;

VI - 04 (quatro) cargos de Diretor de hospital porte III, símbolo 2-C;

VII - 04 (quatro) cargos de Chefe de Núcleo de hospital porte I, símbolo 4-C;

VIII - 12 (doze) cargos de Chefe de Núcleo de hospital porte II, símbolo 5-C;

IX - 04 (quatro) cargos de Chefe de Núcleo de hospital porte III, símbolo 5-C;

X - 18 (dezoito) cargos de Chefe de Seção de hospital porte I, símbolo 4-C;

XI - 30 (trinta) cargos de Chefe de Seção de hospital porte II, símbolo 5-C; e

XII - 04 (quatro) cargos de Chefe de Seção de hospital porte III, símbolo 5-C;

Art. 3º Fica transformado, na Secretaria de Estado da Saúde, 01 (um) cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento, símbolo DAS-4, para 01 (um) cargo de provimento em comissão de Diretor de Unidades Próprias, símbolo DAS-1.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14/05/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

## ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 143/08, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual o Instituto Corpore para o Desenvolvimento da Qualidade de Vida, com sede e foro no município de Matinhos. **Aprovado. (Publ. no DA nº 032/08, de 04/04/08, em Projetos de Lei).**

## ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 144/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública estadual a PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social Municipal com sede no município de Ramilândia e foro no município de Matelândia. **Aprovado. (Publ. no DA nº 032/08, de 14/04/08, em Projetos de Lei).**

## ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 146/08, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública a Associação CORAJEM - Comissão Organizadora da Adolescência e Juventude Ecumênica Missionária, com sede e foro no município de Irati. **Aprovado. (Publ. no DA nº 032/08, de 14/04/08, em Projetos de Lei).**

## ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 170/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/08, que dispõe sobre o reajuste de 5% (cinco por cento) nos vencimentos das carreiras estatutárias civis e militares do Poder Executivo do Estado do Paraná, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 170/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o índice geral de 5% (cinco por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico, com o conseqüente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, a todas as carreiras estatutárias civis e militar, do Poder Executivo do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual.

§ 1º A aplicação do índice do IPCA será relativa ao período acumulado do mês de maio de 2007 ao mês de abril de 2008, repetindo-se para o mês de abril de 2008, o índice de março do mesmo ano, com arredondamento.

§ 2º O disposto nesta lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão das carreiras civis e militar do Poder Executivo, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 041/03, mesmo que não tenham o direito à paridade plena.

§ 3º O disposto nesta lei aplica-se aos servidores ativos integrantes da carreira técnica de extensão rural do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, cargos de provimento em comissão, cargo de Secretário de Estado, contratos de regime especial - CREs, Paranaeducação e convênios com APAEs.

§ 4º O disposto nesta lei não se aplica às empresas públicas, Sociedade de Economia Mista e Entes de Cooperação Econômica.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros condicionados à disponibilidade orçamentário-financeira, ao comportamento da receita, segundo o que será atestado pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Fazenda, no estrito e rigoroso cumprimento da execução orçamentária e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101/00, de acordo com a ordem cronológica dos pagamentos efetuados no ano anterior.

Sala das Comissões, em 14/05/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

## 2ª Discussão

### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que autoriza o Governo do Estado a instituir o projeto Arco Sul, que compreenderá o contorno sul, ligando Maringá, Sarandi e Marialva e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAM. Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Para encaminhar o projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Com a palavra, para encaminhar, Deputado Luiz Nishimori.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**(Lê):**

“O projeto Arco Sul é um projeto muito importante não só para as cidades de Maringá, Sarandi e Marialva, como para milhares de carros e caminhões que se utilizam da avenida Colombo e do contorno sul, acabando com o caos que é atravessar Maringá por aquela avenida.

Mas, não é avenida Colombo que hoje é um caos para os motoristas, mas, o contorno sul, que é passagem obrigatória para quem vem de Cascavel e região oeste, Campo Mourão, Cianorte, Paranavaí, e cidades do Mato Grosso do Sul.

Com a instituição da Coordenação da Região Metropolitana de Maringá, o seu atual Coordenador, João Ivo Caleffi, junto com Prefeitos dos municípios interessados e autoridades estaduais, têm discutido com o Secretário de Estado dos Transportes e Diretor do DER, Rogério Tizzot e o Superintendente do escritório do DER de Maringá, estudando a elaboração de um projeto técnico para um traçado novo para o contorno sul de Maringá.

O novo contorno sul de Maringá partirá do conjunto Cidade Alta, seguindo a rede de alta tensão, com pistas amplas ladeando as torres, até o contorno de Marialva.



Terá, pois, a configuração de um arco, razão pela qual já foi batizado de Arco Sul.

O novo contorno sul, terá as perspectivas reais de transformar aquela faixa de terras em parques industriais, que serão formados pelos três municípios.

As condições geográficas são favoráveis. Mais favorável, ainda, é a estrutura do transporte que se consolidará nesse trecho, pois margeando a pista dupla do já batizado Arco Sul, estará a ferrovia por onde passará, em futuro bem próximo, o trem de passageiros.

O Arco Sul já tem um pré-projeto, feito por engenheiros do DER/Maringá, que atestam a viabilidade da obra, incluindo a revitalização do contorno já existente.

Trata-se, por conseguinte, de uma demanda metropolitana. O mais importante no projeto Arco Sul é a perspectiva de atração de grandes indústrias para aquela região, significando este processo um ponto de partida para a consolidação da metrópole linear do norte do Paraná, que há tantos anos as lideranças político-administrativas tentam tirar do papel.

Por isso, peço o devido apoio aos colegas Parlamentares, para a aprovação do presente projeto.”

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

## **1ª Discussão**

### **ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 016/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a proibição de fumar em eventos, estabelecimentos comerciais direcionados a crianças. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CDHCD. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA 001/08, de 12/02/08, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 016/08

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, dispõe sobre a proibição de fumar em eventos, estabelecimentos comerciais direcionados a crianças.

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual em seu artigo 65:

*Art. 65º. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98. Vejamos:

*Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:*

*(...)*

*IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.*

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 016/08

Art. 1º Fica incluído o inciso VI no artigo 1º da Lei nº 14743 de 15/05/05, com a seguinte redação:

VI - em estabelecimentos comerciais e eventos destinados a crianças.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoioamento:

Ney Leprevost e Tadeu Veneri.

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 016/08

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 016/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a proibição de fumar em eventos e estabelecimentos comerciais direcionados a crianças.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública entende que a proposição irá trazer benefícios as crianças, pois um fumante passivo é exposto ao contato com mais de 4.700 substâncias tóxicas e a nicotina que causa dependência física e/ou psíquica, não existindo níveis seguros para o consumo direto ou indireto destas substâncias.

Sendo assim esta Comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 016/08.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07/04/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DR. BATISTA - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
PROJETO DE LEI Nº 016/08

**Preâmbulo**

O projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, dispõe sobre a proibição de cidadãos fumarem em eventos e estabelecimentos comerciais direcionados a crianças.

Cabe ressaltar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que o tabagismo deve ser considerado uma pandemia, ou seja, uma epidemia generalizada, e como tal precisa ser combatido.

O tabagismo não é somente o ato de se consumir cigarros, mas sim o consumo de todos os produtos que contenham tabaco, cuja droga ou princípio ativo é a nicotina.

Um fumante passivo é o indivíduo que convive com fumantes e inalam a fumaça de derivados do tabaco em ambientes fechados. Poluição Tabagística Ambiental (PTA), é a poluição decorrente da fumaça dos derivados do tabaco em ambientes fechados e, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é a maior responsável pela poluição nestes ambientes. Pesquisas mostram que o tabagismo passivo é estimado como a 3ª maior causa de morte evitável no mundo, só perdendo para o tabagismo ativo e o consumo excessivo de álcool.

Os não fumantes que respiram a fumaça do tabaco têm um risco maior de desenvolver doenças relacionadas ao tabagismo. Quanto maior o tempo em que o não fumante fica exposto à poluição tabagística ambiental, maior chance de adoecer. As crianças por terem uma frequência respiratória mais elevada, são mais atingidas, sofrendo consequências drásticas na sua saúde, incluindo doenças como a bronquite, pneumonia, asma e infecções do ouvido médio.

O feto de uma gestante fumante não recebe oxigênio suficiente e seu peso, por ocasião do nascimento, se reduz em até 10%. Pela falta de oxigênio, podem ocorrer danos cerebrais! Podem ocorrer, ainda, outras consequências, tais como: uma alta taxa de mortalidade em recém-nascidos, partos prematuros e desenvolvimento intelectual e emocional deficiente, assim como distúrbios de comportamento. Mas não somente o fato da mãe ser uma fumante ativa ou passiva durante a gravidez pode levar a danos vitalícios, a graves deformações e até à morte da criança antes ou após o parto.

Fumantes, assim como fabricantes e comerciante desta droga de extermínio em massa, são responsáveis por crianças doentes, deformadas, com danos cerebrais e subnutridas.

Gestantes e mulheres com crianças contam o quanto sofrem ao serem expostas com tanta frequência à fumaça do cigarro. Há crianças que, ao serem perguntadas o que desejam, para seu aniversário, manifestam o desejo de viver sem a tara do fumo.

Principalmente em consideração às crianças, é uma irresponsabilidade continuar legitimando o fumo pelos seguintes motivos:

- devido a possíveis danos hereditários por meio do esperma do tabagista;
- devido a danos causados ao feto pelo fumo ativo ou passivo da gestante;
- devido a danos causados à saúde da criança por inalação direta da fumaça do tabaco;
- pelo hábito de fumar em público, cria-se na juventude a impressão de algo normal e inofensivo.

A propaganda enganosa do tabaco atua na criança (e não somente nela) em um nível que, de modo geral, não pode ser notada.

Na realidade, o consumo de cigarro só tem efeitos maléficos ao bem-estar da sociedade - destruição da natureza em função da plantação do tabaco, danos catastróficos à saúde, incêndios devido às pontas de cigarro desprezadas, divisão da sociedade em fumantes e não-fumantes e principalmente em estabelecimentos comerciais e eventos direcionados a crianças.

**Legitimidade e Legalidade**

A Constituição Estadual em seu artigo 65 diz:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Quanto das técnicas de elaboração, redação e alteração das leis, não foram observadas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98, visto que em seu artigo 7º diz:

*Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:*

*I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;*

*II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;*

*III - o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;*

*IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.*

**Conclusão**

O presente projeto de lei, encontra-se em conformidade com as normas constitucionais, demonstrando legitimidade por parte deste Poder para tratar da matéria ora em análise, atendendo e respeitando requisitos da Lei Complementar nº 095/98.

Tendo em vista, não haver nenhum óbice constitucional, nenhuma disposição contrária, a importância do tema em questão, a gravidade do assunto em epígrafe e suas consequências à saúde das crianças paranaenses, sou de parecer favorável ao projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 10/04/08.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

CLEITON KIELSE - Relator

## **Requerimentos**

### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1203, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1204 e 1205, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1207 e 1208, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1209 e 1210, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 1212 a 1217 e 1235, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1221 a 1223, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1225, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 1228, 1237 e 1238, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1229, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1230, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1231, 1239 e 1242, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1232 e 1233, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

## **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 142, 808, 860/07, 070/08; e  
do Projeto de Resolução nº 008/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/08.

Levanta-se a Sessão.

